

# LINGUÍSTICA FORENSE

V, 6, n.1 (2024)  
e-ISSN:2674-6131





# Linguagem e Discurso

v.6, n.1, 2024 / ISSN: 2674 - 6131

Periódico Eletrônico do Curso de Letras da FELCS  
Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas  
Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras/FELCS  
Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó – FELCS  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

# REVISTA SARIDH

## LINGUAGEM E DISCURSO

### GESTÃO

José Daniel Diniz Melo  
Reitor

Henio Ferreira de Miranda  
Vice-Reitor

Alexandro Teixeira Gomes  
Diretor da Felcs

Márcio Sales Santiago  
Vice-Diretor

Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas  
Curso de Letras da Felcs

Editor-Gerente da Revista Saridh  
Antonio Genário Pinheiro dos Santos

### ENDEREÇO

Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Rua Manoel Lopes Filho, 138, CEP 59380-000, Currais Novos – RN  
Telefone +55 (84) 3342 2293 ramal 701  
revistasaridh@gmail.com  
@revistasaridh

### CAPA

Linguística Forense

Sobre a capa: Ilustração alusiva ao papel do linguista forense no trabalho de investigação e aplicação ao objeto, com manipulação de arte gráfica para referendar o cenário do Seridó potiguar, tendo como amostra o município de Currais Novos  
Criação e Diagramação: Vanessa Damascena de Araújo

### MISSÃO

Promover a disseminação de conhecimento, voltando-se para a divulgação de saberes na área de linguagem e discurso, congregando estudos, experiências e pesquisas desenvolvidas sob a égide de diferentes vertentes de investigação linguística e da atuação acadêmica.

## **EQUIPE**

### **EQUIPE EDITORIAL**

Alexandro Teixeira Gomes – UFRN/PROFLETRAS  
Antonio Genário Pinheiro dos Santos – UFRN  
Márcio Sales Santiago – UFRN/PROFLETRAS  
Gianka Salustiano Bezerril de Bastos Gomes – UFRN/PROFLETRAS

### **CONSELHO CONSULTIVO**

Alexandro Teixeira Gomes – UFRN/PROFLETRAS  
Ana Maria de Oliveira Paz – UFRN/PROFLETRAS/PPgEL  
Anderson Lins Rodrigues – UESC/UFPE  
André Tessaro Pelinser – UFRN  
Antonio Genário Pinheiro dos Santos – UFRN  
Carolina Leal de Lacerda Pires – UNIBRA/IBGM/IBS  
Célia Maria de Medeiros – UFRN/CCHLA/DLET  
Cid Ivan da Costa Carvalho – UFERSA/PPCL-UERN  
Edjane Gomes de Assis – UFPB  
Evandra Grigoletto – UFPE  
Fabiele Stockmans De Nardi – UFPE  
Francisco Vieira da Silva – UFERSA/ PPGL-UERN/IFRN  
Gianka Salustino Bezerril de Bastos Gomes – UFRN/PROFLETRAS  
Hudson Marques da Silva – IPFE  
Jociane da Silva Luciano Ferreira – UFRN  
Joseane Laurentino de Brito Lira- IFPE  
José Josemir Domingos da Silva – UEPB  
Josimere Maria da Silva – IFAL  
Leticia dos Santos Carvalho – UFRN  
Lucélio Dantas de Aquino – UFRN/IMD  
Márcio Sales Santiago – UFRN/PROFLETRAS  
Maria Alcione Gonçalves da Costa – IF SERTÃO/PE  
Maria Eliza Freitas do Nascimento – UERN/PPGL  
Nedja Lima de Lucena – UFRN  
Nilton César Ferreira – UNIOESTE  
Nivea Barros de Moura – UERN/SEEC – CE  
Paulo Cesár Ferreira Soares – UERN  
Pedro Farias Francelino – UFPB/PROLING  
Rafahel Jean Parintins Lima – UFRN  
Rafael de Souza Bento Fernandes – UNIOESTE  
Rogério Mendes Coelho – UFRN  
Urbano Cavalcante da Silva Filho – IFBA/UESC  
Verônica Palmira Salme de Aragão – UERN

## **APOIO TÉCNICO**

Alyssandra Viana Fonseca – UFRN  
Camila Kayssa Targino Dutra – UERN  
Carlos Eduardo de Oliveira Pinheiro – UERN  
Célio Oliveira da Silva – UFRN  
Eleonora Maria Bezerra de Araújo – UFRN  
Josué Ferreira da Silva – UFRN  
Márcia Michele Justiniano Luiz – UFRN  
Rafaela Cláudia dos Santos – UERN/PPCL

## **NORMATIZAÇÃO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA**

Alyssandra Viana Fonseca – UFRN  
Márcia Michele Justiniano Luiz – UFRN  
Rafaela Cláudia dos Santos – UERN/PPCL  
Antonio Genário Pinheiro dos Santos – UFRN/FELCS

## **ORGANIZAÇÃO DO VOLUME**

Título: Linguística Forense – Volume 6, número 1, 2024  
Organizadores: Alexandro Teixeira Gomes  
Mário Lourenço de Medeiros

**APRESENTAÇÃO****A linguística e os desafios da pesquisa acadêmica: quando práticas não validam discursos** i

Antonio Genário Pinheiro dos Santos  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

**ARTIGOS****Seção Livre****A identidade capixaba em músicas de artistas locais: um levantamento variacionista** 1

Marcela Langa Lacerda  
Stefani Nascimento Victoria  
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

**A modalidade deôntica em sentenças judiciais: os aspectos semânticos dos atos judiciais** 21

André Silva Oliveira  
Eduarda Santana dos Santos  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

**Empoderamento e subversão: uma análise pós-colonial da letra '100% feminista (part. Karol Conká)' de MC Carol à luz da lei nº11.340/2006** 42

Jéssica Viana Soares Miranda  
Carlos Eduardo do Vale Ortiz  
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

**Surgimento e crítica do uso do termo 'moda' em textos espanhóis do século XVIII** 58

Márcia Rejane de Oliveira  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

**A encenação narrativa no conto *Amor* de Clarice Lispector: uma análise do discurso em uma perspectiva de gênero** 72

Fabíola Oliveira Souza  
Verônica Palmira Salme de Aragão  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

**Faces de Diadorim: o limiar entre o feminino e o masculino** 92

Rebeca Soares de Lima  
Secretaria de Educação do Estado do Amazonas – SEDUC/AM  
Grace Ferreira Leal  
Secretaria de Educação de Manaus – SEMED/AM

**Práticas docentes e seus desdobramentos para a formação do leitor crítico** 108

Matheus Francisco da Silva  
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

**ENTREVISTA**

**Linguística forense: cenários e perspectivas** 129

Richard Malcom Coulthard  
University of Birmingham – UK



# Linguagem e Discurso

v.6, n.1, 2024 / ISSN: 2674 - 6131

Periódico Eletrônico do Curso de Letras da FELCS  
Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas  
Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras/FELCS  
Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó – FELCS  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN



## APRESENTAÇÃO

**A LINGUÍSTICA E OS DESAFIOS DA PESQUISA ACADÊMICA:  
QUANDO PRÁTICAS NÃO VALIDAM DISCURSOS**Antonio Genário Pinheiro dos Santos<sup>1</sup>

Não é recente a discussão sobre os desafios que enfrenta a pesquisa acadêmica no Brasil. De maior idade ainda é o leque de discursos que tentam validar práticas de engajamento, de resiliência de enfrentamento a tal realidade, discursos que partem, em especial, daqueles que vivem na seara da academia, envolvidos na lida de produzir, avaliar e até de difundir conhecimento via instrumentos institucionais oficiais. Não obstante esse cenário crítico, fica evidente que a pesquisa sobrevive e, no escopo da pesquisa linguística, nada é diferente.

Acadêmicos, catedráticos, cientistas, investigadores, estudantes, sujeitos do saber mostram-se, cada vez mais, reféns de um discurso potente que, de um lado, amplifica as vozes daqueles que querem persistir e fazer ciência na universidade e, de outro lado, deixa à mostra as lacunas do caminho. Salvaguardando a necessidade da crítica à precariedade da estrutura organizacional e de gestão nas instituições de ensino superior brasileiras em geral, são lacunas e espaços que muitas vezes dizem o sujeito pesquisador no vácuo entre *querer fazer ciência* e o *comprometer-se com este trabalho*, com disposição para lidar com as pedras no caminho.

Nessa realidade, a Revista Saridh apresenta-se como instrumento de saber e de divulgação científica, colocando-se na posição de objeto que, sem se abster dos desafios, permanece atenta aos entraves e dificuldades atreladas a disseminação periódica do conhecimento formal. No bojo da pesquisa linguística, a Revista Saridh, vincula-se à tarefa de movimentar e envolver sujeitos que não se colocam no espaço branco do comprometimento e imputa um olhar perspicaz às sinuosidades de discursos que se

<sup>1</sup> Editor-gerente da Revista Saridh. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Curso de Letras da Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó (Felcs/UFRN).

Email: [genario.pinheiro@ufrn.br](mailto:genario.pinheiro@ufrn.br)

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9756306898141968>

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2261-9221>

aproximem das práticas que reclamam, que sustentam. Os textos reunidos na seção livre do volume atual, incluindo a objetividade das miras e encaminhamentos alcançados na entrevista, advogam a esse respeito.

**APRESENTAÇÃO****A linguística e os desafios da pesquisa acadêmica: quando práticas não validam discursos** i

Antonio Genário Pinheiro dos Santos  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

**ARTIGOS****Seção Livre****A identidade capixaba em músicas de artistas locais: um levantamento variacionista** 1

Marcela Langa Lacerda  
Stefani Nascimento Victoria  
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

**A modalidade deôntica em sentenças judiciais: os aspectos semânticos dos atos judiciais** 21

André Silva Oliveira  
Eduarda Santana dos Santos  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

**Empoderamento e subversão: uma análise pós-colonial da letra '100% feminista (part. Karol Conká)' de MC Carol à luz da lei nº11.340/2006** 42

Jéssica Viana Soares Miranda  
Carlos Eduardo do Vale Ortiz  
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

**Surgimento e crítica do uso do termo 'moda' em textos espanhóis do século XVIII** 58

Márcia Rejane de Oliveira  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

**A encenação narrativa no conto *Amor* de Clarice Lispector: uma análise do discurso em uma perspectiva de gênero** 72

Fabíola Oliveira Souza  
Verônica Palmira Salme de Aragão  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

**Faces de Diadorim: o limiar entre o feminino e o masculino** 92

Rebeca Soares de Lima  
Secretaria de Educação do Estado do Amazonas – SEDUC/AM  
Grace Ferreira Leal  
Secretaria de Educação de Manaus – SEMED/AM

**Práticas docentes e seus desdobramentos para a formação do leitor crítico** 108

Matheus Francisco da Silva  
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

**ENTREVISTA**

**Linguística forense: cenários e perspectivas** 129

Richard Malcom Coulthard  
University of Birmingham – UK

## IDENTIDADE CAPIXABA EM MÚSICAS DE ARTISTAS LOCAIS: UM LEVANTAMENTO VARIACIONISTA

### ESPÍRITO SANTO IDENTITY IN SONGS BY LOCAL ARTISTS: A VARIATIONIST SURVEY

Marcela Langa Lacerda<sup>1</sup>  
Stefani Nascimento Victoria<sup>2</sup>

**Resumo:** Considerando a epistemologia dos estudos de terceira onda variacionista, o objetivo desta investigação é fazer um levantamento semântico-lexical e gramatical, em músicas de artistas capixabas, de marcas típicas de uma certa identidade linguístico-cultural local, conforme (certo) imaginário social e conforme resultados de pesquisas variacionistas labovianas, sobre 11 fenômenos. Objetiva-se ainda analisar se uma (ou mais de uma) certa identidade capixaba é construída nos discursos evocados pelas músicas e como isso ocorre. Metodologicamente, a investigação é qualitativa, de cunho interpretativista, bibliográfica e documental, com análise de 10 artistas capixabas e 12 músicas, considerando os mais tocados em 2022, na plataforma *Spotify*. Após análise, identificamos que: (a) a maioria dos fenômenos (oito) segue as mesmas tendências de uso já identificadas em pesquisas variacionistas prévias, em terras capixabas, embora essas tendências não sejam exclusivas dessa cultura, mas tendências nacionais de uso, o que inviabiliza a projeção de uma identidade linguístico-cultural destacadamente capixaba; (b) alguns fenômenos (três), contudo, não seguem as tendências captadas, incluindo aí o fenômeno que, mais significativamente, tem sido apontado como marca capixaba – ausência ou presença de artigo diante de antropônimos e possessivos. Em geral, não se verificou, no *corpus*, portanto, a disposição para projeção/construção de identidade(s) marcadamente capixaba(s).

**Palavras-chave:** Discursos sobre identidade capixaba. Músicos capixabas. Levantamento semântico-lexical e gramatical. Fenômenos variáveis.

**Abstract:** Considering the epistemology of variationist third-wave studies, the objective of this investigation is to carry out a semantic-lexical and grammatical survey, in songs by artists from Espírito Santo, of typical marks of a certain local linguistic-cultural identity, according to (certain) social imaginary and according to the results of Labovian variationist research, on 11 phenomena. The aim is also to analyze whether and how one (or more than one) Espírito Santo identity is constructed in the speeches evoked by the songs. Methodologically, the investigation is qualitative, interpretative, bibliographic and documentary, with an analysis of 10 artists from Espírito Santo and 12 songs, considered the most played in 2022, on the Spotify platform. After analysis, we identified that: (a) the majority of phenomena (eight) follow the same usage trends already identified in previous variationist research, in Espírito Santo lands, although these trends are not exclusive to this culture, but national usage trends, which makes it impossible to project a linguistic-cultural identity that is distinctly Espírito Santo; (b) some phenomena (three), however, do not follow the trends captured, including the phenomenon that, most significantly, has been identified as an Espírito Santo brand –

<sup>1</sup> Professora Doutora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

E-mail: marcelalanga@yahoo.com.br.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9881079781311322>

ORCID: 0000-0002-8824-8339

<sup>2</sup> Graduada em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

E-mail: stefaninascimento99@hotmail.com.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5609988114595363>

ORCID: 0009-0006-0718-1096

absence or presence of an article in the face of anthroponyms and possessives. In general, there was no provision in the *corpus* for the projection/construction of distinctly Espírito Santo identities.

**Keywords:** Discourses on Espírito Santo identity. Espírito Santo musicians. Semantic-lexical and grammatical survey. Variable phenomena.

## Considerações iniciais

A relação entre língua e cultura, no âmbito dos estudos variacionistas, é uma máxima das mais elementares. Nesse contexto, o que a *terceira onda/fase* dessa abordagem faz é investigar como as pessoas vivem e, a reboque disso, falam, projetando-se identitariamente de diferentes modos, em cada prática interacional, contando fartamente, para isso, com recursos linguísticos variáveis (Lacerda; Görski; Paza, 2023).

O Brasil, país com cerca de 211 milhões de pessoas (IBGE, 2023) e, portanto, bastante plural, em termos culturais, tem se mostrado profícuo para as investigações sociolinguísticas, cujas práticas científicas estão bastante consolidadas. Neste cenário, o Espírito Santo (ES), Estado do Sudeste desse país, cuja cultura é marcada pela diversidade étnica – cf. Yacovenco *et al.* (2012) – e por ser pouco conhecido no território nacional, é frutífero para o tipo de investigação feito pela terceira fase variacionista, pois pouco se sabe sobre as projeções identitárias dessa população, denominada *capixaba*.

Nesse sentido, inscrito no âmbito da epistemologia dos estudos de terceira onda (doravante ETO), considerando o modo como a temos compreendido (Lacerda; Görski; Paza, 2023; Lacerda; Leppaus, 2023; Langa Lacerda; Görski; Moraes Lima, 2023), este texto objetiva, em primeiro lugar, fazer um levantamento de recursos variáveis, em termos semântico-lexical e gramatical, em 12 músicas (as mais tocadas no *Spotify*, em 2022), de 10 artistas capixabas, em busca de um mapeamento de marcas típicas de *uma certa identidade* linguístico-cultural local, projetada discursivamente, conforme (certo) imaginário social – cf. Lacerda e Leppaus (2023) – do que é *ser capixaba*. Nosso intuito é comparar esse levantamento com marcas e não marcas apontadas como sendo tipicamente capixabas, em

pesquisas variacionistas labovianas<sup>3</sup>. Com isso, confrontaremos, ao longo deste texto, a(s) projeção(ções) identitária(s) nessas músicas, caso a(s) encontrarmos, com resultados descritivos sobre a sociedade capixaba, a fim de investigar se os dados se harmonizam.

Por meio das marcas presentes no *corpus*, de modo específico, e de outras que com elas se articulam, de modo geral, objetiva-se, em segundo lugar, analisar se *uma* (ou mais de uma) *certa identidade capixaba* é discursivamente construída e divulgada por artistas capixabas, nos discursos (ponto de vista, perspectiva) evocados por suas músicas, e como isso ocorre. Acreditamos que esta investigação contribui para refletir sobre se artistas locais evocam cultura e identidade local, através de suas músicas, tal como fazem artistas de outros estados brasileiros, e sobre como isso se relaciona com o resultado de pesquisas variacionistas clássicas no que tange à identidade sociolinguística capixaba – sobre esse aspecto, cf. Lacerda e Leppaus (2023).

Para os objetivos propostos, este artigo está organizado do seguinte modo: na primeira seção, apresentamos a fundamentação teórica da discussão, considerando uma certa literatura de/sobre os ETO; na segunda seção, tecemos considerações sobre o cenário social e artístico em terras capixabas; na terceira seção, especificamos a metodologia empregada na análise proposta; na quarta seção, apresentamos e discutimos os resultados; e, na sequência, tecemos algumas considerações finais, seguidas das referências.

## 1 Tópicos de ETO

Nesta seção, acionamos tópicos importantes para a compreensão da concepção de *língua* e de *identidade* no âmbito dos ETO, conforme estamos compreendendo essa fase variacionista.

---

<sup>3</sup> Por *pesquisas variacionistas labovianas* fazemos referência à epistemologia indiciada nas obras de Labov e também de seus continuadores, conforme nossa leitura. Utilizamos ainda, como termos alternativos a esse, *estudos de primeira onda* (embora nem todos os trabalhos de Labov sejam de primeira onda) e *estudos variacionistas clássicos*.

## 1.1 Identidade na perspectiva dos ETO

As discussões que transitam em torno do conceito de identidade, no âmbito dos estudos sociais e (socio)linguísticos, são extensas. Em Labov (2008 [1972]), por exemplo, por conta da assunção da soberania da comunidade sobre o indivíduo, emerge a noção de uma identidade muito atrelada a categorias macrossociais e, portanto, ela é vista como sendo mais estável, sempre se tratando de um perfil: “o homem, de 30 anos, de classe média, de curso superior e morador de Vitória” (por exemplo). Todos os usos linguísticos são analisados, nessa lógica, à luz desse lugar social que os sujeitos empíricos ocupam.

Diferentemente dessa compreensão, muitos autores denunciam o fato de que, nesse raciocínio, parece não haver lugar para o indivíduo (Figueroa, 1994; Lucchesi, 2012), o que os leva a propor outra concepção de sujeito: a de sujeito agente (e não simplesmente reativo, no sentido de se alinhar a categorias macrossociais ou a um comportamento de grupo, por pertencer a ele), uma vez que, na interação, pressupõe-se que os sujeitos se engajam em atividades que lhes são significativas, de modo que as (re)avaliam constantemente, a fim de promoverem potenciais reconfigurações quanto ao modo de participação nas práticas, inclusive linguísticas. Com isso, resulta a ideia de que identidade é uma questão de contínua construção interacional, e não uma categoria fixa.

É por esse redirecionamento na concepção de identidade que parece haver também uma revisão no conceito de significado social da variação: se, na primeira onda variacionista, ele é mensurado pela perspectiva de grandes grupos sociais, nos ETO os valores, as perspectivas, a orientação ideológica dos sujeitos, constituídas em práticas sociais específicas, estão também implicados na análise de recursos variáveis – e de modo destacado, uma vez que, além de um enquadramento macrossocial, que inegavelmente produz efeitos nos sujeitos, conforme os resultados de mais de 20 anos de investigação no âmbito dos estudos variacionistas clássicos, o que parece contar, agora, em primeiro plano, mas não somente, é o “senso de lugar no mundo social” (Eckert, 2005, p. 17, tradução nossa).

Desse modo, a literatura dos ETO tem a vantagem de, mesmo tendo foco no indivíduo, não dicotomizar essas duas instâncias (indivíduo e sociedade), ao reconhecer que



elas são mutuamente constitutivas (Kiesling, 2013) na produção de significados sociais e se encontram justamente na concepção de identidade, uma vez que:

[a] identidade do indivíduo é configurada através de suas formas de participação no grupo, e a identidade do grupo é configurada através da interação das formas individuais de participação que constituem a sua vida. E ambas as identidades (as individuais e as de grupo) estão em contínua construção, em contínua mudança, em contínuo aperfeiçoamento (Eckert, 2000, p. 43, tradução nossa).

Com isso, afasta-se, por exemplo, o pressuposto de usos linguísticos inconscientes (Eckert, 2018), para se assumir que todo uso linguístico é performático (Eckert, 2001; 2008; Schilling-Estes, 2007), sendo a categoria *identidade*, agora, tomada em termos de *movimentos*.

Mendoza-Denton (2002), conforme Casimiro (2021), aponta para uma importante consequência metodológica dessa revisão conceitual: mudança de foco de análises quantitativas para análises qualitativas, salientando que “os estudos quantitativos em larga escala falham em identificar atores sociais competentes, que revelam usos criativos da língua para atingir seus próprios interesses” (Casimiro, 2021 p. 37-38). Em vista disso, segundo o autor, mais vantajoso seriam investigações qualitativas, já que olham para práticas situadas e para participantes orientados pela interação.

Baseado nas reflexões desses autores, podemos inferir que, em certa literatura dos ETO, identidade é um processo de construção constante, não fixo, mais movimento e processo do que produto, tratando-se, assim, de uma conquista interacional. Daí nosso interesse em investigar se músicos capixabas constroem e projetam, discursivamente, identidade(s) capixaba(s) (no plural) e como fazem isso. E, caso encontremos essas projeções no *corpus* selecionado, cabe investigar se a(s) identidade(s) capixaba(s) se faz(em) pelos mesmos recursos linguísticos identificados em pesquisas variacionistas de primeira onda como sendo tipicamente capixabas.

## 1.2 Língua na perspectiva dos ETO

A língua, nesse contexto, é um recurso para significações múltiplas e dinâmicas, pois, da mesma forma linguística, pode-se depreender diferentes índices de valor projetados pelos falantes através da interação social (Lacerda; Görski; Paza, 2023, p. 16). Eckert (2018), por exemplo, relaciona o conceito de *sistema semiótico* à noção de estilo mais geral, indicando que a língua tem alto potencial para indiciar *personas*/identidades (tal como gestos, vestuário, interesse por certos bens de consumo, atividades de lazer etc.). Nesse sentido é que se assume o potencial dos recursos variáveis (e dos recursos que com eles coocorrem) como expediente para projeção de identidades/*personas*. Eles vão, nessa perspectiva, além da noção de que carregam, em primeiro plano, significado representacional (ao que é *acrescido* significado social), funcionando mesmo como um recurso estético, em práticas consideradas estilísticas, sempre prenes de significado social – ainda que de modo apenas indireto (Traugott, 2001).

Com isso, podemos inferir que o que é central para os ETO é a mutabilidade dos recursos linguísticos, cuja significação (sempre contingente) só ganha especificação no uso, e não no sistema da língua ou em qualquer entidade abstrata, embora todo uso lide com os significados já associados previamente a eles (ou semantizados), podendo retomá-los, mas também modificá-los (discursivo-pragmaticamente). Os usos linguísticos estão, nos ETO, portanto, diretamente relacionados com a situação sociocultural dos sujeitos e com o modo como esses a *interpretam*. Desse modo, a língua não é vista como espelhamento ou fotografia da realidade, mas como uma *representação* dela – a partir de um ponto de vista ideológico, no âmbito de uma enunciação.

## 2 Artistas e músicas populares capixabas

A língua, como vimos anteriormente, é um mecanismo de expressão social. A música, nessa perspectiva, caracteriza-se como um recurso que possui grande potencial para expressar pluralidade cultural e linguística de uma sociedade, podendo indiciar diferentes

aspectos dela. Através da música, portanto, conseguimos depreender representações de identidades, materializadas no tipo de *persona* de cada canção, constituída: (a) por um tema (aquilo de que se fala), submetido a um certo enquadramento ideológico, a que podemos chamar de *letra*; e (b) por uma melodia. (Costa, 2003).

Podemos, então, considerar o gênero *música*, nas palavras de Costa (2003, p. 18), como o “resultado da conjugação entre a materialidade verbal e a materialidade musical (rítmica e melódica); e que essas dimensões são inseparáveis” – embora extrapole os objetivos deste texto uma análise da materialidade musical das canções examinadas. Dessa forma, no que tange à materialidade verbal, acreditamos que o gênero *música/canção* pode expressar tanto aspectos culturais e sociais (compartilhados) de uma comunidade (como uma certa identidade regional), quanto aspectos culturais locais evênticos, conforme agentividade da *persona* do texto-discurso de cada música. Costa (2003, p. 26) considera que, do ponto de vista da materialidade linguística, em músicas, dentre outros aspectos:

1. predominam palavras mais usadas quotidianamente;
2. maior liberdade quanto às regras normativas da sintaxe;
3. permite repetições e quebra de frases, palavras, sílabas e sons, sem intencionalidade outra que não a obediência às exigências do curso melódico e rítmico;
4. permite-se veicular diferentes socioletos.
5. pode dar pouca atenção à coerência do texto: os sentidos que faltarem podem ser preenchidos pela melodia [...].

Sobre o item 4, precedentemente, cabe destacar o conceito de socioleto, tal como praticado no âmbito da Sociolinguística. Conforme definição em Lane-Mercier e Chapdelaine, socioleto consiste em:

[t]oda linguagem particular de um (sub)grupo social determinado. Distinguindo-se simultaneamente dos conceitos de dialeto, que se baseia em critérios mais especificamente geográficos, de idioleto, que significa uma maneira idiossincrática, individual de falar, e de tecnoleto, que remete aos diversos campos do discurso de um estado de sociedade, os socioletos podem ser definidos a partir de critérios propriamente sociais, culturais, econômicos e institucionais. (Chapdelaine; Lane-Mercier, 1994, p. 07 *apud* Silva Júnior, 2021, p. 51).

Isto posto, cabe investigar se, nas músicas analisadas, há discursos e recursos linguísticos típicos de (sub)grupos específicos da comunidade capixaba. Já do ponto de vista da materialidade discursiva, Costa (2003, p. 27) considera que a música, para o que nos interessa neste texto, está “centrada na interação entre um eu e um tu constituídos no interior da letra”. Acreditamos que todos esses aspectos (da materialidade linguística e da materialidade discursiva) têm o potencial de oportunizar a emergência de recursos variáveis, profícuos para a projeção de identidades, uma vez que, especialmente em relação à materialidade discursiva, “reivindicações de identidade local são sobre o que significa ser ‘daqui’ em oposição a algum ‘lá’ identificado” (Eckert, 2018, p. 153). A relação entre um eu e um tu, um aqui e um lá, portanto, construídos nas músicas, devem impactar a projeção das identidades de que estamos em busca.

No cenário artístico musical capixaba, em particular, diversos cantores têm se destacado, inclusive em âmbito nacional. Além do consagrado cantor Roberto Carlos, existem também cantores mais jovens, que tiveram um crescimento exponencial nos últimos 5 anos e que têm trazido em suas canções estilos musicais mais atuais, como o Funk, o Rapper, o Trap, o eletrônico. Embora esses artistas estejam fazendo sucesso nacional, não é evidente que estejam falando sobre ou atuando para projeção de uma identidade cultural capixaba. Tendo em vista a relevância desses artistas e de suas músicas, no cenário local e global/nacional, constituímos um *corpus*, conforme decisões metodológicas a seguir, para análise.

### 3 Metodologia

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa se caracteriza por ser qualitativa, de cunho interpretativista, bibliográfica e documental. Após observar, pela revisão de literatura, que recursos lexicais, gramaticais e discursivos podem evocar identidade/*persona* típica de interações específicas, elegemos, para análise, músicas de artistas capixabas, conforme os seguintes critérios: selecionamos as músicas capixabas mais tocadas na plataforma de

streaming *Spotify*<sup>4</sup> em 2022, chegando a um número de 10 artistas; desses, selecionamos as duas músicas mais tocadas; quando o cantor tinha apenas uma música mais tocada na lista, apenas uma música foi selecionada. Com esses critérios, 12 músicas passaram a constituir o material de análise desta investigação.

O quadro, a seguir, em ordem alfabética, permite visualizar o *corpus* constituído nesta investigação:

**Quadro 1:** Especificação de artistas e músicas analisados

Artista capixaba	Música	Música(s) por artistas
Anderson Freire	Raridade	1
Budah	Dá pra ser?!	1
César MC	Você não ama ninguém	1
Daniel Caon	Vem de golpe	1
Dj Matt D	Pandora	2
	Novidade na área	
Dudu MC	Mensagem	2
	Monstro	
Roberto Carlos	Cama e mesa	1
Silva	Duas da tarde	1
Supercombo	Piloto automático	1
WC do BEAT	Meu mundo	1

Fonte: Elaboração própria

Em relação a esse *corpus*, serão considerados os seguintes aspectos: (a) os semântico-lexicais, com foco naquilo de que se fala e na orientação ideológica conferida a isso, por meio desses recursos; (b) os gramaticais, com foco no exame dos fenômenos variáveis selecionados, conforme a seguir; e (c) os discursivos, tendo em mira como identidades capixabas são construídas nos textos. Embora apresentemos separadamente os resultados da análise desses tópicos, acredita-se que a construção dos sentidos dos textos/músicas é conquistada por esses três elementos de modo articulado.

Para a análise gramatical, em particular, elegem-se 11 fenômenos variáveis já descritos na literatura variacionista de orientação laboviana, em relação aos usos capixabas<sup>5</sup>,

<sup>4</sup> Há, no ES, cantores e grupos/bandas que, sabidamente, exaltam a vida cultural do/no Estado. Os mais marcantes do Estado e que, inclusive, dão origem a um gênero musical brasileiro são as bandas de Congo. Evocando aspectos religiosos e folclóricos de parte do povo (indígenas e africanos) e da paisagem capixabas, o Congo é, desde 2014, reconhecido como Patrimônio Imaterial do Espírito Santo. Desse modo, sabemos que as músicas dessas bandas projetam identidade(s) capixaba(s). Por esse motivo, excluímos essas e outras bandas (como a *Banca Casaca*) da investigação, por acreditarmos que elas enviesariam a percepção sobre a questão de pesquisa desta investigação.

<sup>5</sup> As investigações sobre esses fenômenos foram feitas no âmbito do Projeto PortVix (Português falado na cidade de Vitória), da Universidade Federal do Espírito Santo; e todos os estudos e dados apresentados foram extraídos de Yacovenko *et al.* (2012).

quais sejam, considerando resultados apenas quanto à frequência de uso, a fim de, na sequência, comparar esses resultados com a frequência encontrada nas músicas analisadas:

- (1) *Alternância entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito (Tesch, 2007)*: este tema diz respeito à variação, no âmbito do *irrealis*, entre futuro do pretérito e pretérito perfeito. Tesch (2007) analisa quatro variantes: (1) Futuro do pretérito, (2) Pretérito imperfeito não perifrástico (IA); (3) Pretérito perfeito perifrástico (IA + V INFINITIVO); (4) Futuro do pretérito perifrástico. Os resultados da pesquisadora indicam que a variante *pretérito imperfeito não perifrástico (IA)* é a preferida dos capixabas, havendo um alinhamento com o cenário linguístico nacional, que também tem, em outras variedades, essa variante como a mais frequente.
- (2) *Expressão variável do futuro do presente (Bragança, 2008)*: Bragança (2008) investiga a gramaticalização do verbo IR e a variação na expressão do futuro do presente, considerando as seguintes variantes: (1) futuro do presente sintético; (2) verbo IR + infinitivo; (3) presente. Com relação a esse fenômeno, a pesquisadora conclui que o futuro do presente em terras capixabas começava a dar lugar à forma perifrástica, também seguindo a mesma tendência de uso de outras variedades brasileiras.
- (3) *Usos de gerúndio (Basílio, 2011)*: concerne à forma nominal do verbo que indica continuidade ou desenvolvimento de uma ação. As variantes consideradas neste estudo foram: (1) Verbo *estar* + *gerúndio* no campo do presente frequentativo; (2) Verbo *estar* + *gerúndio* no campo do infinitivo não futuro; (3) Verbo *estar* + *gerúndio* no campo do infinitivo futuro. Os resultados indicam que a variante *verbo estar + gerúndio no campo do infinitivo não futuro* é a mais usada pelos capixabas.
- (4) *Variação sintática das orações adverbiais finais (Deoclécio, 2011)*: neste fenômeno as variantes observadas foram: (1) Orações adverbiais finais desenvolvidas; (2) Orações adverbiais finais reduzidas. Os resultados mostram que as capitais Vitória/ES (e Florianópolis/SC) apresentaram um alinhamento referente ao uso das orações adverbiais finais reduzidas.
- (5) *Alternância nós/ a gente (Mendonça, 2010)*: este fenômeno, como o próprio nome indica, investiga a variação entre o uso das formas pronominais *nós* e *a gente*. Os resultados revelam a implementação, em terras capixabas, da forma *a gente*, seguindo o padrão nacional.
- (6) *Expressão gramatical do imperativo (Evangelista, 2010)*: neste estudo, examinou-se a expressão do imperativo, considerando a alternância entre as seguintes formas: (1) modo indicativo; (2) modo subjuntivo. Como resultado, as pesquisas mostram um alinhamento das capitais Vitória/ES e Rio de Janeiro/RJ associado ao uso da forma indicativa (*fala, vem*).

- (7) *A expressão do objeto direto anafórico (Yacovenco; Berbert, 2012)*: nesta investigação, foram observadas as seguintes variantes: (1) Clíticos acusativos de terceira pessoa; (2) Pronome lexical; (3) Sintagma nominal anafórico; (4) Sintagma nominal apagado/categoria vazia. Em relação a esse fenômeno, as pesquisas indicam que a variante capixaba preferida é *categoria vazia*, seguida de *sintagma nominal anafórico*, seguindo a tendência nacional de uso desse fenômeno.
- (8) *Concordância nominal (Silva; Scherre, 2012)*: o fenômeno linguístico analisado é a presença ou ausência de marca de número nos elementos do sintagma nominal. Como resultado da pesquisa, observou-se que cerca de 89,5% da população capixaba faz concordância nominal, fugindo do esperado das demais tendências.
- (9) *Concordância Verbal (Benfica; Scherre, 2012)*: essa investigação diz respeito à análise da concordância verbal na fala capixaba, ou seja, se há concordância entre o verbo e o sujeito. O resultado relativo à faixa etária mostrou que, na capital Vitória/ES, em alinhamento com o Rio de Janeiro/RJ, os falantes de escolaridade fundamental apresentam menos concordância do que os falantes com ensino universitário.
- (10) *Alternância você/cê/ocê (Calmon, 2010)*: investigando a ocorrência dos pronomes *você/cê/ocê*, os resultados indicam que a forma *você* é a mais utilizada pelos capixabas, diferentemente da tendência de outras regiões como Minas Gerais, que utiliza a variante *cê, ocê*.
- (11) *Ausência/presença de artigo antecedendo antropônimos e possessivos (Campos Júnior, 2011)*: Esse fenômeno linguístico apresenta como variantes *presença* e *ausência* de artigos antecedendo nomes próprios ou pronomes possessivos, como em “Totalmente dependente de Isabela/ da Isabela”. Os resultados indicam que a variante capixaba preferida é *ausência de artigo*, sendo esse, inclusive, um traço marcante dessa variedade, que não segue a tendência nacional.

É importante ressaltar que esses fenômenos foram eleitos por serem fartamente investigados em relação à variedade capixaba; além disso, os resultados apontam que, a maioria deles, conforme pôde ser observado, segue tendência nacional/mais frequente de uso no português do Brasil, não se tratando, portanto, de marcas exclusivamente capixabas. Sistematizando essa questão, podemos assim pôr em evidência os usos variáveis que seguem os padrões gerais e os que singularizam a variedade capixaba, apresentando e discutindo, na sequência, os resultados da investigação:

- 1) *Fenômenos que seguem padrões nacionais/mais frequentes de uso:*
  - a) Alternância entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito
  - b) Expressão variável do futuro do presente
  - c) Usos do gerúndio
  - d) Variação sintática das orações adverbiais finais

- e) Alternância *nós/ a gente*
  - f) Expressão gramatical do imperativo
  - g) A expressão do objeto direto anafórico
  - h) Concordância nominal
  - i) Concordância verbal
- 2) *Fenômenos que singularizam a variedade capixaba*
- a) Presença ou ausência de artigo diante de antropônimos e possessivos
  - b) Alternância *você/cê/ocê*

#### 4 Resultados e discussão

Em termos gerais, nenhuma música analisada evoca a terra, o povo, os costumes capixabas. Com diferentes estilos musicais (Rapper, Funk, MPB, Gospel, Eletrônica, Hip-Hoper/Rapper, Dance/Eletrônica), as músicas/textos evocam ou uma atmosfera urbana (de periferia, de favela) ou uma atmosfera atemporal, de modo que, em nada, o ES, a vida capixaba é identificada, particularmente. Além disso, com exceção de três músicas – Raridade, de Anderson Freire; Duas da tarde, de Silva; e Piloto automático, de Supercombo –, todas têm um “eu” homem e um “tu” mulher, em situação de relação amorosa, embora essa relação se configure de diferentes modos, em consonância com a concepção de Costa (2003), de que, em termos de materialidade discursiva, a interação centrada entre um “eu” e um “tu”, em músicas, é constituída no interior de cada letra – ou, em consonância com os ETO, com a noção de *persona* interacional, constituída localmente. Assim:

- (i) em Cama e Mesa, de Roberto Carlos, e em Dá pra ser, de Budah, há um amor romântico (como se lê, respectivamente, em: “Você é o doce que eu mais gosto, meu café completo/<sup>6</sup> Mas o homem que sabe que quer/ E se apaixonou por uma mulher/ Ele faz desse amor sua vida; Tô pra ver e agora flui, mané/ Cansei de uma noite e fui, valeu/Dá pra ser só eu e tu?/Só eu e tu”);
- (ii) em Pandora e Novidade na área, de Dj Matt D; Mensagem, de Dudu Mc; Meu mundo, de WC do Beat; e Vem de Golpe, de Daniel Caon, há um amor ou um momento erotizado (como se lê, respectivamente, em: “Me desculpa a pouca idade/ Eu te provoço de verdade/E ela dá bem, fode bem”; “Cê vai sentando, gosta da lapada”; “Me olha na maldade, né/Por isso que cê procura”/ “Rebolando essa bunda pra mim/WC no comando da putaria”; “Cê fez gostoso e virou minha cabeça”);

<sup>6</sup> O uso de barras (/) indica o fim de um verso e início de outro, não exatamente em sequência.



- (iii) em Monstro, de Dudu MC, há uma relação amorosa de dependência emocional (como se lê em: “Parece que só destruo o que toco/Eu preciso de ajuda e não é segredo/Eu preciso de você para voar, você é a minha metade”);
- (iv) em Você não ama ninguém, de César Mc, um amor desfeito (como se lê em: “Por que você foi assim?/Sem pensar no que existiu/Nem uma despedida uma contrapartida”).

Notamos que, a despeito de essas *personas* se constituírem na relação com um “tu” específico, são também *personas* globais, uma vez que o amor romântico, o amor erotizado, o amor de dependência e o amor desfeito são tipos de amor passíveis de serem experienciados em qualquer parte do mundo. Cabe a ressalva, porém, de que questões locais (como o amor erotizado típico de Rappers e Funks que retratam periferias brasileiras, especialmente as do Sudeste do país) configuram de uma certa maneira (particular) a relação entre as *personas* evocadas e os tipos de amor experimentados. As três músicas que constituem exceção, nesse cenário, por sua vez, abordam temas mais atemporais e não retratam algum tipo de relação entre homem e mulher, mas:

- (i) por meio de um “eu” universal<sup>7</sup>, que fala para um “tu”, também universal, em estado de sofrimento, o valor de toda pessoa (toda a humanidade) para Deus, tendo em vista a feitura à sua imagem e semelhança, na música Raridade, de Anderson Freire (como se lê em “Sua raridade não está naquilo que você possui/Ou que sabe fazer/Você é um espelho que reflete a imagem do Senhor/Não chore se o mundo ainda não notou/Você é precioso”);
- (ii) por meio de um “eu” acordado, vigoroso, que fala para um “tu” que dorme (até duas da tarde), o valor da vida, em geral, como o simples fato de se poder respirar (na certeza de que todo o mal vai passar), na música Duas da tarde, de Silva (como se lê em “Vem cá/Pra fora da cama/São duas da tarde/Vou ali ver o mar/Somente o que for bom/O resto vai passar/Vou me lembrar do dom/Que é poder respirar”);
- (iii) por meio de um “eu” um pouco desalentado, que fala para um “tu” que não nota tal adversidade, a desesperança com a vida automatizada, na música Piloto automático, de Supercombo (como se lê em “E ainda acho que meu cotidiano /Vai me largar/Um dia eu vou morrer/Um dia eu chego lá/E eu sei que o piloto automático/Vai me levar/Um dia eu acho um jeito de aparecer”).

<sup>7</sup> Por *universal*, aqui, não estamos considerando um sujeito a-histórico, mas um sujeito em sua humanidade, com aquilo que nos toca a todos, independentemente do tempo.

Além disso, do ponto de vista da materialidade linguística e já especificando a análise semântico-lexical, embora não tenhamos encontrado nenhum item lexical apontado como característico da variedade capixaba – como *pocar*, *massa*, *gastura*, *tatuíra* (Tesch, 2022) – encontramos nas músicas analisadas todos os aspectos de que fala Costa (2003). Conferimos destaque, contudo, a dois deles, considerando os objetivos deste texto, pois rapidamente deixam ver os temas abordados e o modo de enquadrá-los, discursiva e linguisticamente, no âmbito da vida prosaica de um certo lugar (a vida em certas periferias ou a vida universalmente comum, a depender da música de referência):

1. Predomínio de palavras mais usadas quotidianamente: embora as palavras quotidianas de distintos grupos possam ser diferentes, o que se parece afirmar, com esse ponto, é que as letras dessas músicas não oferecem dificuldades de compreensão – a não ser pelo uso de gírias mais específicas, como “tu tem o meu biriri”, essa última em referência à “celular”.
2. Veiculação de diferentes socioletos: o de comunidades urbanas periféricas/favelas, típicas do Sudeste do Brasil (especialmente Rio e São Paulo) – como se lê em “Sou favelado da Leste, ela parte da Norte”, em Pandora, de Dj Matt D. Embora também haja muita heterogeneidade nesses (sub)grupos, como se pode presumir, há também compartilhamentos, conforme vemos no próprio recorrente interesse pelo mesmo tipo de discurso (o que dizer), materializado, inclusive, pelos mesmos recursos linguísticos (como dizer), quais sejam: os relacionados ao campo semântico da sexualidade e da ilicitude: dar, foder, rebolar, sentar pau, bunda, safadeza, lapada, maconha/fumação/brisa/skunk, dólar sujo etc.

Em suma, embora saibamos que sexualidade e ilicitude não são temas/práticas específicos desses (sub)grupos de favelas, o modo de enquadrá-los, de discursivizá-los parece ganhar contornos específicos desse contexto, nas músicas em tela, por conta de aspectos sociais, culturais e econômicos típicos desse modo de vida que se reverbera em diferentes lugares. Isso parece inviabilizar a identificação de uma cultura ou (sub)cultura capixaba, em particular, nessas músicas, a despeito de os cantores e/ou compositores serem capixabas. Ademais, ainda no campo semântico-lexical, observamos que em algumas músicas de Rapper, Trap e Funk (como “Pandora” e “Mensagem”, nas quais a realidade da vida na favela é uma temática recorrente), a ostentação de bens materiais, como carros e roupas de marcas luxuosas, configuram-se como um mecanismo padrão para mostrar mudança na vida financeira (para um estado muito melhor) (como se lê em: “Tem o Nivus

tem o Evoque, tem o Fusion pra acelerar”/ “E o FK chegou de Audi, e elas não para de olhar”). Nesta lógica, identificamos que essas *personas* que exibem ostentação geralmente estão relacionadas não somente a homens, mas também a mulheres com as quais aqueles possuem uma relação amorosa ou apenas sexual (como se lê em: “E eu toda maloca, e ela toda paty”, “Vestindo Versace, foto no iate”) em Pandora, de Dj Matt D.

Outrossim, observamos que a música “Raridade” é a canção mais conservadora, dentre as analisadas, trazendo consigo uma linguagem mais formal e um viés ideológico cristão. Nesse sentido, a música transmite uma mensagem de valorização de um “eu” (universal) desmotivado e desesperançoso, mas que encontra seu valor inestimável em Deus. Embora já tenhamos, com esse resultado geral, uma resposta negativa para a principal questão desta investigação – qual seja: se haveria, pelos discursos evocados nas/pelas músicas, a projeção de identidade(s) capixaba(s) – continuamos detalhando, a seguir, os resultados, tendo em vista alguns dados relevantes no que tange à análise gramatical e discursiva do *corpus*.

Do ponto de vista da análise gramatical, localizamos, em relação aos fenômenos variáveis elencados, 399 dados. Considerando cada fenômeno, em particular, identificamos que os seguintes seguem a mesma tendência de uso, em termos de frequência, já captada em pesquisas variacionistas capixabas anteriores, embora nossa análise não tenha sido quantitativa:

1. Em relação ao uso de gerúndio, a variante mais frequente, também nas músicas, foi *verbo estar + gerúndio no campo do infinitivo não futuro*, como se lê em “Você sabe de quem tô falando”, em Monstro, de Dudu MC;
2. Em relação à variação sintática das orações adverbiais finais, a variante mais frequente de nosso *corpus* também foi a *adverbial final reduzida*, como se lê em “Bala no copo da gata pra ficar maluca”, em Pandora, de Dj Matt D;
3. Em relação ao fenômeno da alternância entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito, a variante mais frequente também foi o *pretérito imperfeito não perifrástico*, como se lê em “Todo mundo quis me avisar/Que você era problema/Que era só eu me apegar/Seu desapego *entrava* em cena”, em Vem de golpe, de Daniel Coan;
4. Em relação ao uso do imperativo, a variante mais frequente também foi a *indicativa*, como se lê em “Respeita ou *faça* ou não me *subestima*”, em Novidade na área, de Dj Matt D;

5. Em relação à concordância nominal, também foi mais frequente a *presença de concordância*, como se lê em “que não importa as feridas e os erros”, em Monstro, de Dudu MC;
6. Em relação à concordância verbal, embora nada possamos afirmar sobre a relação entre esse fenômeno e escolaridade, tal como investigam Benfica e Scherre (2012), em nosso *corpus* foi mais frequente a *presença* do que a ausência de marcas, embora essa última também tenha sido abundante, como se lê em “Um dia nós vai se encontrar”, em Meu mundo, de WC no beat;
7. Em relação à expressão variável do futuro do presente, a variante mais frequente também foi a *perifrástica*, como se lê em “Eu vou ser seu Romeu”, em Mensagem, de Dudu MC.
8. Em relação à expressão do objeto direto anafórico, também encontramos como variante mais frequente a *categoria vazia*, como se lê em “É que eu te prometi o mundo, e cê quis um pedaço”, em Mensagem, de Dudu MC.

Entretanto, identificamos também fenômenos que não seguem a mesma tendência de uso captada em pesquisas anteriores, em terras capixabas, como se vê a seguir:

1. Em relação ao fenômeno alternância *você/cê/ocê*, embora as pesquisas encontrem como variante mais frequente *você*, localizamos *cê*, como se lê em “Não sei se cê saca que eu tenho o queijo e a faca”, em Dá pra ser?!, de Budah;
2. Em relação ao fenômeno alternância *nós/a gente*, embora as pesquisas encontrem como variante mais frequente *a gente*, localizamos a forma *nós*, com ou sem concordância, como se lê em “Diz pra geral que nós fomos um mero detalhe”, em Você não ama ninguém, de César MC; e em “a história nós monta”, em Dá pra ser?!, de Djonga part. Budah;
3. Por fim, em relação ao fenômeno ausência e presença de artigo diante de antropônimos e possessivos, embora as pesquisas encontrem como variante mais frequente em terras capixabas a ausência de artigo, localizamos a presença, como se lê em “Sei que você quer um pouco da minha brisa”, em Meu mundo, de WC no beat; ou como se lê em “Você é um espelho/que reflete a imagem do Senhor”, em Raridade, de Anderson Freire.

É importante destacar que, embora os fenômenos elencados acima estejam sendo apresentados como não seguindo, em nosso *corpus*, a mesma tendência de uso de pesquisas variacionistas anteriores, no que tange à frequência, há que se observar que nossa amostra é pequena, de diferente natureza textual-discursiva e a análise não segue os mesmos parâmetros (inclusive pela diferença epistemológica entre estudos de primeira e de terceira fases variacionistas), de modo que a comparação feita precisa ser vista com ressalvas. Mesmo assim, serve como um indicativo de que o tipo de texto (gênero) em análise pode

alterar o resultado de pesquisas variacionistas – porque no âmbito desses é que há uma *persona* que toma a palavra de uma dada maneira e não de outra. Assim, parece ser crucial para esse campo de estudos (pelo menos na perspectiva aqui em tela) a análise de muitos textos, antes de se depreender padrões de uso (se isso se quiser), a partir do exame de poucos tipos de textos.

Também é interessante notar que, apesar de oito fenômenos, em nossos dados, seguirem a mesma tendência de uso de estudos labovianos já realizados, a maior parte desses fenômenos segue tendência nacional/mais frequente, nada podendo ser dito em relação, portanto, a usos que destaquem *uma* identidade capixaba. Do ponto de vista discursivo, os dados parecem apontar para o fato de que artistas capixabas não projetam, nessas obras analisadas, identidades ou discursos marcadamente capixabas. Diferentemente de outros artistas que celebram/criam identidades locais (Luiz Gonzaga, Banda Alderia, Banda Calypso etc.), os nossos parecem se lançar ao global/nacional, ao nacionalmente partilhado – talvez em busca da conquista de um público maior e mais diversificado, componentes atraentes para o sucesso. Assim, em relação a esses fenômenos, mesmo com a coincidência de resultados entre esta investigação e pesquisas anteriores, não acreditamos ser possível falar em construção/projeção discursiva de identidade(s) capixaba(s).

### Considerações finais

De maneira geral, este texto teve como objetivo fazer um levantamento semântico-lexical e gramatical em músicas, de artistas capixabas, de marcas típicas de uma certa identidade linguístico-cultural local, conforme imaginário social e conforme resultados de pesquisas variacionistas labovianas sobre 11 fenômenos, para interpretá-los à luz da epistemologia da mais recente fase variacionista. Por meio dessas marcas, objetivou-se ainda analisar se uma (ou mais de uma) certa identidade capixaba seria discursivamente construída nos discursos evocados pelas músicas e como isso ocorreria. Os resultados indicaram que, de modo atípico, nenhuma música analisada evoca a cultura e os costumes do povo capixaba – quer pelos discursos, quer pelos fenômenos lexicais e gramaticais analisados.

Diante dos resultados encontrados, parece ser possível afirmar que a não construção/promoção de uma identidade marcadamente capixaba se deve ao fato de os artistas, com o objetivo de emplacar sucessos nacionais, apropriarem-se de discursos e de marcas linguísticas mais globais/frequentes e/ou menos capixaba. Talvez, por isso, as *personas* dos discursos analisados sejam, estrategicamente, mais globais, mais universais, não apontando especificamente para a vida em solo espírito santense.

É importante ressaltar que esse tipo de investigação (que examina correlações entre gênero do discurso, discursos construídos por eles/neles e recursos gramaticais agenciados para isso) tende a se mostrar produtivo para os interesses dos ETO, voltados para o significado social dos recursos linguísticos, instaurados em interações específicas, a partir de um cenário estilisticamente/ideologicamente constituído. Com este texto, acreditamos que demos um primeiro e tímido passo em direção a esse tipo de análise, cujos desdobramentos tendem a (a) ampliar os tipos de análises (quantitativa e qualitativa) que interessam aos estudos variacionistas e, especificamente, a (b) perscrutar a discursivização (ou não) de identidade(s) capixaba(s).

## Referências

BELL, A. Back in style: reworking audience design. In: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (Eds.). *Style and Sociolinguistic Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 139-169.

CASIMIRO, S. A identidade nos estudos sociolinguísticos. *Revista Estudos linguísticos: Do falado ao escrito*, [s. l.], p. 30-56, 2021. Disponível em: [https://www.academia.edu/45068469/A\\_identidade\\_nos\\_estudos\\_sociolingu%C3%ADsticos](https://www.academia.edu/45068469/A_identidade_nos_estudos_sociolingu%C3%ADsticos). Acesso em 20 de jan. 2024.

COSTA, A. L. P. *O futuro do pretérito e suas variantes no português do Rio de Janeiro: um estudo diacrônico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

COSTA-HÜBES, T. da C.; BILHAR, T. F. B. Concepção de linguagem, de texto e de gêneros discursivos na formação inicial do professor de Língua Portuguesa. *Revista Domínios de Lingu@Gem*, [S.L.], v. 13, n. 3, p. 1082-1114, 8 out. 2019. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/41912>. Acesso em: 08 de fev. 2024.

COUPLAND, N. *Style: language variation and identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ECKERT, P. *Linguistic variation as social practice: the linguistic construction of identity in Belten High*. Oxford: Blackwell, 2000.

ECKERT, P. Style and social meaning. In: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (Eds.). *Style and Sociolinguistic Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 119-126.

ECKERT, P. *Variation, convention and social meaning*. Annual Meeting of the Linguistic Society of America; 2005. Disponível em: <http://lingo.stanford.edu/sag/L204/EckertLSA2005.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2023.

ECKERT, P. *Third Wave Variationism*. Oxford Handbooks Online, 2016. Disponível em: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199935345.001.0001/oxfordhb-9780199935345-e-27>. Acesso em: 20 out. 2023.

ECKERT, P. *Meaning and linguistic variation: the third wave in sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press. 2018. Disponível em: [https://librarylinguistics.files.wordpress.com/2019/04/meaning\\_and\\_linguistic\\_variation.pdf](https://librarylinguistics.files.wordpress.com/2019/04/meaning_and_linguistic_variation.pdf) Acesso em: 13 de out. 2023.

ECKERT, P. As três ondas do estudo da variação: a emergência do significado no estudo da variação sociolinguística. Tradução de Samuel Gomes de Oliveira, Lívia Majolo Rockenbach e Athany Gutierrez. *Revista Organon*, Porto Alegre, v. 37, n. 73, p. 268-291, jan/jun. 2022 [2012]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/122962>. Acesso em: 10 de jan. 2024.

FIGUEROA, E. *Sociolinguistic metatheory*. Pergamon, 1994.

IBGE. *Indicadores IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KIESLING, S. F. Constructing identity. In: CHAMBERS, Jack K.; SCHILLING, Natalie.(Eds.). *The handbook of language variation and change*. 2. ed. Oxford, U.K.: Blackwell, 2013. p. 448-467.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LACERDA, M. L.; GÖRSKI, E. M.; PAZA, C. R. M. Terceira onda variacionista: continuidade ou descontinuidade de fases? *Revista da Abralin*, v. 21, p. 1-27, 2023. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2070>. Acesso em: 05 de jan. 2024.

LACERDA, M. L.; LEPPAUS, A. C. S. Capixaba tem sotaque? Quem pode dar essa resposta? Questões para a sociolinguística da sociedade. *Revista Confluência*, p. 68-104, 2023. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/1333>. Acesso em: 10 de jan. 2024.

LANGA LACERDA, M.; GÖRSKI, E. M.; MORAES LIMA, S. M. Potencial analítico dos gêneros do discurso para os estudos variacionistas. *Revista Bakhtiniana - Revista de estudos do discurso*, v. 18, p. 1-27, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/60113>. Acesso em 17 dez. 2023.

LUCCHESI, D. A Teoria da variação linguística: um balanço crítico. *Revista Estudos Linguísticos*, São Paulo, 41(2): p. 793-805, maio-ago 2012.

SÁ, A. S. de. *O regionalismo na música popular amazonense: um levantamento semântico-lexical*. 2018. 30 f. TCC (Graduação em Letras) - Curso de Letras-Habilitação em Língua Portuguesa, Universidade Estadual do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/4252>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SILVA, S. E. B.; REIS, L. D.; ACÁCIO, M. do C. Análise dos fenômenos linguísticos presentes na letra da música paraense: Voando pro Pará. *Revista Porto das Letras*, [s. l], v. 4, n. 1, p. 51-57, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/download/3778/13262/25746>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SILVA JÚNIOR, N. F. da. *A tradução para o português dos socioletos literários da trilogia fundação, de Isaac Asimov*. 2021. 105f. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos Literários). Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Universidade Federal de Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32870>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SCHILLING-ESTES, N. Stylistic variation and the sociolinguistic interview: a reconsideration. In: MONROY, R.; SÁNCHEZ, A. (ed.). *Actas del XXV Congreso internacional de la Asociación Española de Lingüística Aplicada (AESLA)*. Murcia, 2007. p. 971-986. Disponível em: <https://www.um.es/lacell/aesla/contenido/pdf/9/schilling.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2023.

TESCH, L. M. O sotaque capixaba: Um estudo de percepção. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 16, n. 34, p. 225-242, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/38573>. Acesso em 10 de nov. 2023.

TRAUGOTT, E. C. Zeroing in on multifunctionality and style. In: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (Ed.). *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 127-136.

YACOVENCO, L. C.; SCHERRE, M. M.; TESCH, L. M.; BRAGANÇA, M. L. L.; EVANGELISTA, E. M.; MENDONÇA, A. K. de; CALMON, E. N.; CAMPOS JUNIOR, H. S.; BARBOSA, A. F.; BASILIO, J. O. S.; DEOCLECIO, C. E. ; BERBERT, A. F. ; SILVA, J. B. ; BENFICA, S. A. Projeto Portvix: a fala de Vitória/es em cena. *Revista Alfa: Revista de Linguística* (UNESP. Online), v. 56, p. 771-806, 2012, pp. 771-806. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-57942012000300003>. Acesso em: 27 nov. 2023.



## A MODALIDADE DEÔNICA EM SENTENÇAS JUDICIAIS: OS ASPECTOS SEMÂNTICOS DOS ATOS DEÔNICOS

### THE DEONTIC MODALITY IN JUDICIAL SENTENCES: THE SEMANTIC ASPECTS OF DEONTICAL ACTS

André Silva Oliveira<sup>1</sup>  
Eduarda Santana dos Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo do presente estudo consiste em descrever e analisar a modalidade deônica em sentenças judiciais, considerando para isso aspectos de ordem semântica como reguladores da deonticidade engendrada em sentenças judiciais, a partir do que é regulado, prescrito ou avaliado pelos participantes da interação (juiz, promotor, defensor, etc.) na elaboração do veredito final sobre o caso julgado. Para isso, adota-se o modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008), procurando descrever e analisar os valores modais deônicos (obrigação, permissão e proibição), a orientação modal (Participante e Evento) e o domínio modal (objetivo e subjetivo), categorias relativas ao Nível Representacional. Após a análise das vinte sentenças judiciais que compuseram o *corpus* desta pesquisa, verificou-se que os valores modais de obrigação (necessidade deônica) e proibição (negação de possibilidade deônica) são os mais recorrentes, cuja orientação modal para o Evento é majoritária na articulação dos conteúdos modais deônicos, revelando, desse modo, a imparcialidade, objetividade e assertividade na regulação, prescrição e avaliação dos deveres, das regras e das normas sancionadas. No tocante ao domínio modal, houve uma preponderância de modalidade deônica objetiva, afastando, assim, qualquer possibilidade de uma leitura pessoal e particular das obrigações e das proibições instauradas nas sentenças judiciais.

**Palavras-chave:** Modalidade Deônica. Deonticidade. Língua Espanhola. Atos Deônicos.

**Abstract:** The objective of the present study is to describe and analyse the deontic modality in judicial sentences considering semantic aspects as regulators of the deonticity engendered in judicial sentences based on what is regulated, prescribed or evaluated by the participants of the interaction (judge, prosecutor, defender, etc.) in preparing the final verdict on the case tried. To this end, the theoretical model of Functional Discourse Grammar by Hengeveld and Mackenzie (2008) is adopted seeking to describe and analyse the deontic modal values (obligation, permission and prohibition), the modal orientation (Participant and Event) and the modal domain (objective and subjective) categories related to the Representational Level. After analyzing the twenty judicial sentences that made up the corpus of this research, it was found that the modal values of obligation (deontic necessity) and prohibition (denial of deontic possibility) are the most recurrent whose modal orientation towards the Event is the majority in the articulation of deontic modal contents, thus revealing impartiality, objectivity and assertiveness in the regulation, prescription and evaluation of sanctioned duties, rules and norms. Regarding the modal domain, there was a preponderance of objective deontic modality thus ruling out any possibility of a personal and private reading of the obligations and prohibitions established in judicial sentences.

**Keywords:** Deontic Modality. Deonticity. Spanish language. Deontic Acts.

<sup>1</sup> Filiação institucional: Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
E-mail: andre.oliveira@ufrn.br  
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4245295395371982>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3448-0658>

<sup>2</sup> Filiação institucional: Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
E-mail: eduardasantana201532@gmail.com  
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6639368931795838>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9767-5245>

## Introdução

O presente artigo trata de apresentar algumas categorias de ordem semântica como modeladoras da articulação da modalidade deôntica na linguagem jurídica, cujo objetivo consiste em descrever e analisar a deonticidade, nas sentenças judiciais em língua espanhola, como forma de revelar os pontos de vista do sujeito enunciador (o juiz que profere a sentença) e os efeitos de sentido que decorrem da instauração dos atos deônticos no discurso jurídico. Nesse sentido, hipotetizamos que as modalizações deônticas podem apresentar um uso diferenciado e peculiar quando a deonticidade instaurada é avaliada a partir dos valores modais deônticos instaurados (obrigação, permissão e proibição), da orientação modal das modalizações deônticas (Participante e Evento) e do domínio modal (objetivo e subjetivo).

De acordo com Hengeveld (2004), a modalidade deôntica está relacionada às regras e às normas de conduta de âmbito legal, moral e social (domínio semântico); podendo estar orientada para o Participante (modalidade agentiva) ou para o Evento (modalidade eventiva). Dessa forma, pretendemos responder aos seguintes questionamentos: (1) qual a orientação modal que mais se sobressai na construção da deonticidade na sentença judicial?; (2) qual domínio modal pode atenuar ou intensificar o caráter impositivo da modalidade deôntica na sentença judicial?; e (3) quais os valores modais deônticos instaurados na sentença judicial? À vista disso, optamos pela perspectiva funcionalista de linha holandesa, especificamente o modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008) e a tipologia de modalidades adotada por Hengeveld (2004).

Imbuídos desse propósito, este artigo está organizado em cinco seções. Primeiramente, apresentamos brevemente o modelo teórico da GDF, arcabouço teórico que serve como base para a descrição e análise da modalidade deôntica. Na sequência, abordamos as principais considerações acerca da modalidade deôntica a partir da ótica do funcionalismo de linha holandesa e dos aspectos semânticos relativos à deonticidade. Em seguida, especificamos os parâmetros de análise e a metodologia de investigação utilizados na descrição e análise dos conteúdos modais deônticos. Posteriormente, expomos a descrição e análise da modalidade deôntica nas sentenças judiciais com base nas categorias de análise semânticas; e, por fim, discorremos sobre as considerações finais.

## 1 Gramática Discursivo-Funcional (GDF)

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a Gramática Discursivo-Funcional é um modelo mais amplo de interação verbal, pois isso se deve a sua análise linguística de abordagem mais holística, na tentativa de explicar a língua(gem) em contextos reais de produção e uso. Para isso, a GDF busca integrar múltiplos níveis de análise para fornecer uma interpretação e compreensão mais abrangente das unidades linguísticas durante a interação verbal.

Nesse sentido, o modelo de gramática funcional do funcionalismo de linha holandesa descreve e analisa a língua(gem) a partir da integração entre os Níveis Fonológico (fonológico), Morfossintático (morfossintático), Representacional (semântico) e Interpessoal (pragmático), que juntos formam o Componente Gramatical. Desse modo, o arcabouço teórico da GDF permite uma compreensão mais ampla e completa da interação verbal, haja vista que considera diferentes aspectos da língua(gem) que se inter-relacionam e contribuem para o significado das unidades linguísticas.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), a GDF enfatiza o contexto comunicativo, situacional, social e cultural na descrição e análise das unidades linguísticas, posto que os fatores contextuais, alocados no Componente Contextual e de ordem não-gramatical, condicionam e influenciam na compreensão e produção da língua(gem), o que inclui, necessariamente, o conhecimento compartilhado pelos Participantes, as normas sociais e as expectativas culturais.

Para além do Componente Contextual, outros dois componentes não-gramaticais também são relevantes para as operações de Formulação e Codificação que ocorrem dentro do Componente Gramatical, são eles: o Componente Conceitual, que é o responsável pela representação dos conceitos mentais, construção de significado, ativação de esquemas cognitivos e representações conceptuais ativados durante a produção e a compreensão da língua(gem); e o Componente de Saída, que diz respeito às dimensões da análise linguística que se relaciona à forma como os Participantes planejam, organizam e executam sua

expressão escrita, oral ou gestual para produzir enunciados coerentes e adequados ao contexto situacional em que estão inseridos.

O modelo teórico da GDF, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), considera o que se conhece como *princípio do escopo*, que diz respeito à forma como certas unidades linguísticas exercem influência estendida ou limitada dentro de um determinado contexto discursivo. Em outras palavras, verificamos, nas línguas naturais, que alguns elementos linguísticos têm um alcance mais amplo (maior escopo) ou mais restrito (menor escopo) em relação ao conteúdo ou à estrutura do discurso em que estão inseridos.

Conforme o modelo proposto pela GDF, o princípio do escopo está relacionado à organização hierárquica da língua(gem), podendo influenciar na interpretação e na função das unidades linguísticas em um texto. Especificamente no tocante à categoria modalidade, o princípio do escopo pode determinar a extensão e o impacto semântico (alcance semântico) dos operadores e dos modificadores modais, em que estes podem ter escopo por toda uma sentença (atuando em camadas mais altas do Nível Representacional – escopo mais estendido) ou a uma parte mais específica de uma sentença (atuando em camadas mais baixas do Nível Representacional – escopo mais restrito).

Na descrição e análise da categoria modalidade, alocada no Nível Representacional e composto pelas camadas do Conteúdo Proposicional (p), Episódio (ep), Estado-de-Coisas (e) e Propriedade Configuracional (f), examinamos que os operadores e os modificadores podem atuar em diferentes camadas a depender do seu escopo de atuação na sentença. Desse modo, operadores/modificadores modais podem atuar nas camadas: da Propriedade Configuracional, quando incidem sobre predicados; do Estado-de-Coisas, quando incidem sobre predicções (predicado e argumentos); do Episódio, quando incidem sobre um conjunto de predicções; e do Conteúdo Proposicional, quando incidem sobre um fato possível.

Especificamente a modalidade deôntica, que, conforme Hengeveld (2004), é o subtipo modal relativo à manifestação de regras e de normas de conduta legalmente, socialmente e moralmente estabelecidas, atestamos que os operadores modais deônticos

podem incidir sobre predicados e predicções, atuando, respectivamente, nas camadas da Propriedade Configuracional (f) e do Estado-de-Coisas (e), como veremos na seção seguinte.

## 2 A modalidade deôntica na GDF e o semântico da deonticidade

Na GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008), a categoria modalidade está amparada na tipologia das modalidades proposta por Hengeveld (2004), em que a modalidade é descrita e analisada a partir de dois parâmetros semânticos principais, a saber: (1) o *domínio semântico*, que se refere à expressão da atitude do falante em relação ao conteúdo expresso no enunciado modalizado, o que inclui julgamentos de valor, avaliações de certeza, probabilidade, possibilidade, obrigações, desejos, capacidades, entre outros aspectos; e (2) a *orientação modal*, que é referente ao objeto ou ao conteúdo do enunciado modalizado que está sendo avaliado ou sobre o qual está sendo manifestada a atitude por parte do falante ao expressar uma opinião, uma certeza, um desejo, uma permissão, uma obrigação entre outros aspectos.

Especificamente para a modalidade deôntica, Hengeveld (2004) explicita, no tocante ao *domínio semântico*, que se trata de um subtipo de modalidade relativa à manifestação de noções de obrigação, de permissão e de proibição, concentrando-se na relação entre os sujeitos e as normas, as regras ou os valores que regem determinadas situações a partir do que é legalmente, socialmente e moralmente aceito. Nesse sentido, o autor descreve e analisa como as expressões modais deônticas são empregadas na língua(gem) para a manifestação de atitudes de normatividade ou de regulação por parte dos sujeitos em determinadas situações ou ações.

Em relação à *orientação modal*, Hengeveld (2004) estabelece que a modalidade deôntica pode estar orientada para o *Participante* ou para o *Evento*. A modalidade deôntica orientada para o Participante (modalidade deôntica operando na camada da Propriedade Configuracional) refere-se à expressão da atitude do falante no que diz respeito às obrigações, às permissões e às proibições que afetam diretamente os sujeitos da interação verbal, o inclui o falante, o ouvinte e/ou outro(s) indivíduo(s) mencionados no discurso,

como nos exemplos: *Devo ajudar meus pais, não atrapalhar*<sup>3</sup> / *Mas você deve ajudar o seu colaborador a alcançar essas metas para que não haja desânimo*<sup>4</sup> / *o governo brasileiro deve ajudar empresas nacionais a comprar companhias estatais europeias*.<sup>5</sup> Em outras palavras, a modalidade deôntica orientada para o Participante descreve como o falante expressa sua posição em relação a deveres, permissões e proibições que afetam diretamente a ele mesmo, o ouvinte e/ou outro(s) indivíduo(s).

Por sua vez, a modalidade deôntica orientada para o Evento (modalidade deôntica operando na camada do Estado-de-Coisas) é referente à manifestação da atitude do falante em relação às obrigações, às permissões e às proibições que afetam diretamente o evento ou a ação em si, independentemente dos participantes envolvidos na interação verbal, como nos exemplos: *Após os 40 deve-se trabalhar somente 3 dias por semana*<sup>6</sup> / *É necessário trabalhar e respeitar seus momentos de solidão*<sup>7</sup> / *Cumpra trabalhar desde já para que pandemia não comprometa a sucessão municipal*.<sup>8</sup> Em outras palavras, a modalidade deôntica orientada para o Evento está centrada nas características intrínsecas e inerentes do evento ou da ação que está contida no enunciado modalizado, e não nas relações sociais entre os participantes da interação verbal.

Em Lyons (1977), verificamos que a categoria modalidade pode ser de natureza *objetiva* ou *subjetiva* desde que seja observado o grau de engajamento do falante em relação ao conteúdo do enunciado modalizado. Em outras palavras, quando há um comprometimento do falante em relação ao que é dito, ou seja, o falante coloca-se como fonte da atitude modal instaurada, a modalidade é de *natureza subjetiva*. Por sua vez, quando não há um comprometimento do falante no que diz respeito ao conteúdo do enunciado modalizado, isto

<sup>3</sup> Exemplo retirado da Internet. Disponível em: <https://mddsfoundation.org/pt/2014/03/13/toms-story/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

<sup>4</sup> Exemplo retirado a Internet. Disponível em: <https://blog.guiacontato.com.br/fechamento-de-vendas-como-capacitar-o-call-center-para-vender-mais/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

<sup>5</sup> Exemplo retirado da Internet. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2011/10/26/internas\\_economia,258383/governo-deve-ajudar-empresas-nacionais-a-comprar-estatais-europeias.shtml#google\\_vignette](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2011/10/26/internas_economia,258383/governo-deve-ajudar-empresas-nacionais-a-comprar-estatais-europeias.shtml#google_vignette). Acesso em: 20 mar. 2024.

<sup>6</sup> Exemplo retirado da Internet. Disponível em: <https://www.metropoles.com/mundo/direitos-humanos-int/apos-os-40-deve-se-trabalhar-somente-3-dias-por-semana-diz-estudo>. Acesso em: 20 mar. 2024.

<sup>7</sup> Exemplo retirado da Internet. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MjQ3NzYwNA/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

<sup>8</sup> Exemplo retirado da Internet. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/05/e-preciso-haver-eleicao.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2024.

é, o falante projeta ou reporta outra fonte como origem da atitude modal, a modalidade é de *natureza objetiva*.

Em termos da teoria modal proposta por Lyons (1977), entendemos que os enunciados modalizados podem ser, no que se refere ao domínio modal, objetivos (objetivação), quando não há uma avaliação explícita do falante em relação ao conteúdo modalizado; e subjetivos (subjetivação), quando há uma avaliação clara acerca da apreciação do falante em relação ao enunciado modalizado; respectivamente como nos exemplos seguintes de modalizações deonticas: *No caso de bloqueios, **deve-se ajudar** a colocar o paciente para a realização de raquianestesia<sup>9</sup>* (modalidade deontica objetiva) / *Acho que ele **deveria pedir** desculpas à população publicamente, mas sabemos que ele nunca vai fazer isto* (modalidade deontica subjetiva).<sup>10</sup>

Como podemos ver, a modalidade deontica está relacionada à instauração de obrigações, permissões e proibições com base em regras e normas de conduta impostas socialmente, moralmente e legalmente. Constatamos também que a modalidade deontica pode ser descrita e analisada a partir de três diferentes parâmetros: o domínio semântico, a orientação modal e o domínio modal. Na seção seguinte, abordaremos sobre os aspectos metodológicos desta pesquisa, em que detalharemos acerca do *corpus*, da caracterização das categorias de análise e da explicitação do gênero sentença judicial.

### 3 Metodologia

No intuito de descrevermos e analisarmos os aspectos semânticos do engendramento da modalidade deontica em sentenças judiciais, foram selecionadas, de maneira aleatória, 20 sentenças judiciais em língua espanhola coletadas da página oficial da *Consejería de Justicia de España*.<sup>11</sup> Nesse sentido, hipotetizamos que a deonticidade se manifesta, no gênero sentença judicial, de maneira diferenciada quanto à orientação modal, aos valores modais e

<sup>9</sup> Exemplo retirado da Internet. Disponível em: <https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/questoes/ab6b2d73-d0>. Acesso em: 30 mar. 2024.

<sup>10</sup> Exemplo retirado da Internet. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/site/servicos-a-comunidade/segunda-do-portugues/segunda-do-portugues-este-x-esse>. Acesso em: 30 mar. 2024.

<sup>11</sup> As sentenças podem ser acessadas no seguinte endereço web: <https://www.poderjudicial.es/cgpj/es/Poder-Judicial/Consejo-General-del-Poder-Judicial/>. Acesso em: 09 jul. 2022.

ao domínio modal no tocante às operações de Formulação (Nível Representacional) e de Codificação (Nível Morfossintático) que regem a articulação e o engendramento dos atos deônticos na construção discursiva e argumentativa dos Participantes da interação (juiz, promotor, defensor, júri, etc.).

A escolha pelo gênero sentença judicial se deu pelas características que lhe são intrínsecas, posto que se trata de comandos, mandados, ordens, deveres e obrigações que são impostas a algum sujeito julgado por alguma instância jurídica. De acordo com Bastos (2013), a sentença judicial é, do ponto de vista linguístico, um texto dissertativo-argumentativo em que o juiz profere uma série de julgamentos baseados em sua compreensão sobre a realidade conflituosa dos fatos que lhe foram apresentados durante o julgamento. Com base em sua compreensão subjetiva da realidade dos fatos (o que poderia propiciar a instauração de modalidade deôntica subjetiva), o juiz expressa a norma jurídica a ser prescrita ou regulada para o caso em questão (o que poderia propiciar a instauração de modalidade deôntica objetiva).

Conforme Bastos (2013), a sentença judicial é a memória de uma lide, haja vista que, neste documento, os Participantes da interação (atores da cena jurídica) podem encontrar as normas, os deveres, as permissões, as proibições e as obrigações (valores modais deônticos) que determinam o proceder de cada uma das partes em relação a sua lide (o que implica o estabelecimento de modalizações deônticas orientadas para o Participante), bem como as referências possíveis e cabíveis das regulações, prescrições e avaliações determinadas na sentença jurídica em relação aos atos obrigatórios ou permitidos (o que implica a instauração de modalizações deônticas orientadas para o Evento).

Ainda segundo o autor, especificamente na fundamentação, podemos encontrar todos os elementos necessários ao entendimento e à determinação da norma jurídica, pois é nela que o juiz é capaz de extrair o sentido e o alcance das expressões do Direito e sua relação com o fato social (o que é julgado), em que o magistrado irá fazer uma exposição lógica de seu raciocínio que o levou a decidir de uma ou de outra maneira (o que implica na instauração de modalidade deôntica).



Com o propósito de investigar os aspectos semânticos envolvidos na instauração da modalidade deôntica em sentenças judiciais, pautamos as seguintes categorias de análise relativas ao Nível Representacional da GDF: (1) os *valores modais deônticos*, que podem ser de obrigação (necessidade deôntica), permissão (possibilidade deôntica) ou proibição (negação de necessidade/possibilidade deôntica), e se refere à atitude ou à avaliação que o sujeito expressa em relação ao conteúdo do enunciado modalizado (Lyons, 1977); (2) a *orientação modal*, que pode ser orientada para o Participante ou para o Evento (Hengeveld, 2004); e (3) o *domínio modal*, que diz respeito à objetivação ou à subjetivação dos atos deônticos instaurados a partir do comprometimento ou não do Falante acerca do que está contido na modalização deôntica instaurada (Lyons, 1977).

A análise da modalidade deôntica, nas sentenças judiciais que compuseram o *corpus*, dar-se-á de forma qualitativo-quantitativa, em que recorreremos: (i) para a análise qualitativa, ao arcabouço teórico da GDF e aos trabalhos relativos à modalidade deôntica; e (ii) para a análise quantitativa, o uso do *Statistical Package for Social Science* – SPSS (versão 22 para Windows), que irá fornecer as frequências das categorias de análise e a inter-relação entre elas.

Após dissertarmos acerca da metodologia empregada nesta pesquisa, em que constam a explicitação do *corpus*, a delimitação do gênero sentença judicial e a especificação das categorias de análise, passaremos a seção na qual abordaremos a descrição e análise da modalidade deôntica em sentenças judiciais em língua espanhola.

#### 4 Análise dos aspectos semânticos da modalidade deôntica em sentenças judiciais

Após a leitura das 20 sentenças judiciais que compuseram o universo desta pesquisa, detectamos 141 casos de modalizações deônticas, com base no domínio semântico estabelecido por Hengeveld (2004), que define a modalidade deôntica como aquele subtipo de modalidade que se refere às normas e às regras de conduta a partir do que é estabelecido legalmente, socialmente e moralmente. Isso comprovou a nossa suposição inicial de que a sentença judicial poderia propiciar a instauração de conteúdos modais deônticos.

No tocante aos valores modais deônticos instaurados nas sentenças judiciais, presumimos a hipótese que os valores de obrigação e proibição são os mais recorrentes, em virtude do falante reportar ou prescrever normas, leis e deveres em razão da necessidade ou não de se realizar o ato deôntico instaurado. Após a rodagem dos dados, verificamos que a nossa hipótese se confirmou, como podemos averiguar na Tabela 01, que traz a frequência dos valores modais deônticos instaurados na sentença judicial:

**Tabela 01:** Frequência do valor modal na instauração da modalidade deôntica

Valor modal	Frequência	Porcentagem
Obrigação	84	59,6%
Proibição	38	27%
Permissão	19	13,5%
Total	141	100%

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos dados do SPSS

A partir da análise da Tabela 01, entendemos que os operadores lógico-semânticos de *necessidade* e negação de *possibilidade* são os mais recorrentes nas sentenças judiciais, podendo ser de polaridade positiva (obrigação) ou de polaridade negativa (proibição). As ocorrências (1) e (2) exemplificam, respectivamente, esses casos:

(1) En otras palabras, la Administración **tiene que** probar que se ha producido un hecho que aparece descrito en una ley como sancionable.

[Por outras palavras, a Administração tem de provar que ocorreu um fato que aparece descrito numa lei como punível]

(2) En definitiva, la alegación **no puede** ser atendida, por acomodarse a las circunstancias concurrentes, pudiendo incluso haber recaído una sanción más gravosa, cual la pérdida de destino, o incluso la suspensión de empleo de un mes a tres meses, ex artículo 11.2 de la Ley de Régimen Disciplinario de la Guardia Civil.

[Em suma, a alegação não pode ser atendida, pois está acomodada às circunstâncias concomitantes, podendo até ter sido imposta uma sanção mais onerosa, como a perda da missão, ou mesmo a suspensão do emprego de um mês para três meses, ex artigo 11.2 da Lei do Regime Disciplinar da Guardia Civil]

Em (1), a modalidade deôntica, operando na camada da Propriedade Configuracional, instaura uma obrigação (necessidade deôntica) sobre o sujeito do modal (*la Administración*) que consiste no dever de “provar se houve a ocorrência de um fato que aparece descrito numa lei punível”. Para isso, o falante (juiz que profere a sentença) faz uso do operador *tener que* que tem escopo de atuação sobre o predicado *probar*. Por sua vez, em (2), a modalidade deôntica, operando na camada do Estado-de-Coisas, instaura a proibição (negação de possibilidade deôntica) sobre a não realização do evento qualificado na modalização, especificamente a negação (codificada pelo advérbio de negação *no*) de “ser atendida a alegação”. Assim, o falante (juiz que profere a sentença) faz uso do operador *poder* que tem escopo de atuação sobre a predicação (predicado e argumento) *ser atendida la alegación*.

Os casos recorrentes de obrigação (necessidade deôntica) e proibição (negação de necessidade/possibilidade deôntica) podem ser explicados em razão do contexto de produção das sentenças judiciais, que se voltam para a instauração de deveres e normas que devem ser cumpridas por sujeitos (modalidade deôntica orientada para o Participante); ou regras e obrigações que recaem sobre eventos (modalidade deôntica orientada para o Evento). Em Pessoa (2008), constatamos, a partir de uma análise de perspectiva funcionalista, que esses valores modais não apresentam limites rígidos, haja vista que os significados dos conteúdos modais é extremamente difícil de delimitar, porém é plenamente possível estabelecer um *continuum* das diferentes nuances semânticas que cada modalizador pode adquirir a depender de seu uso no encadeamento discursivo.

Em Lyons (1977), verificamos, portanto, que a modalidade deôntica apresenta nuances semânticas (valores modais) contidas em um *continuum* que se estende do obrigatório (necessidade deôntica), passando pelo permitido (possibilidade deôntica), e indo ao proibido (negação de necessidade/possibilidade deôntica). Em Almeida (1988), constatamos que os valores deônticos de obrigação e permissão, por sua vez, podem, cada um, apresentar também um *continuum*. Desse modo, a obrigação poderia ser moral ou interna; material ou externa; ou lógica. Por seu lado, a permissão poderia ser uma sugestão; uma concessão; uma autorização; ou uma ordem.

Nas palavras de Almeida (1988), a obrigação moral ou interna diz respeito aos deveres e às obrigações que são ditadas pela consciência dos indivíduos, seja na esfera relativa ao profissional, ao social, ao religioso, ao político, ao educacional, etc., derivadas de costumes, contratos ou convenções sociais, como no exemplo: *Os pais **devem apoiar os filhos nesse momento, pois eles podem ter dificuldades de lidar com a pressão sozinhos.***<sup>12</sup> Por seu lado, a obrigação material ou externa diz respeito às necessidades de ordem natural, física, biológica ou fisiológica, derivando, portanto, de circunstâncias externas aos sujeitos, como no exemplo: *Para evitar os efeitos da descompressão rápida, o mergulhador **deve subir lentamente, fazendo paradas periódicas enquanto sobe.***<sup>13</sup> Por seu turno, a obrigação lógica diz respeito aos deveres e às necessidades que se estruturam no âmbito do pensamento, do raciocínio ou da conveniência, como no exemplo: *Dessa forma, ao menor sinal dos sintomas, **devemos chamar a ambulância ou encaminhar o paciente a um hospital, o que for mais rápido.***<sup>14</sup>

No tocante ao valor modal deôntico de permissão, Almeida (1988) estabelece que a possibilidade deôntica (permissão) pode se subdividir em: (1) uma sugestão, que está relacionado a algum tipo de conselho ou recomendação, como no exemplo: *Você **pode confiar em mim para orientá-lo com honestidade e transparência;***<sup>15</sup> (2) uma concessão, que se refere a algum tipo de consentimento ou licença, como no exemplo: *Você **pode falar o que quiser desse elenco, menos que falta vontade;***<sup>16</sup> (3) uma autorização, que é relativa a algum tipo de aprovação ou assentimento, como no exemplo: *Você **pode entrar no consultório do médico e solicitar suas informações eletrônicas de saúde;***<sup>17</sup> ou (4) uma ordem, que é referente a algum tipo de diretriz ou prescrição, como no exemplo: – *Não*

<sup>12</sup> Exemplo retirado da Internet. Disponível em: <https://www.redeverbita.com.br/blog/o-que-mais-cai-no-enem-4-temas-para-intensificar-os-estudos>. Acesso em: 30 abr. 2024.

<sup>13</sup> Exemplo retirado da Internet. Disponível em: [https://www.indagacao.com.br/2019/02/prova-uninassau-2019-medicina-dia-2-com-gabarito.html#google\\_vignette](https://www.indagacao.com.br/2019/02/prova-uninassau-2019-medicina-dia-2-com-gabarito.html#google_vignette). Acesso em: 30 abr. 2024.

<sup>14</sup> Exemplo retirado da Internet. Disponível em: <http://www.clinicoop.com.br/noticias.asp?id=540>. Acesso em: 30 abr. 2024.

<sup>15</sup> Exemplo retirado da Internet. Disponível em: <https://brokerapp.com.br/jolcirbrum>. Acesso em: 30 abr. 2024.

<sup>16</sup> Exemplo retirado da Internet. Disponível em: [https://twitter.com/PJ\\_FUT/status/1779504143092023388](https://twitter.com/PJ_FUT/status/1779504143092023388). Acesso em: 30 abr. 2024.

<sup>17</sup> Exemplo retirado da Internet. Disponível em: <https://www.automationanywhere.com/br/company/blog/rpa-thought-leadership/top-6-healthcare-trends-2023-and-automations-role-those-trends>. Acesso em: 30 abr. 2024.

*muito, mais aceito uma torrada e uma banana. – Só isso?! Porca miséria garoto **pode sentar** aqui e comer mais que uma torrada e uma banana!*<sup>18</sup>

Em relação às ocorrências de modalização deôntica nas sentenças judiciais, podemos inferir que os casos de obrigação moral ou interna sejam os mais recorrentes, enquanto os casos de permissão de autorização sejam os casos majoritários. As ocorrências (3) e (4) ilustram isso:

(3) En segundo lugar, porque el ejercicio del derecho de defensa, una vez dictada la resolución sancionadora, ha de partir, necesariamente, de los hechos que la propia resolución sancionadora determine con claridad, los cuales, a su vez, **deben integrar** todos los elementos requeridos por el tipo disciplinario aplicado.

[Em segundo lugar, porque o exercício do direito de defesa, uma vez emitida a resolução sancionatória, deve necessariamente partir dos fatos que a própria resolução sancionatória claramente determina, os quais, por sua vez, devem integrar todos os elementos exigidos pelo tipo da disciplina aplicada]

(4) Y así, el recurrente, tras poner de manifiesto que, en la sentencia de esta sala de 30 de enero de 2012 se señala qué documentos **pueden** considerarse comprendidos en el artículo 849.2 de la Ley de Enjuiciamiento Criminal y que la invocación de este motivo precisa que: “la demostración del error que se apoye en documentos que intrínsecamente acrediten y justifiquen una realidad contraria a la asumida por los Jueces, es decir, por la Sala de instancia”.

[E assim, o recorrente, depois de demonstrar que, no acórdão desta câmara de 30 de janeiro de 2012, está indicado quais os documentos que podem ser considerados incluídos no artigo 849.2 da Lei de Processo Penal e que a invocação deste motivo especifica que: “a demonstração do erro que se sustenta em documentos que credenciam e justificam intrinsecamente uma realidade contrária à assumida pelos Juízes, ou seja, pela Câmara de Primeira Instância”]

Em (3), a modalidade deôntica, que opera na camada do Estado-de-Coisas, é instaurada por meio do operador modal *deber*, em que a obrigação moral recai sobre a

<sup>18</sup> Exemplo retirado da Internet. Disponível em: [https://fanfiction.com.br/historia/431893/Quando\\_a\\_conheci/capitulo/4/](https://fanfiction.com.br/historia/431893/Quando_a_conheci/capitulo/4/). Acesso em: 30 abr. 2024.

necessidade deôntica de realização do evento, no caso, o dever de “integrar todos os elementos exigidos pelo tipo da disciplina aplicada”. A obrigação moral é relativa a obrigações e a deveres ditadas pela esfera política que devem ser seguidas pelos profissionais do judiciário, o que inclui o magistrado que julga o caso apresentado (o juiz que profere a sentença). Por sua vez, em (4), a modalidade deôntica, que também opera na camada do Estado-de-Coisas, é instaurada por meio do operador modal *poder*, cuja permissão recai sobre a possibilidade deôntica de realização do evento que está sob o escopo da qualificação modal, em questão, a autorização de “os documentos serem considerados incluídos no artigo 849.2 da Lei de Processo Penal”. A permissão, como nuance semântica de autorização, diz respeito à concessão ou à aprovação de realização do Estado-de-Coisas que está sob o escopo do operador modal *poder*.

Em relação à orientação modal das modalizações deônticas engendradas na sentença judicial, levantamos a hipótese que a modalidade deôntica orientada para o Participante terá uma leitura mais impositiva em razão de haver a especificação de um agente que está obrigado, permitido ou proibido de realizar o evento que está sob o escopo da qualificação modal, por isso é a mais recorrente na sentença judicial; enquanto a modalidade deôntica orientada para o Evento terá uma leitura menos impositiva em virtude de se referir a obrigações, permissões e proibições de âmbito geral e coletivo, assim é menos recorrente na sentença judicial. Após a rodagem dos dados, verificamos que a nossa hipótese não se confirmou, como podemos averiguar na Tabela 02, que diz respeito à frequência da orientação modal da modalidade deôntica nas sentenças judiciais:

**Tabela 02:** Frequência da orientação modal na instauração da modalidade deôntica

Orientação modal	Frequência	Porcentagem
Evento	97	68,8%
Participante	44	31,2%
Total	141	100%

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos dados do SPSS

Com base na Tabela 02, atestamos que a modalidade orientada para o Evento, ou seja, a modalidade deôntica operando na camada do Estado-de-Coisas, é a mais recorrente na instauração da deonticidade nas sentenças judiciais. Supomos que a não confirmação de

nossa hipótese deve-se ao fato de o falante (juiz que profere a sentença) optar por prescrever, regular e/ou avaliar atos deônticos de âmbito geral e coletivo, ainda que o delito julgado refira-se a atos cometidos por pessoas físicas e/ou jurídicas, o que certamente nos levou a hipotetizar mais ocorrências de modalidade deôntica orientada para o Participante. Ponderamos que isso seja uma forma de o falante (juiz que profere a sentença) buscar certa imparcialidade, objetividade e assertividade em voltar-se para as leis, os contratos, as normas e as regras que regem a todas as instâncias da esfera civil, empresarial, educacional, sanitária, política, etc.; ao fazer a análise daquilo que está sendo ajuizado no tribunal.

As ocorrências (5) e (6) exemplificam, respectivamente, casos de modalidade deôntica orientada para o Evento e para o Participante:

(5) Y el primero de dichos requisitos es el relato fáctico que, en forma de “sucinto relato de los hechos”, **debe** contener necesariamente la resolución sancionadora.

[E o primeiro destes requisitos é o relato factual que, na forma de “relato sucinto dos fatos”, deve necessariamente conter a resolução sancionatória]

(6) El órgano judicial **puede** controlar posteriormente la corrección de ese proceso realizado por la Administración, pero no puede llevar a cabo por sí mismo la subsunción bajo preceptos legales encontrados por él.

[O órgão judicial pode posteriormente controlar a regularidade deste processo realizado pela Administração, mas não pode ele próprio realizar a subsunção aos preceitos legais por ele encontrados]

Em (5), a modalidade deôntica opera na camada do Estado-de-Coisas (modalidade orientada para o Evento), em que recai sobre o evento o escopo da qualificação modal deôntica, ou seja, a obrigatoriedade (necessidade deôntica) de “conter a resolução sancionatória para os relatos factuais apresentados”; cuja deonticidade é instaurada por meio do operador modal deôntico *deber*. Em (6), a modalidade deôntica expressa opera na camada da Propriedade Configuracional (modalidade orientada para o Participante), em que recai sobre o Participante (*El Órgano Judicial*) a permissão (possibilidade deôntica) de realizar o que é descrito no enunciado modalizado, no caso, a autorização para “controlar a

regularidade deste processo realizado pela Administração”; cuja deonticidade é instaurada por meio do modalizador deôntico *poder*.

No tocante ao Participante descrito no enunciado modalizado deonticamente, podemos identificar que pode se referir a uma pessoa em particular, ou seja, um indivíduo específico; ou a um grupo de pessoas que representam uma instituição, uma corporação, uma empresa, etc. Em Lyons (1977), verificamos que se referem, respectivamente, ao alvo deôntico de tipo *Indivíduo* e *Instituição*. As ocorrências (7) e (8) ilustram esses casos de Participante nas sentenças judiciais analisadas:

(7) Al mismo tiempo, como el TJUE incide en que el juez podrá tomar en consideración si el inversor cualificado “tenía o debía tener conocimiento de la situación económica del emisor”.

[Ao mesmo tempo, como afirma o TJUE, o juiz poderá levar em consideração se o investidor qualificado “tinha ou deveria ter conhecimento da situação econômica do emitente”]

(8) Que la entidad bancaria deba reintegrar a la parte actora las cantidades percibidas como consecuencia de la aplicación de dicha cláusula desde la constitución del inicial préstamo hipotecario de 17/9/2004.

[Que a entidade bancária deva reembolsar ao autor os valores recebidos em consequência da aplicação da referida cláusula desde a constituição do empréstimo hipotecário inicial em 17/09/2004]

Em (7), averiguamos que a permissão (possibilidade deôntica) recai sobre um sujeito em particular (*el juez*), configurando um alvo deôntico de tipo *Indivíduo*, para realizar o que é descrito no enunciado modalizado, ou seja, a autorização para “levar em consideração se o investidor qualificado ‘tinha ou deveria ter conhecimento da situação econômica do emitente’”. Por sua vez, em (8), constatamos que a obrigação (necessidade deôntica) recai sobre um sujeito corporativo (*la entidad bancaria*), configurando um alvo deôntico de tipo *Instituição*, para realizar o que é descrito no enunciado modalizado, isto é, a ordem de “reembolsar ao autor os valores recebidos”.

No que se refere ao domínio modal deôntico, presumimos a hipótese que o ato deôntico objetivo (modalidade deôntica objetiva) é mais recorrente que o subjetivo



(modalidade deôntica subjetiva), em virtude de o Falante atuar como um representante das leis e obrigações impostas pelo Estado, e não a fonte deôntica que avalia os atos deônticos instaurados. Após a rodagem dos dados, verificamos que a nossa hipótese se confirmou, como podemos averiguar na Tabela 03, que traz a frequência do domínio modal na instauração da modalidade deôntica nas sentenças judiciais:

**Tabela 03:** Frequência do domínio modal na instauração da modalidade deôntica

Orientação modal	Frequência	Porcentagem
Objetivação	127	90,1%
Subjetivação	14	9,9%
Total	141	100%

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos dados do SPSS

Em Menezes (2012), a objetivação da categoria modalidade é realizada nas línguas naturais por meio da seleção de unidades linguísticas que possibilitem a emissão de uma avaliação, apreciação ou juízo sobre um evento ou um sujeito sem que isso configure em uma avaliação pessoal daquele que modaliza o enunciado, revestindo o conteúdo modal de certa objetividade (objetivação). Por sua vez, a subjetivação da categoria modalidade também é realizada nas línguas naturais por meio de escolhas lexicais que sinalizem ou indiquem que o falante emite algum tipo de avaliação, apreciação ou julgamento pessoal e particular do enunciado modalizado, revestindo o conteúdo modal de certa subjetividade (subjetivação).

Nesse sentido, Menezes (2013) esclarece que as modalidades objetivas dizem respeito a um tipo de julgamento do falante, sem que ele assuma a responsabilidade pelo conteúdo dos seus enunciados modalizados no discurso. Por seu vez, as modalidades subjetivas estão relacionados à atitude do falante em relação ao conteúdo do enunciado modalizado, comprometendo-se pessoalmente, já que representa suas visões, suas crenças e suas opiniões particulares impressas em sua discursividade e argumentatividade.

As ocorrências (9) e (10) ilustram esses casos de objetivação e subjetivação da modalidade deôntica respectivamente:

(9) Por todo ello, **debe** descartarse vulneración constitucional alguna por la utilización del tipo sancionador contenido en el apartado 3 del artículo 9 de la Ley Orgánica 12/2.007, de 22 de Octubre, del Régimen Disciplinario de la Guardia Civil.

[Por todas estas razões, deve ser afastada qualquer violação constitucional devido à utilização do tipo de sanção constante do inciso 3 do artigo 9º da Lei Orgânica 12/2.007, de 22 de outubro, sobre o Regime Disciplinar da Guarda Civil]

(10) Se alega por el recurrente que la Sentencia de instancia infringe el principio de legalidad, en su vertiente de tipicidad, que garantiza el artículo 25.1 de la Constitución, sosteniéndose que se le ha sancionado por un tipo penal en blanco en el que no ha quedado colmado el tipo disciplinario imputado, al no haberse precisado en la orden dada por el XXXX de la XXXX qué **debía** entenderse por “empresa seria” a los efectos de aceptar el ofrecimiento de desinfección de las dependencias oficiales y “nacer la obligación de informar” (sic), por lo que considera que no incumplió la orden recibida.

[Alega o recorrente que a decisão do tribunal de primeira instância viola o princípio da legalidade, na sua vertente de tipicidade, que garante o artigo 25.1 da Constituição, sustentando que foi sancionado por crime nulo em que não O tipo disciplinar imputado foi cumprido, pois o despacho proferido pelo XXXX do XXXX não especificou o que se devia entender por “empresa séria” para efeitos de aceitação da oferta de desinfeção das instalações oficiais e “surge a obrigação de informar” (sic), pelo que considera que não violou a ordem recebida]

Em (9), atestamos um caso de modalidade deôntica objetiva, em que o falante (juiz que profere a sentença) reporta a necessidade deôntica (obrigação) de realização do evento qualificado no enunciado modalizado, ou seja, o dever de “afastar qualquer violação constitucional devido à utilização do tipo de sanção”. Verificamos que a objetivação da modalidade deôntica, instaurada com o modalizador deôntico flexionado no presente do indicativo (*debe*), é asseverada pela Evidencialidade Reportativa (fonte da informação reportada no discurso) posta em posição focalizadora no encadeamento discursivo: *Inciso 3 do artigo 9º da Lei Orgânica 12/2.007, de 22 de outubro, sobre o Regime Disciplinar da Guardia Civil*. Assim, o falante transfere a responsabilidade pelo ato deôntico instaurado nas

leis, projetando-a como fonte deôntica, afastando, desse modo, qualquer tipo de avaliação pessoal por parte do jurista.

Por seu lado, em (10), examinamos um caso de modalidade deôntica subjetiva, em que o falante (juiz que profere a sentença) manifesta uma avaliação pessoal sobre o conteúdo modalizado em seu discurso, relevando, assim, suas visões, suas crenças e suas opiniões acerca do fato julgado. Em questão, verificamos que o falante avalia o comportamento da empresa julgada, expressando a obrigação lógica de que essa empresa “deveria ser entendida como séria”. Para isso, a modalização deôntica é codificada, morfossintaticamente, no pretérito imperfeito do indicativo (*debía*). À vista disso, o falante procura imprimir, no enunciado modalizado, sua opinião subjetiva ao recorrer a um tempo verbal que pudesse expressar algum tipo de julgamento pessoal, no caso, um tempo pretérito, o que parece indicar que a modalidade deôntica possa qualificar também eventos anteriores ao momento da enunciação (quando o juiz profere a sentença jurídica).

Por fim, verificamos que, nas sentenças judiciais analisadas, a modalidade deôntica instaura, imperativamente, os valores modais de obrigação (necessidade deôntica) e proibição (negação de possibilidade deôntica). Assim, na instauração desses valores modais, a modalidade deôntica está orientada, majoritariamente, para o Evento, ou seja, não há a especificação de um sujeito em particular que esteja obrigado ou permitido de realizar o evento descrito no enunciado modalizado. No que diz respeito ao domínio modal, verificamos que os conteúdos modais deônticos são preponderantemente objetivos, pois há a pretensão do falante (juiz que profere a sentença) em se mostrar imparcial, objetivo e assertivo quanto à regulação e à prescrição das leis e das normas veiculadas na sentença judicial.

## Conclusão

Com base no que é proposto pela GDF em relação à categoria modalidade, especificamente no que diz respeito à modalidade deôntica, que, conforme Hengeveld (2004), é relativa às regras e às normas de conduta de âmbito legal, social e moral,

ponderamos que os aspectos semânticos referentes à deonticidade, como a orientação modal, o domínio modal e os valores modais, podem ser engendrados nas sentenças judiciais como forma de revelar o que já é prescrito e está regulado pelas instituições jurídicas, sendo estas reportadas pelo falante (juiz que profere a sentença). Em outros casos, a modalidade deôntica pode ser empregada como forma de revelar as opiniões, as crenças e as atitudes do jurista em sua análise particular e pessoal sobre o conjunto de leis, normas e contratos que vão sendo articulados por meio das modalizações deônticas.

Após a análise das sentenças judiciais, verificamos que os valores modais majoritariamente instaurados foram os de obrigação e de proibição, estando a modalidade deôntica orientada preferencialmente para o Evento, instaurando, assim, modalizações deônticas objetivas a medida em que a deonticidade era engendrada no encadeamento discursivo do jurista.

Nesse sentido, avaliando a modalidade deôntica como categoria linguística que opera no Nível Representacional, ponderamos que ainda seja preciso verificar outras nuances semânticas e morfossintáticas que possam estar relacionadas à manifestação da deonticidade no discurso jurídico, como os tipos de fonte deôntica e de alvo deôntico (Lyons, 1977); a relação entre os diferentes tipos de atos de fala (Ilocuções) que podem cocorrer com as modalizações deônticas engendradas na linguagem jurídica, bem como a inter-relação da modalidade deôntica com outras categorias linguísticas, como a Evidencialidade (fonte da informação) e a Volitividade (elemento do desejo).

## Referências

- ALMEIDA, João de. *A categoria modalidade*. Ponta Grossa: Edições da UNILETRAS, 1988.
- BASTOS, João Alves. *Hermenêutica nas sentenças judiciais*. 2013. 138f. Dissertação (Mestrado em Hermenêutica e Direitos Fundamentais) – Programa de Pós-Graduação em Direito e Hermenêutica, Universidade Presidente Antônio Carlos, Juiz de Fora, 2013.
- HENGEVELD, Kees. Illocution, mood, and modality. In: BOOIJ, Geert; LEHMANN, Christian; MUGDAN, Joachim. *Morphology: a handbook on inflection and word formation*. v. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, p.1190-1201, 2004.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John Lachlan. *Functional Discourse Grammar: a typologically based theory of language structure*. Oxford: Oxford Linguistics, 2008.

LYONS, John. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MENEZES, Léia Cruz de. Por um entendimento retórico-funcional da categoria modalidade em função argumentativa. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v.9, n.1, 2012, p.47-56. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2012v9n1p47>. Acesso em: 01 maio 2024.

MENEZES, Léia Cruz de. A função interpessoal no entendimento da modalidade deôntica. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 10, n. 3, 2013, p. 212-227. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2013v10n3p212/25896>. Acesso em: 01 maio 2024.

PESSOA, Nadja Paulino. Um estudo dos valores deônticos no discurso publicitário. *Anais do I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*, v. 1, 2008, p. 1-20. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26147/1/2008\\_eve\\_unppprata.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26147/1/2008_eve_unppprata.pdf). Acesso em: 30 abr. 2024.

## EMPODERAMENTO E SUBVERSÃO: UMA ANÁLISE PÓS-COLONIAL DA LETRA '100% FEMINISTA (PART. KAROL CONKÁ)' DE MC CAROL À LUZ DA LEI Nº11.340/2006

### EMPOWERMENT AND SUBVERSION: A POST-COLONIAL ANALYSIS OF THE LETTER '100% FEMINIST (PART. KAROL CONKÁ)' OF MC CAROL IN THE LIGHT OF LAW Nº11.340/2006

Jéssica Viana Soares Miranda<sup>1</sup>  
Carlos Eduardo do Vale Ortiz<sup>2</sup>

**Resumo:** O estudo examina a música '100% Feminista' de MC Carol, destacando-a como um manifesto empoderador que confronta a violência contra a mulher, além dos estereótipos de gênero e raça. Utilizando as teorias da interseccionalidade (Akotirene, 2019) e de autores do Pós-Colonial, o artigo explora as conexões entre diferentes formas de opressão e as estratégias de resistência presentes na letra da canção. A metodologia baseia-se em pesquisa bibliográfica, dialogando com a Lei Maria da Penha para contextualizar a discussão. Os resultados do estudo apontam para críticas contundentes à violência e à invisibilidade das mulheres marginalizadas, enfatizando a importância da proteção e do empoderamento feminino. A discussão evidencia a música 100% Feminista como uma poderosa ferramenta de combate às desigualdades de gênero, contribuindo para a descolonização do discurso sobre a violência contra as mulheres. Ao desafiar estereótipos e ampliar a conscientização sobre as múltiplas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres, a música de MC Carol emerge como um instrumento vital na luta por direitos e reconhecimento das mulheres marginalizadas, incentivando uma transformação social significativa.

**Palavras-chave:** Feminismo. Pós-Colonial. Resistência.

**Abstract:** The study examines MC Carol's song '100% Feminista', highlighting it as an empowering manifesto that confronts violence against women, in addition to gender and racial stereotypes. Using theories of intersectionality (Akotirene, 2019) and Post-Colonial authors, the article explores the connections between different forms of oppression and the resistance strategies present in the song's lyrics. The methodology is based on bibliographical research, dialoguing with the Maria da Penha Law to contextualize the discussion. The results of the study point to blunt criticism of violence and the invisibility of marginalized women, emphasizing the importance of protection and female empowerment. The discussion highlights 100% Feminist music as a powerful tool to combat gender inequalities, contributing to the decolonization of the discourse on violence against women. By challenging stereotypes and raising awareness about the multiple forms of oppression faced by women, MC Carol's music emerges as a vital instrument in the fight for rights and recognition for marginalized women, encouraging significant social transformation.

**Keywords:** Feminism. Post-Colonial. Resistance.

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Faculdade Católica de Rondônia - FCR

E-mail: jessicamiiranda@outlook.com

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9430729508050217>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8315-5437>

<sup>2</sup> Mestre em Letras pela Universidade Federal de Rondônia - Unir e Mestrando em Estudos Literários pela Universidade Federal de Rondônia - Unir.

E-mail: carloseduardodovaleortiz5@gmail.com

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8541823756169672>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0296-0131>

## Introdução

A violência contra a mulher é uma preocupação profundamente enraizada nas estruturas sociais e culturais do Brasil, refletindo dinâmicas históricas de poder e dominação que ainda se mantêm e se manifestam em múltiplas formas. No país, a violência de gênero ultrapassa a agressão física, abarcando também a violência psicológica, moral, patrimonial e sexual, conforme estabelecido pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Esses tipos de violência são reforçados por uma sociedade patriarcal e racista, em que mulheres, especialmente aquelas pertencentes a grupos marginalizados, se encontram em situações de vulnerabilidade. Uma subordinação de gênero, fortemente influenciada pelo colonialismo e pelas dinâmicas de raça e classe, cria e perpetua desigualdades que colocam as mulheres em uma posição social desvantajosa, sendo alvo frequente de violência tanto nos espaços privados quanto nos públicos.

A violência contra a mulher afeta não apenas as vítimas diretas, mas toda a sociedade, gerando uma cadeia de consequências sociais, psicológicas e econômicas que impactam famílias e comunidades inteiras. A normalização da violência do gênero impacta gravemente o desenvolvimento social, gerando uma atmosfera de insegurança e silenciamento. Esse contexto, que afeta desproporcionalmente mulheres negras, indígenas e de outras minorias, cria uma camada adicional de opressão e exclusão, perpetuando desigualdades estruturais e a marginalização de grupos vulneráveis.

Diante dessa realidade, a arte tem um papel essencial como meio de resistência e conscientização. Artistas, por meio de suas produções, frequentemente denunciam e expõem essas desigualdades e injustiças, ajudando a sociedade a enxergar o que muitas vezes é invisibilizado ou ignorado. No caso da música, o funk brasileiro se destaca por abordar a realidade das periferias, expondo questões de violência, pobreza e resistência social. A música “100% Feminista”, de MC Carol, é um exemplo emblemático dessa força. Como um manifesto empoderador, a música desafia diretamente as estruturas patriarcais e racistas ao abordar a violência contra a mulher e desconstruir os estereótipos de gênero e raça que alimentam essa violência. Com uma abordagem direta e crítica, a letra de enfrentamento à

violência sofrida por mulheres marginalizadas incentiva uma reflexão sobre a necessidade urgente de mudanças sociais e a implementação de mecanismos eficazes de proteção.

Este artigo se propõe a analisar a música “100% Feminista” como um importante instrumento de combate às desigualdades de gênero e como ela utiliza a linguagem cultural para promover a consciência e o empoderamento feminino. Utilizando as teorias da interseccionalidade (Akotirene, 2019) e do pós-colonialismo, a análise buscará compreender como diferentes formas de opressão se articulam na sociedade brasileira, perpetuando a violência contra mulheres, e como a arte pode atuar como uma ferramenta de resistência e transformação social.

Ao explorar a música como veículo de denúncia e conscientização, pretende-se demonstrar como MC Carol contribui, por meio de sua arte, para a descolonização do discurso sobre a violência de gênero, enfatizando a importância do empoderamento e da proteção das mulheres.

## **1 Tecendo a Conexão entre a Lei Maria da Penha e a Abordagem Pós-Colonial**

Ao considerarmos os apontamentos de Gomes (2023) podemos compreender que a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) representa um marco significativo no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulheres no Brasil. Reconhecida internacionalmente pela ONU Mulheres como uma das legislações mais progressistas, essa lei estabelece cinco categorias de violência: física, psicológica, patrimonial, moral e sexual. Sua abordagem inovadora prioriza a proteção das vítimas, indo além de medidas punitivas. O artigo 35 da lei atribui aos governos locais a responsabilidade de desenvolver políticas públicas de apoio às mulheres em situação de violência.

A violência contra a mulher encontra raízes em estruturas sociais de gênero que perpetuam a desigualdade (Saffioti, 2011), transcende o ambiente doméstico e também se manifesta em outros contextos, como o local de trabalho. A análise da violência contra mulheres deve considerar não apenas seus aspectos imediatos, mas também as relações históricas e socioculturais de poder que perpetuam a disparidade de gênero. Essa



complexidade dificulta o acesso à justiça e à proteção das vítimas, especialmente em um contexto pós-colonial e patriarcal.

A violência contra mulheres é um fenômeno arraigado em estruturas sociais e culturais profundamente enraizadas na história. Conforme Gebara (2000), a subordinação histórica do gênero feminino, estabelecendo uma hierarquia de poder que privilegia o masculino, constitui a base desse problema. Essa dinâmica de poder, perpetuada por normas e instituições, resulta em diversas formas de opressão e violência contra as mulheres. Uma análise interseccional, que considera as múltiplas dimensões da identidade, como gênero, raça e classe, é fundamental para compreender a complexidade e a heterogeneidade das experiências de violência, conforme argumentado por Lugones (2014). As raízes históricas da violência contra as mulheres estão intrinsecamente ligadas aos processos de colonização, exploração capitalista e racial, os quais moldaram as relações de poder e as desigualdades sociais que persistem até os dias atuais.

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) desempenha um papel fundamental no combate à violência doméstica e familiar contra mulheres, reconhecendo suas particularidades e especificidades e estabelecendo medidas de proteção. No entanto, a efetividade na abordagem da violência contra a mulher vai além da aplicação legal, exigindo um compromisso amplo com a superação das desigualdades de gênero, raça e classe. Essa luta se torna ainda mais complexa devido à interconexão dessas categorias de que contribuem diretamente para a perpetuação da violência contra mulheres.

Conforme Costa (2002), a Lei Maria da Penha é um marco legal fundamental na luta contra a violência contra a mulher. Essa lei atua em diversas frentes, tanto no âmbito civil quanto criminal, oferecendo proteção legal às vítimas. É crucial compreender que a violência doméstica é um problema complexo que exige uma abordagem multidisciplinar. A mudança não se limita à vítima; o agressor também precisa ser responsabilizado e buscar tratamento para mudar seus padrões de comportamento. Caso contrário, o ciclo de violência pode se perpetuar e se agravar. Portanto, o reconhecimento da necessidade de assistência tanto para a vítima quanto para o agressor é essencial para uma verdadeira mudança na dinâmica violenta.

A Lei Maria da Penha, instituída em 7 de agosto de 2006, é um marco legal na luta contra a violência doméstica e familiar no Brasil. Essa lei protege todas as mulheres, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, e abrange diversas formas de violência, como a física, a psicológica, a sexual e a patrimonial. Ao garantir medidas protetivas, assistência jurídica e psicológica, a Lei Maria da Penha busca romper o ciclo da violência e promover a igualdade de gênero.

Ao considerarmos os apontamentos de Costa (2022) podemos entender que por meio da criação de mecanismos jurídicos abrangentes, essa lei visa coibir a violência e garantir a segurança das mulheres em seus lares e relações íntimas. Um dos avanços mais significativos da Lei reside na definição ampla de violência doméstica e familiar contra a mulher, que engloba qualquer ação ou omissão baseada no gênero. Essas ações podem causar morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, além de dano moral ou patrimonial. Essa definição reconhece a complexidade da violência contra a mulher, indo além da agressão física e abrangendo diversas formas de sofrimento.

Outro pilar fundamental da Lei Maria da Penha é a criação de medidas protetivas de urgência. Essas medidas incluem o afastamento do agressor do lar, a proibição de aproximação do agressor e a restrição ou suspensão de visitas aos dependentes. O objetivo é garantir a segurança imediata da mulher em situação de risco.

Além disso, a lei estabelece Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, especializados na tramitação célere e especializada de processos relacionados à violência contra a mulher. Essa medida garante às vítimas acesso a um atendimento adequado e ágil, essencial para sua recuperação e proteção.

A Lei Maria da Penha também trata da criminalização da violência doméstica e familiar contra a mulher, tipificando crimes como lesão corporal, ameaça, estupro e feminicídio. Ao estabelecer essas categorias de crime, a legislação contribui para a responsabilização legal dos agressores e reforça o entendimento de que a violência contra a mulher é inaceitável e passível de punição.

Por fim, a lei exige a implementação de políticas públicas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares. Essa abordagem abrangente e humanizada é essencial para enfrentar a violência contra a mulher.

Conforme Bogdanovicz (2023), o processo de colonização europeia exerceu uma profunda influência na construção das masculinidades e, conseqüentemente, na dinâmica da violência de gênero em diversas sociedades. A imposição de valores e práticas patriarcais, característica marcante do colonialismo, reconfigurou as relações sociais, exacerbando a violência contra mulheres e grupos marginalizados.

A masculinidade, produto do colonialismo, se caracteriza pela hierarquia, autoritarismo, competitividade e violência, tendo como base a exploração e subordinação do outro. O legado colonial moldou masculinidades associadas à violência e à dominação, as quais foram utilizadas para perpetuar sistemas de opressão, submetendo mulheres, homens considerados inferiores e grupos marginalizados a diversas formas de violência, desde a doméstica até práticas mais extremas.

A colonização intensificou a opressão e a violência, com homens brancos colonizadores no topo da pirâmide social e outros grupos relegados a posições inferiores. No entanto, resistências lideradas por mulheres, comunidades indígenas e grupos afrodescendentes surgem como contraponto, lutando por uma sociedade mais justa e igualitária, na qual as masculinidades sejam diversas, não-violentas e baseadas no respeito.

Um estudo pós-colonial sobre masculinidades e violência exige uma análise aprofundada das diversas formas de masculinidades colonizadas, suas articulações com a violência doméstica, sexual e institucional, e as resistências decolonial que emergem em resposta. Essa análise crítica é fundamental para desconstruir os modelos patriarcais hegemônicos, que legitimam o uso da força e da violência como mecanismos de controle, e construir novas masculinidades que promovam relações mais justas e equitativas entre homens e mulheres.

A perspectiva decolonial revela a conexão entre masculinidades, violência e colonialidade na América Latina, fundamentada em experiências históricas e cotidianas. Desde a colonização europeia até os regimes militares do século XX, a violência tem sido

parte da história da região, influenciando a construção das identidades masculinas. A socialização muitas vezes incorpora a violência como forma de resolver conflitos, tanto no âmbito privado quanto no público, refletindo e alimentando o contexto social mais amplo.

Práticas como trabalho forçado, estupro e imposição de hierarquias moldaram a violência contra corpos generificados e racializados (Silva, 2013). A independência dos países latino-americanos não resultou em uma descolonização efetiva, perpetuando estruturas opressoras e hierárquicas que intensificaram as vulnerabilidades sociais, políticas e econômicas.

Na contemporaneidade, a violência persiste como um fenômeno complexo, enraizado em normas socioculturais que legitimam a vitimização de mulheres e resistem às demandas por igualdade de gênero. A análise interseccional, considerando raça, classe, orientação sexual e outros marcadores sociais, é crucial para compreender as múltiplas facetas da violência e suas manifestações diferenciadas. Diante desse panorama, os Estados implementam políticas e programas para enfrentar os problemas da violência, reconhecendo seu papel como autor e cúmplice dessas dinâmicas como podemos compreender no que vemos em Bogdanovicz (2023).

Em consonância, Bernardes (2020) nos conta que a promulgação da Lei Maria da Penha (LMP) representou um avanço significativo na luta contra a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil, evidenciando tanto conquistas quanto desafios em sua implementação. Os avanços incluem o aumento das denúncias de violência, a tipificação de novas formas de violência e a criação de mecanismos de proteção como medidas protetivas de urgência e serviços de apoio. No entanto, persistem desafios e lacunas que limitam sua aplicação eficaz, especialmente para mulheres negras e de outras populações marginalizadas.

Além disso, há uma prevalência de medidas repressivas em detrimento das preventivas, e a fragilidade da rede de proteção, como a insuficiência de serviços especializados em diversas regiões do país. A persistência da violência contra mulheres negras destaca a necessidade de enfrentar o racismo estrutural e considerar a interseccionalidade das opressões. A análise interseccional de Magalhães (2022) sobre a

aplicação da Lei Maria da Penha revela a complexidade das experiências de violência vivenciadas por mulheres negras, indígenas e LGBTQIAPN+ no Brasil.

A autora demonstra como as múltiplas interseções de gênero, raça, classe e orientação sexual moldam o acesso dessas mulheres à justiça e aos serviços de proteção, evidenciando a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades de cada grupo social. Ao analisar casos concretos, Magalhães demonstra que as mulheres mais marginalizadas enfrentam barreiras adicionais, como o racismo institucional, a homofobia e a transfobia, que dificultam a denúncia e o acesso à justiça.

Bernardes (2020) diz que a pensadora González (2020) desvenda a falácia da democracia racial no Brasil, expondo como a miscigenação frequentemente mascarou a violência contra mulheres negras perpetrada pela minoria branca dominante durante a era colonial. Uma perspectiva feminista decolonial, atenta à interseccionalidade das opressões, oferece ferramentas valiosas para o combate às desigualdades de gênero. Essa abordagem reconhece as múltiplas vivências e identidades das mulheres, especialmente em relação à raça e classe social. Lélia González (2020) cunha o termo “senzala feminina” para descrever a condição de aprisionamento móvel imposta pela pobreza e pela opressão social e histórica, onde mulheres, principalmente as mais pobres, se encontram suscetíveis à violência doméstica. A falta de acesso a direitos básicos e a dependência de relações abusivas as tornam presas em um ciclo de violência.

Mesmo quando buscam escapar dessa situação, as mulheres na “senzala feminina” enfrentam novos desafios, como a perda de emprego e renda. Essa realidade evidencia a complexa interação entre violência de gênero, exclusão social e econômica, e a necessidade de políticas públicas interseccionais que abordem as raízes estruturais da opressão.

## 2 ‘100% Feminista’ à Luz do Pós-Colonialismo e da Lei Maria da Penha

Carolina de Oliveira Lourenço, mais conhecida como MC Carol ou Carol Bandida, é uma artista brasileira multifacetada que se destaca por seu talento musical, engajamento social e ativismo incisivo. Nascida em Niterói em 1993, Carol conquistou reconhecimento

por sua música original e irreverente, que aborda temáticas sociais, sexualidade e humor com uma voz única.

Além da música, MC Carol se destaca por seu ativismo incansável em prol da igualdade de gênero, do combate à violência contra a mulher e da representatividade LGBTQIAPN+. Sua persona artística se entrelaça com seu ativismo, promovendo reflexões críticas sobre questões sociais e inspirando o público a se engajar na luta por um mundo mais justo e igualitário. Sua trajetória inspiradora a torna uma referência para diversas gerações, consolidando seu legado como uma artista multifacetada e uma ativista incansável na luta por igualdade e representatividade.

<b>‘100% Feminista’ (part. Karol Conká) - MC Carol</b>	
Presenciei tudo isso dentro da minha família Mulher com olho roxo, espancada todo dia Eu tinha uns cinco anos, mas já entendia Que mulher apanha se não fizer comida Mulher oprimida, sem voz, obediente Quando eu crescer, eu vou ser diferente	Eu cresci Prazer, Karol bandida Represento as mulheres, 100% feminista Eu cresci Prazer, Karol bandida Represento as mulheres, 100% feminista
Eu cresci Prazer, Carol bandida Represento as mulheres, 100% feminista Eu cresci Prazer, Carol bandida Represento as mulheres, 100% feminista	Represento Nina, Elza, Dona Celestina Represento Zeferina, Frida, Dona Brasilina Tentam nos confundir, distorcem tudo o que eu sei Século XXI e ainda querem nos limitar com novas leis A falta de informação enfraquece a mente Tô no mar crescente porque eu faço diferente
Represento Aqualtune, represento Carolina Represento Dandara e Chica da Silva Sou mulher, sou negra, meu cabelo é duro Forte, autoritária e às vezes frágil, eu assumo Minha fragilidade não diminui minha força Eu que mando nessa porra, eu não vou lavar a louça	Eu cresci Prazer, Carol bandida Represento as mulheres, 100% feminista Eu cresci Prazer, Karol bandida Represento as mulheres, 100% feminista
Sou mulher independente não aceito opressão Abaixa sua voz, abaixa sua mão	100%, por cento, por cento, por cento feminista 100%, por cento, por cento, por cento feminista

<p>Mais respeito          Sou mulher destemida, minha marra vem do gueto          Se tavam querendo peso, então toma esse dueto          Desde pequenas aprendemos que silêncio não soluciona          Que a revolta vem à tona, pois a justiça não funciona          Me ensinaram que éramos insuficientes          Discordei, pra ser ouvida, o grito tem que ser potente</p>	<p>100%, por cento, por cento, por cento feminista          100%, por cento, por cento, por cento feminista</p>
<p>Composição: MC Carol / Karol Conká / Léo Justi.</p>	

A música “100% Feminista” se configura como um manifesto de empoderamento e resistência contra a opressão de gênero e a violência doméstica. A artista utiliza sua voz para denunciar as desigualdades entre gêneros e inspirar outras mulheres a buscarem emancipação e liberdade. Já na primeira estrofe da música “100% Feminista” de MC Carol, podemos ver que ela apresenta uma crítica contundente à opressão de gênero e à violência doméstica, entrelaçando-as com elementos do pós-colonialismo e da interseccionalidade. Através de uma narrativa autobiográfica, a artista expõe a realidade cruel da violência contra a mulher no contexto familiar, evidenciando as marcas da colonização e do patriarcado na sociedade brasileira.

A menção à “mulher com olho roxo, espancada todo dia” remete à violência física e psicológica sofrida por mulheres desde a época colonial. A herança patriarcal e a submissão feminina, intensificadas pelo processo colonizador, contribuíram para a naturalização da violência doméstica como forma de controle e dominação.

Esse trecho da análise pode ser diretamente relacionado aos princípios e objetivos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que busca combater a violência doméstica e familiar contra a mulher e enfrentar a naturalização da submissão feminina. A frase “Eu tinha uns cinco anos, mas já entendia / Que mulher apanha se não fizer comida” reflete a compreensão precoce de um sistema patriarcal que justifica a violência como punição pela falta de submissão, algo que a Lei Maria da Penha visa desconstruir. A legislação se

fundamenta na proteção dos direitos das mulheres e na quebra de estereótipos de gênero que perpetuam a violência.

Ao reconhecer a mulher como “oprimida, sem voz, obediente”, a artista denuncia a condição de invisibilidade e silenciamento que muitas mulheres enfrentam, aspectos que a Lei Maria da Penha aborda ao promover a garantia de voz e autonomia às vítimas, além de oferecer medidas protetivas para que essas mulheres possam romper com a violência. O paralelo entre a música e a lei revela que, enquanto a música de MC Carol expõe a internalização e perpetuação de papéis opressores, a Lei Maria da Penha oferece mecanismos jurídicos para garantir que as mulheres possam se libertar dessas situações, protegendo seus direitos e combatendo as justificativas para a violência.

O verso “Quando eu crescer, eu vou ser diferente” expressa um desejo claro de romper com o ciclo de violência e submissão, algo que a Lei Maria da Penha busca facilitar ao proteger as mulheres e garantir sua autonomia. A recusa da artista em se submeter às expectativas patriarcais, assim como sua aspiração por liberdade, ecoa o objetivo central da lei: empoderar as mulheres para que possam se libertar de relações abusivas e viver com dignidade.

A análise do verso sob a ótica da interseccionalidade reforça um ponto importante da Lei Maria da Penha: o reconhecimento de que a violência contra a mulher não se manifesta de maneira homogênea. A experiência de MC Carol, marcada pela pobreza e pela vida na periferia, é atravessada por outras opressões, como raça e classe, o que aumenta sua vulnerabilidade à violência. Da mesma forma, a Lei Maria da Penha reconhece que mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como apontado por Gomes (2023), enfrentam maiores dificuldades em romper com o ciclo de violência devido à falta de acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação e emprego.

Essas mulheres, muitas vezes aprisionadas em relações abusivas pela falta de recursos e apoio, encontram na Lei Maria da Penha um mecanismo de proteção e emancipação. A legislação oferece medidas protetivas e estabelece uma rede de apoio que busca criar condições para que essas mulheres possam escapar da violência e reconstruir suas vidas. Assim, a Lei Maria da Penha se alinha ao desejo expresso no verso de MC Carol,



oferecendo às mulheres as ferramentas necessárias para serem “diferentes” e não mais reféns da violência e submissão patriarcal.

O ambiente doméstico, descrito como um espaço de medo e insegurança, onde a violência é perpetuada por figuras masculinas que representam a cultura patriarcal, é justamente o foco da lei. A Lei Maria da Penha visa transformar esses ambientes, garantindo proteção e assistência às vítimas, ao mesmo tempo que responsabiliza os agressores, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Mesmo buscando escapar da violência, o rompimento com o ciclo abusivo se torna árduo devido à pobreza e à falta de oportunidades para melhorar suas condições de vida. A busca por mobilidade espacial, embora represente um desejo de fuga, nem sempre garante a libertação completa, pois a dominação masculina e a exclusão social continuam presentes.

É crucial reconhecer que essas mulheres estão inseridas em um contexto social mais amplo, onde a pobreza e a falta de acesso a recursos básicos dificultam a conquista da liberdade plena. Gomes (2023) destaca que a perda de emprego e renda foi um dos principais fatores que contribuíram para o aumento da violência contra mulheres durante a pandemia.

A superação da violência doméstica contra mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica exige ações que combatam a pobreza e a exclusão social, promovendo o empoderamento feminino e a criação de oportunidades que garantam sua autonomia e independência. Políticas públicas interseccionais, que considerem as múltiplas formas de opressão que impactam a vida das mulheres, são essenciais para romper com o ciclo de violência e construir um futuro mais justo e igualitário para todas.

Sob o mesmo ponto de vista, Martins (2017) nos explica que a Lei Maria da Penha, ao detalhar os cinco tipos de violência doméstica, reconhece a complexa natureza desse crime e as diversas formas pelas quais as mulheres são vitimadas. Essa lei representa um passo fundamental na luta pela proteção das mulheres e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. As perspectivas de violência são subdivididas e conceituadas da seguinte maneira:

**Imagem 1:** Compreensão Abrangente da Violência Doméstica Conforme a Lei nº11.340/2016



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024) com base em Martins (2017).

A música “100% Feminista” de MC Carol se configura como um manifesto contundente contra a violência contra a mulher e a submissão feminina, entrelaçando elementos do pós-colonialismo e da interseccionalidade. A frase “Represento Aqualtune, represento Carolina / Represento Dandara e Chica da Silva” homenageia mulheres negras históricas que lutaram contra a opressão e pela liberdade, subvertendo a narrativa patriarcal e colonial que silencia e exclui suas vozes. MC Carol se coloca como herdeira desse legado, reivindicando espaço e visibilidade para as mulheres negras na sociedade brasileira.

A artista se define como “mulher, sou negra, meu cabelo é duro / Forte, autoritária e às vezes frágil, eu assumo”, exaltando sua identidade racial e desafiando estereótipos que associam mulheres negras à fragilidade e submissão. A afirmação da força e da autoritariedade, mesmo reconhecendo a própria fragilidade, demonstra a recusa da artista em se encaixar em modelos predefinidos de feminilidade.

O verso “Eu que mando nessa porra, eu não vou lavar a louça” é uma recusa direta da divisão tradicional de papéis de gênero que relegam as mulheres ao trabalho doméstico e

à submissão masculina. MC Carol reivindica autonomia e controle sobre sua vida, desafiando a lógica patriarcal que a limita ao espaço doméstico.

A frase “Sou mulher independente não aceito opressão / Abaixa sua voz, abaixa sua mão” expressa o desejo de emancipação da artista, que não se submete à dominação masculina e exige respeito. A repetição do verbo “abaixa” reforça a recusa da artista em se submeter à autoridade masculina e à violência.

A artista se define como “mulher destemida, minha marra vem do gueto”, demonstrando sua força e resistência em um contexto marcado pela opressão e pela marginalização. A frase “Se tavam querendo peso, então toma esse dueto” é um convite à luta e à resistência, desafiando aqueles que desejam silenciar e subjugar as mulheres.

Os versos “Desde pequenas aprendemos que silêncio não soluciona / Que a revolta vem à tona, pois a justiça não funciona” evidenciam a necessidade de romper com o silêncio e de exigir justiça para as mulheres. A artista reconhece a falha do sistema de justiça em proteger as mulheres vítimas de violência, convocando-as à luta e à mobilização social.

A frase “Me ensinaram que éramos insuficientes / Discordei, pra ser ouvida, o grito tem que ser potente” demonstra a recusa da artista em aceitar a lógica da submissão e da inferiorização feminina. A potência do grito simboliza a voz das mulheres que se recusam a serem silenciadas e que lutam por seus direitos.

## Conclusão

A música “100% Feminista” de MC Carol se configura como um manifesto empoderador que desafia a violência contra a mulher, a submissão feminina e os estereótipos de gênero e raça, entrelaçando elementos do pós-colonialismo e da interseccionalidade. Através de versos contundentes e ritmo contagiante, a artista reivindica autonomia, liberdade e respeito para as mulheres, inspirando a luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Ela expõe a realidade cruel da violência contra a mulher no contexto familiar, desde a infância, evidenciando as raízes patriarcais e coloniais dessa opressão. A artista denuncia a negação

de autonomia, a submissão aos papéis tradicionais de gênero e a naturalização da violência como forma de controle.

MC Carol se recusa a se submeter à opressão e se coloca como herdeira de um legado de mulheres que lutaram pela liberdade. Ela reivindica autonomia, controle sobre sua vida e recusa a divisão tradicional de papéis de gênero. A artista convoca as mulheres à luta e à resistência, reconhecendo a falha do sistema de justiça e a necessidade de romper com o silêncio. A análise da música sob a ótica da interseccionalidade revela que a experiência de MC Carol, marcada pela pobreza e pela realidade periférica, intersecta-se com outras opressões, como raça e classe, intensificando a vulnerabilidade à violência. A artista denuncia a herança colonial do patriarcado e a invisibilidade das mulheres marginalizadas.

A letra se alinha aos princípios da Lei Maria da Penha, que reconhece a complexa natureza da violência contra a mulher e a necessidade de medidas de proteção e empoderamento. A artista ecoa a luta por uma sociedade livre da violência e da opressão, onde as mulheres possam exercer seus direitos e construir uma vida digna. A mensagem desafia as narrativas coloniais que silenciam e excluem as mulheres, especialmente as mulheres negras. MC Carol se coloca como voz das mulheres marginalizadas, recontando a história de luta e resistência pela liberdade e pela igualdade. A letra e a mensagem nos convidam a refletir criticamente sobre as raízes da violência contra a mulher, a interseccionalidade das opressões e a importância da luta por uma sociedade mais justa e igualitária. A artista nos inspira a agir em prol da emancipação feminina e da construção de um futuro livre de violência e discriminação.

## Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- BERNARDES, Márcia Nina. *Questões de raça na luta contra a violência de gênero: processos de subalternização em torno da Lei Maria da Penha*. Revista Direito GV, v. 16, p. 1968, 2020.
- BOGDANOVICZ, Fabiane Kravutschke. *Programas destinados a “homens autores de violência” e Lei Maria da Penha: uma leitura decolonial*. 2023. 174 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2023. Disponível em:

[http://tede.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/jspui/2116/2/Disserta%  
%20Fabiane%20Bogdanovicz.pdf](http://tede.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/jspui/2116/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Fabiane%20Bogdanovicz.pdf). Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. *Lei nº 11.340*, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm). Acesso em: 28 abr. 2024.

COSTA, Helena Souza Matos; ALMEIDA, Florisvaldo Cavalcante. Os direitos humanos das mulheres antes e após a Lei Maria da Penha: Lei 11.340/2006: (in) efetividade. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. v. 8, n. 5, p. 2778-2799, 2022.

GEBARA, Ivone. *A mobilidade da senzala feminina: mulheres nordestinas, vida melhor e feminismo*. São Paulo: Paulinas, 2000.

GOMES, Naira Mariana Ferraz; CASTRO, Amanda Motta. A violência de gênero e a Lei Maria da Penha a partir de uma perspectiva decolonial. *Revista Feminismos*, v. 11, n. 1, 2023.

GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização de Flavia Rios, Márcia Lima. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, p. 935-952, 2014.

MAGALHÃES, Thowanne Lara Barbosa. *Violência contra as mulheres negras: uma análise interseccional acerca das categorias raça e gênero*, 2022.

MARTINS, Jayne Cecília. *Determinantes da violência doméstica contra a mulher no Brasil*. 2017. 44 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. Ministério Público do Estado da Bahia, 2004.

SILVA, Maicon Cláudio da. Brasil: o sentido da colonização e a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado no âmbito da acumulação primitiva. *Revista Urutágua*, n. 29, 2013.

## SURGIMENTO E CRÍTICA DO USO DO TERMO 'MODA' EM TEXTOS ESPAÑHÓIS DO SÉCULO XVIII.

### EMERGENCE AND CRITICISM OF THE TERM 'MODA' IN USE IN 18th CENTURY SPANISH TEXTS.

Márcia Rejane de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** O século XVIII ficou conhecido como o 'Século das Luzes', em que a França passou a ser o país mais rico e desenvolvido do mundo. A França começou também a ditar modas e a própria palavra 'moda' surgiu neste mesmo século, passando a ser um neologismo de origem francesa bastante criticado e difamado na Espanha castiça e saudosa dos Séculos de Ouro. Este artigo tem o objetivo maior de mostrar como o termo 'moda' era mostrado em textos literários da Espanha, onde através da sátira os escritores do momento não hesitaram em criticar o seu uso em território espanhol. Segundo Martín Gaité (1972), as mudanças linguísticas surgidas no século XVIII, entre elas o aparecimento destes neologismos, refletiam o fenômeno histórico-cultural da divisão em dois grupos de literatos, em que por um lado estavam os mais progressistas e por outro os mais conservadores. Neste aspecto, nosso trabalho contempla a questão do discurso ideologicamente formado por uma sociedade moralmente decadente e economicamente falida na Espanha do século XVIII. Através de um trabalho documental e descritivo, vamos mostrando citações literárias encontradas em livros originais e manuscritos da época, comentando e detalhando este contexto histórico para um melhor entendimento. Como conclusão, veremos que o termo 'moda' e sua variante 'modista' foram vistos em uma quantidade significativa de documentos literários em um momento complexo e considerado pelos espanhóis mais tradicionalistas como decadente tanto no quesito moral como cultural.

**Palavras-chave:** Neologismo. Literatura Espanhola. Século 18.

**Abstract:** The 18th century is known as the Age of Enlightenment, the century in which France became the richest and most developed country in the world. France also began to dictate fashions and the word 'fashion' itself emerged in this same century, becoming a neologism of French origin widely criticized and defamed in chaste Spain, nostalgic for the Golden Age. This article mainly aims to show how the term 'fashion' was shown in literary texts in Spain, where through satire the writers of the time did not hesitate to criticize its use in Spanish territory. According to Martín Gaité (1972), the linguistic changes that emerged in the 18th century, including the appearance of these neologisms, reflected the historical-cultural phenomenon of the division into two groups of literati, where on the one hand there were the most progressive and on the other the most conservative. In this aspect, we see that the neologisms that emerged were related to the discourse ideologically formed by a morally decadent and economically bankrupt society in 18th century Spain. Through documentary and descriptive work, we show literary quotations found in original books and manuscripts of the time, commenting and detailing the historical context for a better understanding. In conclusion, we will see that the term 'fashion' and its variant 'fashion' were seen in many literary documents at a complex moment and considered by the most traditionalist Spaniards as decadent in both moral and cultural terms.

**Keywords:** Neologism. Spanish Literature. 18th century.

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)  
Email: marcia.oliveira.l@ufrn.br  
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6404454234091077>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0075-1640>

## Introdução

Resulta curioso que uma palavra que hoje é comum em quase todos os idiomas de origem latina tenha causado furor em uma grande quantidade de escritos literários de gêneros diversos no século XVIII na Espanha. O termo em questão é *Moda* - idêntico em significado e escrita ao seu homônimo na língua portuguesa.

Segundo Álvarez Miranda (1992), a primeira vez que o termo foi documentado em língua espanhola data de 1641, em uma obra chamada *El Diablo Cojuelo*, de um autor chamado Velez Guevara. Não foram muitas as aparições do termo até o final deste mesmo século, deixando a explosão e citação dele no século seguinte, quando passou a surgir em centenas (ou talvez milhares) de textos de diversos autores espanhóis que não estavam muito contentes com o uso daquele neologismo de origem francesa em solo espanhol.

A Espanha passava por um momento muito turbulento nas esferas política, social e econômica durante todo o século XVIII e não foi diferente também no que se refere à esfera linguística. França era o país que dominava o mundo culturalmente com suas modas no vestir, no andar e no falar. Surgiu como consequência disto um grupo bastante conservador que o que mais desejava era enaltecer o período literário e cultural da Espanha dos séculos XVI e XVII, conhecidos como a *Época de Ouro Espanhola*.

Este mesmo grupo não se conformava com a decadência cultural espanhola frente ao mundo e não foram poucas às vezes que trabalharam no intuito de promover uma língua “pura e limpa”, abominando e rejeitando os termos franceses que inundavam por aquele momento na corte espanhola.

Tão forte foi a preocupação e pressão de frear a chegada destes neologismos franceses que foi criada neste mesmo século o que hoje conhecemos como a *Real Academia Española*. Neste mesmo século, também surgiram os primeiros dicionários monolíngues espanhóis, entre eles o *Diccionario de Autoridades*, promovido pela recém fundada *Real Academia Española*.<sup>2</sup> Portanto o que pretendemos mostrar neste texto são alguns aspectos relacionados com o surgimento do termo *moda*:

---

<sup>2</sup> A *Real Academia Española* foi fundada em 1713 enquanto o *Diccionario de Autoridades* foi produzido entre os anos de 1726 a 1739.

1. Mostrar citações das muitas encontradas em livros da época.
2. Destacar brevemente o contexto em que o termo moda surgiu, mostrando algumas informações importantes desde o ponto de vista histórico e social
3. Expor através das citações de autores da época os gêneros textuais mais difundidos naquela centúria em que pudemos encontrar o termo ‘moda’ sendo amplamente criticado.
4. Mostrar como o termo ‘moda’ foi manifestado através da sátira, gênero textual muito usual no século XVIII.
5. Destacar a evolução do termo durante o século e mostrar qual variante dele surgiu na mesma época.
6. Expor alguns dos nomes de autores críticos das modas e literários importantes daquela centúria.

Este artigo resulta de uma pesquisa realizada com livros, folhetos, revistas originais do século XVII, XVIII e XIX na *Biblioteca Nacional de España*, situada em Madri. Foram anos de leitura e buscas por termos usados como neologismos na corte espanhola de todo o século XVIII. Este trabalho mostra, portanto, citações e comentários de uma pesquisa documental, onde através de diversos gêneros textuais escritos (peças de teatro como sonetos, textos jornalísticos etc.) mostramos que o termo moda e sua variante modista eram mostrados quase sempre em um contexto satírico.

Explicaremos brevemente o contexto histórico ao qual ambos os termos estavam sendo usados pela primeira vez, além de mostrar como foram evoluindo de significado e principalmente suas documentações em livros de diversos gêneros e dicionários da época. Foi muito importante, vale frisar, a descoberta do livro *Usos Amorosos del siglo dieciocho en España* (1972), onde através dele pudemos ter conhecimento sobre a chegada de alguns neologismos em território espanhol neste século tão conturbado e curiosamente tão pouco explorado por pesquisadores hispanistas (se comparado aos séculos de Ouro e ao Século XIX). Este livro foi a tese doutoral, logo publicada como livro, da famosa escritora Carmen Martín Gaité.



Vale salientar também que o respectivo trabalho se vincula estreitamente com a linha de pesquisa a qual corresponde a Revista Saridh, que é a de Linguagem e Discurso. O estudo da linguagem em conjunto com a história e a sociedade nos faz compreender o processo discursivo de uma época, que no caso deste artigo, se trata do século XVIII espanhol. Neste discurso, palavras surgiram em um contexto histórico de decadência financeira e moral de uma sociedade espanhola ideologicamente formada.

Mostraremos algumas citações do termo moda em textos diversos da primeira metade do século e logo na segunda metade, quando passou a se tornar mais usual e forte. Cabe informar que as citações mostradas neste artigo mostram o espanhol em seu formato exibido nas obras originais e, que, por uma questão de opção metodológica, não foram feitas traduções e nem adequações ao espanhol em sua versão contemporânea.

## 1 Primeira metade do século XVIII

Segundo nossa pesquisa, a primeira citação que surge com o termo moda no século XVIII é da autoria de Francisco Calderón Altamirano, que em sua obra intitulada *Opúsculos de oro, virtudes morales y christianas* (1707), faz um comentário bastante pessoal sobre o termo, relacionando ele a características demoníacas e homofóbicas:

Son tales vestidos arrèos del demônio, porque se cortan sin la medida del justo. Sobre todo la novedad de trages, que induce la insolencia, que no traem limpeza sino para la bolsa. Notad que esta insolencia la llaman moda: en el mismo nombre se explica la inconstancia. No es modo, sino moda, porque lo afeminado pide locucion feminina. No es modo, sino moda, y aun se llama con sobrada decencia (Chaves, 1707, p. 292).

Não foram poucos os textos de religiosos que assim como o autor Calderón Altamirano Chaves proclamavam a moda como algo demoníaco e afeminado durante todo o século. Calderón Altamirano Chaves e outro escritor chamado Padre Feijóo foram dos escritores mais conservadores e religiosos que escreveram sobre a moda desde um ponto de vista negativo. A Espanha tradicional, bastante apegada ainda ao catolicismo e costumes religiosos, não estava tão preparada e aberta para o uso de novas modas que surgiam como novidade e propagavam certa liberdade no vestir de homens e mulheres.

As modas francesas que surgiram naquele momento trouxeram consigo mudanças nos hábitos também dos cidadãos. Houve, por exemplo, a moda do *cortejo*, onde uma mulher casada podia sair acompanhada de um homem que não fosse o seu marido. Esta moda do acompanhante, em um primeiro momento chamado *chichisveo* e logo *cortejo*, passou a ser algo muito criticado também pelos mais conservadores, que viam aqueles homens seguidores da moda como seres afeminados.

Respeito às vestimentas masculinas, a moda francesa exigia que os homens portassem calças apertadas, perucas, jaquetas e coletes ajustados (chamadas no espanhol do momento de *casaca* e *chupa*). Se apresentar com este tipo de vestimenta era um dos requisitos principais para ser um bom cortejante de uma dama. Os valores da Igreja também mudaram e passaram a ficar em um segundo plano para os habitantes da corte espanhola mais modernos, que viam em todas estas novidades uma forma de ascender e viver mais intensa a vida social espanhola.

Embora resulte curioso, o autor que mais escreveu sobre a moda nesta primeira metade do século parecia não ignorar e até nutria certa simpatia com algumas novidades oriundas da França. Em uma das suas obras mais polêmicas, o padre Feijóo dedicou um capítulo inteiro ao movimento e conceito do termo ‘Moda’. Em seu *Teatro crítico universal*, ele chegou a citar: “*Siempre la moda fue de la moda. Quiero decir, que siempre el Mundo fue inclinado a los nuevos usos.*” (Feijoo, 1729, p. 139).

A simpatia de Feijóo pela França, e em especial ao seu idioma, era algo conhecido no ambiente literário da época e devido a estes ensaios onde expunha toda a sua admiração pela cultura e moda francesa ele sofreu muitos insultos de outros espanhóis mais conservadores que o acusavam de ‘galicista’. De todos os modos, embora Feijoo fosse um simpatizante da cultura francesa, ele não gostava do exagero de alguns cidadãos em exaltar a moda francesa em detrimento da moda espanhola.

Portanto, no mesmo ensaio, ele critica o quão extravagante havia se tornado as modas no seu país, não se dando por satisfeito de que o termo moda não se reduzisse apenas às vestimentas, mas também aos costumes gerais da sociedade espanhola, como a moda de andar, falar, comer e conversar ao modo francês. Em algum momento do texto, ele passa a

considerar a moda como tirania ou enfermidade quando estas eram levadas ao extremo e chegavam ao plano religioso:

Acabo de decir, que la mayor tiranía de la moda es haverse introducido em los Términos de la naturaleza; y yá hallo motivo para retratarme. No esso lo más, sino que extendió su jurisdicción al imperio de la Gracia. La devoción es una de las cosas que más entra la Moda. Hai oraciones de la Moda, libros espirituales de la Moda, exercicios de la Moda, y aun hay, para la invocacion, Santos de la moda. Verdaderamente, que es moda la más contagiosa de todas las enfermedades porque a todo se pega. (Feijoo, 1729, p. 147).

## 2 Segunda metade do século XVIII

Clavijo y Fajardo, que foi um dos primeiros jornalistas da Espanha, começou a segunda metade do século usando ainda de um tom mais severo e sério nas palavras para criticar as modas oriundas da França em seu livro *Tribunal de las Damas* de 1755:

Que sin embargo de la buena armonía, paz, quietud, em que se ha mantenido en el país, se ha introducido en él, una extranjera llamada Moda, cuyos padres, aunque al principio se creó ser el bien parecer, y la novedad, naturales de todo el mundo, se ha descubierto, poco ha son obscenidade, y el descaro oriundos del infierno (Fajardo, 1755, p. 4).

63

Esse mesmo autor, que se autodenominava *El Pensador*, escreveu nada menos que seis *tomos* com vários ensaios em uma única coleção.- também chamada *El Pensador* - sobre os costumes, modas e novidades daquele momento. Sua é também a obra titulada *Pragmática del zelo y Desagravio de las Damas*, também de 1755. Em toda a sua obra, vemos o discurso de um homem conservador inconformado com a avalanche de novos costumes franceses que surgiam a cada momento em território espanhol:

Respecto constar de diferentes informaciones que la enemiga moda ocultó su nombre próprio, que es Torpeza, y no ser justo quede sin castigo su engaño, mandamos, usando de clemencia, se la den doscientos azotes de desprecios, irrisiones, y burlas por las calles. (Fajardo, 1755, p. 29).

Ao contrário da primeira metade do século, onde a palavra moda apareceu em textos críticos de tonalidade séria, na segunda metade os autores da época preferiram usar um discurso burlesco para fazer chacota com o termo. O famoso produtor de sainetes Ramón de la Cruz foi um dos que mais reproduziu o termo neste tipo de texto cômico. Na sua obra intitulada *La tertulia de Moda* (1775), Ramón de la Cruz nos mostra uma personagem denominada “Modista”, que como características principais tinha a de produzir e vender roupas. A “Modista” de Ramón de la Cruz é uma senhora que porta em uma caixa todos os utensílios do seu trabalho (*herraduras para el cuello, cabriolès, respetuosas, caídas, pulseras, pañuelos de Marli* etc) e é confrontada pelo personagem antagonista “*Desengaño*”, quem é médico e critica a superficialidade do trabalho e dos altos preços dos produtos comercializados pela Modista.

Mostramos aqui uma fala do Personagem “*Desengaño*”, que em um determinado momento opina sobre o fato da moda ser uma ‘doença incurável’:

- aunque conmigo nadie se ha curado, porque soy médico de las costumbres y como estas no causan pesadumbres pues todos creen buenas las que tienen es rara vez la que a buscarme vienen.- que males cura?- cierta apoplejía, males de moda, petimetrería, lo histérico y lo crítico importuno. (Cruz, 1755, manuscrito).

64

Este tipo de alegorias mostradas em sainetes, peças teatrais bastante populares no século XVIII, foi bastante comum em textos da época. Neles, a moda era representada por um ser humano, com a presença de outros seres alegóricos, sendo secundários ou antagônicos. Em uma destas obras, chamada ‘*El tribunal de la moda*’ (1762), vemos uma sátira de uma intenção bem burlesca e cômica em que a personagem principal, chamada Mariana, sofre de uma doença ou surto ao qual ela mesma se considera a própria moda, conforme relata o seu marido: “Se puso a andar discurrendo en Modas y pataratas, de tal suerte ha enloquecido que ella misma se llama moda, y dice que es Reyna, que a todo el mundo avasalla”. (Bazo, 1762).

O marido de Mariana, quem por nome é chamado de López García, não deixa de se representar como vítima, já que ele tem de aceitar as extravagâncias da sua mulher, que passa

a lhe chamar de ‘Capricho’ - outro neologismo muito usado e criticado naquela Espanha do século XVIII.

Eres un gran papanatas altivillo, y caprichoso. Sabe que ya no te llamas de aquí adelante García. Pues importa a la Mariana que sea tu nombre capricho, pues contigo estoy casada. Y siendo la moda yo es precisa circunstancia que sea mi esposo el capricho. (Bazo, 1762, manuscrito).

Assim como *El Tribunal de la Moda*, outras obras seguiam com o mesmo estilo de representar a moda como alegoria naquele século: *Virtud al uso y Mística a la moda*, *El Filósofo a la moda*, *La Razón contra la moda*, *El Despertador a la Moda*, *El hospital de la moda*, etc. Outro ponto interessante para entender melhor este contexto histórico é o de mostrar a fragilidade masculina que aparecem nesses textos.

Na obra *El Tribunal de la Moda* (1762) e nas demais que seguiam o seu mesmo estilo de sátira, mostram que o século XVIII foi de exaltação do papel das mulheres na sociedade, diferente de séculos anteriores em que elas eram submissas aos seus esposos. O cortejo como movimento social amoroso da época (ou *chichisveo* como foi chamado no princípio), foi um exemplo de liberdade feminina onde a mulher tinha o livre arbítrio de sair sem a presença do seu esposo e de se vestir como quisesse para ter um amante com quem pudesse bajulá-la e realizar todos os seus desejos.

A literatura da época mostra então a figura masculina fragilizada e ridicularizada, onde o homem deixa de ser o sexo opressor para ser a de vítima dos caprichos das mulheres. Além desta imagem de vítima, havia também a de afeminado quando os homens se colocavam no papel de *petimetres* ou *cortejos*. Iza Zamácola (1796) foi um dos autores que soube reproduzir com perfeito sarcasmo e burla esta ‘degradação’ do homem do século XVIII, que passava a ser chamado de *currutaco* e não mais *petimetre* no final do século.<sup>3</sup>

E falando em feminismo, surgiu nesta segunda metade do século XVIII também uma escritora crítica destas modas e novidades que vinham da França. Ela se chamava Beatriz Cienfuegos e se denominava como *La Pensadora Gaditana*. Beatriz Cienfuegos, assim como Padre Feijóo na primeira metade do século, hesitava em seus escritos entre defender o novo

<sup>3</sup> IZA ZAMÁCOLA, Juan Antonio. Elementos de la Ciencia Contradanzaria para que los Currutacos, Pirracas, y Madamitas del Nuevo Cuño puedan aprender por principios á baylar las contradanzas. Madrid: Imprenta de Fermín Villalpando, 1795.

movimento chamado *Moda* e criticá-lo desde uma forma dura e implacável. Ao parecer, ela como pessoa moderna e progressista como queria se mostrar defendia a ‘Moda’ no sentido da necessidade de o homem mudar as vestimentas de acordo com o surgimento de novidades, mas não à adesão das modas oriundas exclusivamente da França.

No tomo III da sua obra *La Pensadora Gaditana (1764)*, Beatriz usou o termo Anti-modista para se referir aos cidadãos que ainda viviam atrelados ao passado, mostrando assim sua defesa ao movimento:

Yo quisiera preguntar á estos ignorantes Anti-Modistas, ¿Como quieren que se vistan todos aquellos que por su nacimiento, empleo y circunstancias deben componer la más racional parte de la Sociedad? Si vieran estos mismos que un genio extraño, atrincherado con la necia defensa de à lo Español antiguo saliese a la calle con su bigote a terciá, su ferreruelo, sus calzas acuchilladas, sus medias de pelo y zapatillas con lazo ò rofetas por hevillas, y un sombrerillo como un cubilete, qué dirían? Les parecía bien aquella ridiculez? Estoy en que no. (Cienfuegos, 1764, p. 21).

Esta defesa de uma moda nacional foi logo crescendo em território espanhol, dando vez na segunda metade do século ao surgimento do *majismo*, movimento cultural dos cidadãos da corte que não queriam seguir vestindo as modas espanholas de outros séculos, mas também não desejavam aderir aos trajes franceses em ascensão.

O *majismo* foi no princípio um movimento de contracultura a toda aquela moda elitizada oriunda das classes abastadas que não propunham nenhuma originalidade e apenas imitavam o que se usava na França. Ele foi um movimento que surgiu nas classes mais baixas de Madrid, onde os *majos* e *majas*<sup>4</sup> exaltavam a nacionalidade espanhola acima de tudo. Mas não demorou que este movimento fosse seguido por certas celebridades da nobreza.<sup>5</sup> A famosa Duquesa de Alba foi a maior representante deste movimento, sendo retratada pelo pintor Goya em mais de uma ocasião, enaltecendo o *majismo* como grande celebridade que ela era até então na corte. Famoso é o quadro *La maja vestida* que celebra este grande movimento de enaltecimento hispânico frente às modas francesas.

<sup>4</sup> Assim eram denominados os que seguiam a moda do *majismo*.

<sup>5</sup> Segundo Sousa Congosto: “Frente al galicismo del traje del petimetre aparece, especialmente durante el reinado de Carlos IV, la reacción del traje majo, el propio de las clases populares, que utilizarán ciertos personajes de las clases altas, especialmente en ocasiones como la asistencia a las corridas de toros. (Souza Congosto, 2007, p.170-171).

Algo que havia em comum entre a *petimetria*<sup>6</sup> e o *majismo* foi o fato de a mulher ser exaltada como pessoa que tinha livre arbítrio de ser cortejada por um amante, vestir-se da maneira que quisesse e vivesse a vida social de forma intensa, aparecendo em tertulias e bailes (chamados de *contradanzas* e *minués*). Este poderio feminino foi denominado *marcialidad*, termo surgido na segunda metade do século e que também foi motivo de ira de muitos escritores conservadores.

Luis de Eijoecente, em uma obra sua chamada *Libro del agrado*, “*a los señoritos de ambos os sexos*” (1785), mostra com sarcasmo dicas de moda e etiqueta tanto para as mulheres *marciais*<sup>7</sup> como para os homens, que segundo ele, eram afeminados por seguirem as modas de igual modo que as mulheres.

Como variante do termo moda, logo surgiu o termo ‘modista’, que teve uma interessante evolução no seu primeiro século de existência. Em um primeiro momento, o *Diccionario de Autoridades*, primeira versão do dicionário da *Real Academia Española*, definiu o termo modista em 1734 da seguinte forma: “*el que observa y sigue demasiadamente las modas.*” Já na edição de 1803 do mesmo Dicionário, agora definitivamente chamado *Diccionario de la Real Academia*, passou a defini-lo como “*El que hace las modas o tiene tienda de ellas*”.

Vejam estas citações abaixo, onde as duas primeiras se referem ao termo Modista como aquele que seguia às modas e na terceira, com o significado de quem produzia ou vendia roupas:

“Piensan Vms. Señoras mías (y piensan mal) que no se los dará propiamente el nombre de damas, de petimetras, y de modistas, si no acompañan todas estas cosas, con un modo de prestarse en las visitas, en los paseos, etc.” (La pensadora gaditana, 1764, p. 26).

“Yo quiero que esté parada. Vos no podéis obligarme a ser modista en mi casa.” (Bazo, 1762, manuscrito).

“No obstante algunas Damas, que pagan á la Modista la hechura de una bata seis, siete, ú mas veces, reformando la antigua, por andar siempre á la moda.” (Eijoecente, 1785, p.143).

<sup>6</sup> Substantivo oriundo do adjetivo *petimetre*, também muito usado no léxico espanhol do século XVIII

<sup>7</sup> *Marciais* eram as mulheres que seguiam a moda da *marcialidad*.

## Conclusões

O século XVIII espanhol mostra através de sua história e por meio de muitos arquivos impressos e manuscritos a documentação de muitos neologismos como o termo moda e sua variante modista. Envoltos em textos amplamente satíricos, o termo moda e sua variante modista, estiveram em um primeiro momento em escritos de matiz mais séria, enquanto na segunda metade do século vieram em textos de vários matizes textuais desde as mais sérias até as mais burlescas. A moralidade de cunho religioso predominou nos textos mais sérios de autoria de autores como Padre Feijóo e Calderón Altamirano, onde enfatizavam que a moda era algo demoníaco e de homens afeminados.

O Padre Feijóo, simpatizante das ideias liberais e progressistas francesas, até parecia oscilar entre defender e criticar severamente as modas vindas daquele país, já que em textos seus pendia por primeiro defender e logo depois condenar o movimento das novas modas. É possível, que como religioso daquela Espanha tradicional, ele sofresse certa pressão para censurar o que a Igreja condenava e por isto havia esta oscilação entre defender-condenar o mesmo movimento.

A segunda metade do século, como vimos, trouxe no plano ensaístico nomes como Clavijo Fajardo e Beatriz Cienfuegos, conhecidos como *El Pensador* e *La Pensadora Gaditana* respectivamente. A filosofia e o gênero ensaio estiveram muito em alta durante a centúria e muitos autores que se autodenominavam ‘Pensadores’ eram os encarregados de opinar sobre assuntos relevantes para a sociedade de outrora. Entre estes assuntos, estava o da moda de vestimentas francesas, que era vista como a culpada de rebaixar a cultura e tradição espanhola predominante em todo o mundo até o século anterior.

Mas foi na sátira de estilo burlesco surgida em textos a partir da década setenta do século em que mais pudemos encontrar o termo moda e sua variante modista. No teatro, em representações muito de moda na época chamadas sainetes, Ramón de la Cruz soube mais do que ninguém explorar o tema através dos personagens seguidores das modas que eram os petimetres e petimetas.

Eijoecente, já quase no final do século, também soube ironizar de forma cômica todas as novas modas surgidas naquele momento, que passariam a ser seguidas por não mais



*petimetres e petimetas e sim currutacos e currutacas. A variedade de nomes dados aos cidadãos seguidores das modas no século dezoito foi também uma constante, sendo que Oliveira (2012) traz uma boa recopilação destes termos na sua tese *El léxico relativo a los tipos, usos y trajes en la literatura española del siglo XVIII*.*

É interessante observar também como o termo modista foi variando de significado durante o mesmo século, onde passou de ser a pessoa “que seguia” para aquela que “fabricava ou vendia” as modas. A alegoria usada nos sainetes, onde ‘Moda’ era um personagem de características humanas, foi reproduzida em quase uma dezena de obras teatrais já no início da segunda metade do século.

Para finalizar, todos estes textos também estavam imersos em um contexto de oposição e crítica ao aparente feminismo daquela época. Como já falamos, era moda praticar também a *marcialidad* e o *cortejo*, movimentos em que a mulher era exaltada por homens que não fossem os seus maridos. A figura do homem casado passou a ser burlada enquanto a da mulher era mostrada como alguém que tinha amplo poder naquela sociedade. Não podemos deixar de enfatizar que estas modas de comportamento se deram na corte espanhola, precisamente na cidade de Madrid, já que no resto da Espanha a tradição e costumes espanhóis mais castiços não permitiram a “degradação” dos costumes espanhóis tão cultuados nos *Séculos de Ouro* daquele país.

## Referências

- ALVAREZ DE MIRANDA, Pedro. *Palabras e ideas: El léxico de la Ilustración temprana en España. (1680-1760)*. Madrid: Imprenta Aguirre, 1992.
- BAZO, Antonio. *El Tribunal de la moda*. [Manuscrito], 1762.
- CALDERÓN ALTAMIRANO CHAVES, Francisco. *Opúsculos de oro, virtudes morales christianas*. Madrid: Juan García Infançon, 1707.
- CIENFUEGOS, Beatriz. *La Pensadora Gaditana*. Tomos I, II, III y IV. Madrid / Cadiz: Editores Francisco Javier García / Manuel Espinosa de los Monteros, 1763-1764.
- CRUZ, Ramón de la. *La Tertulia de moda*. [Manuscrito], 1775.
- EIJOECENTE, Luís. *Libro del agrado, impreso por la virtud en la imprenta del gusto, á la moda, y al ayre del presente siglo*. Madrid: Joachin Ibarra, 1785.

FAJARDO, José Clavijo. *El Tribunal de las Damas*. Madrid: Editor Joseph Francisco Martínez Abad, 1755.

FAJARDO, José Clavijo. *El Pensador*. Tomos I-VI. Madrid: Joachin Ibarra, 1762-1767.

FAJARDO, José Clavijo. *Pragmática del Zelo y Desagravio de las Damas*. Madrid: En la imprenta de los Herederos de D. Agustín de Gordejuela, 1755.

FEIJÓO, Benito Jerónimo. *Teatro Crítico Universal*. Tomo I y II. Madrid: Herederos de Francisco del Hierro, 1729.

IGLESIAS, María Carmen. *Nobleza y sociedad en la España Moderna II*. Oviedo: Editorial Nobel, 1997.

IZA ZAMÁCOLA, Juan Antonio. *Elementos de la Ciencia Contradanzaria para que los Currutacos, Pirracas, y Madamitas del Nuevo Cuño puedan aprender por principios á baylar las contradanzas*. Madrid: Imprenta de Fermín Villalpando, 1796.

MARTÍN GAITE, Carmen. *Usos Amorosos del dieciocho en España*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1987.

OLIVEIRA, Márcia Rejane. *El léxico relativo a los tipos, usos y trajes en la literatura española del siglo XVIII*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2012 .

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la Lengua Castellana*. (Diccionario de Autoridades). Madrid: 1726-1739.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la Lengua Castellana compuesto por la Real Academia Española*. Madrid: 1780-1803.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario la Lengua Castellana por la Real Academia Española*. Madrid: 1817-1914.

ROSALES, Antonio. *La Modista*. [Manuscrito], 1776.

SOUSA CONGOSTO, Francisco. *Introducción a la Historia de la indumentaria de España*. Madrid: Editorial Istmo, 2007.

VÉLEZ DE GUEVARA, Luís. *El Diablo Cojuelo*. Zaragoza: Editorial Diego Dormar, 1671.

## A ENCENAÇÃO NARRATIVA NO CONTO *AMOR* DE CLARICE LISPECTOR: UMA ANÁLISE DO DISCURSO EM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

### NARRATIVE STAGING IN CLARICE LISPECTOR'S SHORT STORY *LOVE*: A DISCOURSE ANALYSIS FROM A GENDER PERSPECTIVE

Fabíola Oliveira Sousa<sup>1</sup>  
Verônica Palmira Salme de Aragão<sup>2</sup>

**Resumo:** As obras de Clarice Lispector engendram reflexões psicológicas de suas personagens, o que exige um(a) leitor(a) crítico(a) para lidar com questões como a importância da mulher e o seu papel social. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é analisar o conto *Amor*, visando à compreensão da personagem Ana, por meio da análise de gênero e da encenação narrativa. Dentre os objetivos específicos, pretende-se: a) examinar a narrativa, tendo em vista as tensões psicológicas implicadas na trama; b) compreender os aspectos enunciativos da encenação narrativa, visando à interpretação do discurso da narradora; e c) interpretar as propostas críticas, engendradas pelo debate de gênero. Para isso, optou-se pela teoria Semiolinguística do discurso, proposta por Charaudeau (2019). Também se considerou o debate sobre a condição feminina e o amor, em Beauvoir (2016) e Biroli (2014). Portanto, além da revisão da literatura, também foi analisado o conto com base no método descritivo-interpretativo, e na abordagem qualitativa, visando à identificação de estratégias de sentido na construção da narrativa. Como resultado da pesquisa, notou-se que há informações implícitas no discurso da narradora, que possibilitam a multiplicidade de sentidos. Desse modo, o conto desperta a reflexão da condição da mulher na sociedade limitada ao cuidado da família.

**Palavras-chave:** Conto. Mulher. Amor. Narrativo. Gênero.

**Abstract:** The works of Clarice Lispector evoke profound psychological reflections of her characters, requiring critical readers to engage with essential issues such as the importance of women and their social roles. This research aims to analyze the short story *Love* to understand the character Ana through gender analysis and narrative staging. The specific objectives include: a) examining the narrative in light of the psychological tensions embedded in the plot; b) understanding the enunciative aspects of narrative staging to interpret the narrator's discourse; and c) interpreting critical propositions generated by gender debate. The theoretical framework is based on Patrick Charaudeau's Semiolinguistic theory of discourse, focusing on the narrative mode and the components that integrate narrative staging. The discussions on the female condition and love, in Beauvoir (2016) and Biroli (2014). Therefore, in addition to the literature review, the short story was analyzed using a descriptive-interpretative method and a qualitative approach to identify meaning-making strategies in character and narrative construction from a critical perspective. The research results indicate implicit information in the narrator's discourse. Thus, the story prompts reflection on women's condition in society, limited to family care.

**Keywords:** Short story. Woman. Love. Narrative. Gender.

<sup>1</sup> Mestranda do Mestrado Profissional em Letras da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

E-mail: [fabiolamalfra@gmail.com](mailto:fabiolamalfra@gmail.com)

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2538660635254173>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1528-9759>

<sup>2</sup> Professora Doutora do Departamento de Letras Vernáculas e do Mestrado Profissional em Letras da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

E-mail: [veronicasalme@uern.br](mailto:veronicasalme@uern.br)

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9361633594985944>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2250-8051>

## Introdução

O conto *Amor* é uma narrativa que aborda a temática da submissão/invisibilidade da mulher representada pela personagem Ana, que é prisioneira do próprio lar. Nessa relação, enxerga-se características distorcidas, criadas por um sistema patriarcal, que ambienta e faz com que as mulheres acreditem numa relação, pautada no amor ou que as condicione, única e exclusivamente, aos afazeres domésticos e criação do(a)s filho(a)s.

Nesse contexto, para desconstruir uma visão preconceituosa sobre o papel da mulher, é necessário mostrar um pouco da vida de Clarice Lispector, uma mulher que lutou bravamente para sobreviver, criar os filhos e publicar suas obras. Salienta-se que algumas de suas histórias apresentam cunho autobiográfico, visto que o(a) leitor(a) mais atento verificará, nos textos ou em parte deles, algum fato vivido por Clarice. Saber que a autora, enquanto mulher, enfrentou grandes dificuldades para sobreviver e, mesmo assim, escreveu e promoveu reflexões sobre a condição da mulher foi fator determinante para escolhê-la como autora.

Tem-se o conhecimento de que autor(a) não é narrador(a) nem personagem, porém em um momento específico do conto *Amor*, nota-se que Clarice Lispector se confunde com a personagem Ana quando fica perplexa diante de um senhor mascando continuamente chiclete. Ao retomar essa passagem, verifica-se que a protagonista Ana, em momento de epifania, sai do mundo real e entra no mundo imaginário. Para Gotlib (2013, p. 70), “Essa cena representa a figuração de um mundo estático e eterno. Esse cego funciona como guia da personagem ao Jardim Botânico no Rio de Janeiro, que representa as contradições entre um mundo de delícias e horrores”.

É justamente no momento da epifania da personagem que é encontrada uma lembrança da infância de Clarice Lispector. A autora ganha uma bala especial da irmã, uma bala que não acaba nunca. Já adulta, Clarice lembra dessa bala que durava a vida inteira. Afinal,

a eternidade representada por essa bala que tem cor de rosa, transforma-se em um cinzento intolerável que tem gosto de nada. Na mesma bala, estão presentes o doce e o insosso, a coisa insuportável, que atemoriza, e que

exerce atração incrível sobre a menina, que também tem coragem suficiente para dela se livrar (Gotlib, 2013, p. 70).

Não se chega à conclusão de que o conto *Amor* é uma história autobiográfica, entretanto, sabe-se que essa cena específica remete a uma lembrança da infância de Clarice Lispector. Ressalta-se, ainda, que uma das características da escrita de Lispector é promover o mistério. Não revelar tudo para que o leitor mais atento consiga desvendar os implícitos presentes nas construções psicológicas das obras. Segundo Gotlib (2013, p.70),

(...) a literatura de Clarice nos traz: em meio a banalidade do cotidiano, a ruptura do tempo histórico, mergulhando numa outra realidade que se eterniza e se repete no gosto doce e amargo das coisas de que somos feitos. Essa experiência – de passeio pelo jardim ou de leitura dessa Clarice – realça a inevitável convivência com a difícil e paradoxal realidade da condição humana.

Retoma-se o conto *Amor* e algumas características da obra de Clarice para esclarecer que se pode encontrar, em algum momento, na leitura dos textos, a mulher Clarice Lispector, sendo assim, muitas obras podem refletir o instinto de sobrevivência dela. Quando se separa do marido, Clarice (2013, p.388) relata que “A vida estava muito dura. Não podia gastar um centavo à toa. As crianças estavam na escola e eu precisava comer. A fossa era completa”. Depois de acompanhar o marido Maury, diplomata de carreira, em muitas viagens fora do Brasil, Clarice, do ponto de vista afetivo, sente uma solidão profunda.

Posteriormente, retorna ao Brasil, recém separada, onde passa por muitas dificuldades. Ao recomeçar a vida com os dois filhos, apesar da pensão que ganha, o dinheiro não lhe é suficiente. Embora recebesse pelos direitos autorais dos livros, não era suficiente, por isso teve que trabalhar como jornalista para garantir a subsistência.

Por volta dos anos de 1959 a 1964, a produção de crônicas e, principalmente de contos, foi intensa, o que lhe rendeu muita popularidade. Publica na revista *Senhor* onde conhece o editor e amigo Paulo Francis. Segundo Francis (2013, p.390), “Clarice jamais botou banca”, visitava-a quase toda semana “no apartamento que tinha no Leme<sup>3</sup>, onde,

<sup>3</sup> Bairro do Rio de Janeiro.

separada do marido, tentava criar os dois filhos (um dos quais sofria de um problema de difícil solução), escrever e aguentar o Brasil”.

Na sequência, o ex-marido de Clarice, Maury Gurgel Valente, escreve-lhe uma carta para tentar uma possível reconciliação, pedir perdão e assumir as falhas as quais pelo escrito desencadearam a separação do casal.

Estou cada vez mais firme na convicção de que você é a mulher da minha vida e que a minha procura de você em outras, nas muitas falsas Lídias de que o mundo está cheio, tem sido um erro de quem desesperou cedo. Isso não envolve qualquer compromisso para você a quem só desejo a felicidade. Abraço do Maury (Valente, 2013, p. 398).

Ainda em 1960, Lispector apresenta o volume de contos *Laços de Família* à editora Globo, que o publica. É justamente nessa coletânea de contos que é publicado o conto *Amor*, corpus desta pesquisa. De acordo com Érico Veríssimo (2013, p. 360), “é a mais importante coleção de histórias publicadas neste país na era pós-machadiana”. Trata-se, portanto, de uma republicação já que o conto foi publicado pela 1ª vez no livro *Alguns Contos*, em 1952.

Já se sabe que uma das temáticas deste trabalho faz referência ao debate sobre a condição da mulher e do amor. Em virtude disso, foi escolhido de maneira intencional, não só o conto *Amor*, mas a autora, mãe e mulher, Clarice Lispector, por dialogar com as discussões sobre o papel e a representatividade da mulher em sociedade. Dessa forma, encontra-se em Clarice uma grande representante do feminismo e, a partir disso, norteia-se esta pesquisa cujo objetivo geral é analisar o conto *Amor*, visando à compreensão da personagem Ana, por meio da análise de gênero e da encenação narrativa. Dentre os objetivos específicos, pretende-se: a) examinar a narrativa, tendo em vista as tensões psicológicas implicadas na trama; b) compreender os aspectos enunciativos da encenação narrativa, visando à interpretação do discurso da narradora; e c) interpretar as propostas críticas, engendradas pelo debate de gênero.

Para construto teórico, optou-se pela Análise Semiolinguística do discurso, proposta por Patrick Charaudeau, com foco no modo narrativo, em que os componentes que integram o dispositivo da encenação narrativa se manifestam. Também se considera o debate sobre a

condição feminina e o amor, em Beauvoir (2016, p. 100), de acordo com a qual “a manutenção da vida tornou-se para o homem atividade e projeto, ao passo que na maternidade a mulher continua amarrada a seu corpo, como o animal”.

A apreensão da narrativa sobre a personagem feminina materna Ana e suas tensões psicológicas assenta-se, primeiramente, na revisão da literatura, advinda da Teoria semiolinguística do discurso, proposta por Charaudeau. A abordagem feminista é engendrada pela crítica de Beauvoir (2016) e Birolli e Miguel (2014). A metodologia apoia-se no método descritivo-interpretativo, e na abordagem qualitativa, visando à identificação de estratégias de sentido na construção da personagem e da narrativa, por um viés crítico. Primeiramente, serão analisados os aspectos da encenação narrativa presentes no conto; por último, aprofunda-se a interpretação com base nas reflexões de gênero.

Nesse sentido, o artigo compõe-se dos seguintes tópicos: Introdução; Linguagem e discurso; O *eterno feminino*: uma breve crítica feminista; Categorias e procedimentos de análise; Resultados; Considerações finais.

## 1 Linguagem e discurso

A linguagem permite ao homem/mulher viver em sociedade, pensar, agir, entrar em contato com os outros indivíduos, semelhantes e ao mesmo tempo diferentes, por isso, pode-se dizer que a linguagem é um fenômeno complexo que não se reduz ao simples manejo das regras de gramática ou estudo de palavras.

A partir desse pressuposto, busca-se analisar o conto *Amor*, observando os aspectos enunciativo-discursivos de forma a contemplar a produção de sentidos, logo, verifica-se que a linguagem é um instrumento de poder construída pelo homem/mulher através das atividades e trocas que se desdobram no contexto da vida social e cuja encenação resulta de vários componentes, cada um exigindo uma competência que pode ser situacional (extralinguística), semiolinguística (linguística) ou semântica (léxico/significação).

Desde os anos de 1960, novas perspectivas e estudos começam a surgir relacionadas ao campo da análise do discurso, principalmente na França. Com o desenvolvimento desses

estudos, a língua não poderia ser estudada isolada das ações humanas. Teorias surgem voltadas para os estudos do texto e do discurso.

Em 1980, surge a Teoria Semiolinguística do Discurso, uma das vertentes da análise do discurso na França, concebida pelo linguista e pesquisador francês, Patrick Charaudeau. Nesse âmbito da análise do discurso, o pesquisador aborda a noção de Ato de linguagem e os papéis dados aos diferentes sujeitos que dele participam, sujeitos psicossociais e linguageiros, internos e externos a tal ato. Mostra também a importância do sentido explícito e implícito, levando em consideração as circunstâncias do discurso que determinam tais atos, o contrato, as estratégias do discurso e os modos de organização. Dessa forma, segue-se, para alicerçar nossa pesquisa, com a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso.

### 1.1 Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso

A semiolinguística surge da junção dos termos semiótica e linguística com o objetivo de investigar o processo de construção de sentidos do texto, tanto no âmbito da recepção, quanto da produção, a fim de analisar os mecanismos internos (textuais) e externos (discursivos e situacionais) que contribuem para a significação. Consoante Charaudeau e Maingueneau (2020, p. 453),

o nível semiolinguístico é o lugar das escolhas linguísticas que configuram o texto em que são ordenadas “as formas dos signos, suas regras de combinação e seus sentidos, sabendo que estes são empregados para exprimir uma intenção de comunicação, em relação com os dados do quadro situacional e as coerções da organização discursiva”.

Assim, compreende-se que a Semiolinguística é uma teoria que tem o discurso como elemento básico, mas que também abrange a perspectiva linguística e fatores externos como as produções languageiras efetivadas entre as interações dos sujeitos produtores/receptores em um contexto e obedecendo a determinadas circunstâncias. Para a compreensão da teoria, é importante a explicação do conceito de ato de linguagem, o qual apoiado “nos princípios de interação e de pertinência”, conforme Charaudeau (2005, p. 17), será descrito no tópico seguinte.

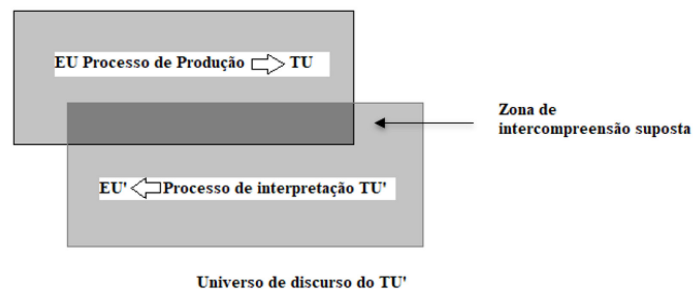


### 1.1.1 O ato de linguagem

Sabe-se que, em sentido mais amplo, *ato de linguagem* é a ação que os indivíduos realizam por meio da linguagem. Como evento de produção ou de interpretação, depende dos saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem.

Para Charaudeau (2019, p. 45), “o ato de linguagem torna-se um ato interenunciativo entre quatro sujeitos (e não 2), lugar de encontro imaginário de dois universos de discurso que não são idênticos”. O que será representado provisoriamente pelo seguinte esquema:

Imagem 1 - O ato de linguagem e os sujeitos  
Universo de discurso do EU



Fonte: Charaudeau, 2019, p.45.

Assim, de acordo com Charaudeau (2019), um ato de linguagem é concebido por dois processos, quais sejam, um processo de *Produção*, criado por um EU e dirigido a um TU-destinatário; e um processo de *Interpretação*, criado por um TU'-interpretante, que constrói uma imagem EU' do locutor.

Esses desdobramentos do EU e do TU, característicos desta concepção do ato de linguagem, merece algumas especificações as quais faremos no tópico seguinte.

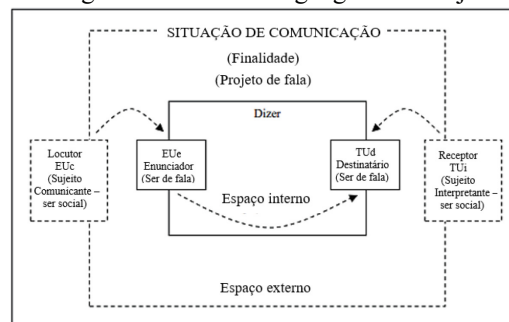
### 1.1.2 Os sujeitos da linguagem, o contrato e as estratégias do discurso

Como foi dito anteriormente, existem os processos de produção e o de interpretação os quais se desdobram em quatro sujeitos. Temos os sujeitos discursivos, que serão representados, posteriormente, no esquema, pelo circuito interno, o sujeito enunciador (EUE) que se dirige ao sujeito destinatário (TUD); também temos os sujeitos sociais, representantes

do circuito externo, o sujeito comunicante (EUc) e o sujeito interpretante (TUi) que são sujeitos reais, todavia esse EUc, mesmo se instituindo testemunha real, locutor, articulador da fala e iniciador do processo de produção, depende do conhecimento que o sujeito interpretante (TUi) tem sobre ele.

Como foi visto, o TU se desdobra em TUd (sujeito destinatário) e TUi (sujeito interpretante); O EU se desdobra em EUe (sujeito Enunciador) e EUc (sujeito comunicante), ou seja, os quatro sujeitos do ato de linguagem. Vejamos os dois circuitos do ato de linguagem e o esquema de representação:

Imagem 2 - O ato de linguagem e os sujeitos



Fonte: Charaudeau, 2019, p.52.

Ao observar o esquema, pode-se dizer que um ato de linguagem, do ponto de vista de sua produção, participa sempre de um projeto global de comunicação concebido pelo EUc que para ser bem-sucedido fará uso de *contratos e estratégias*. O EUc é um sujeito agente localizado na esfera externa do ato de linguagem, mas responsável pela organização deste.

Nessa perspectiva, tem-se a noção de contrato, já que o ato de linguagem se torna uma proposição que o EU faz ao TU e da qual ele espera uma contrapartida de sucesso. A garantia de tal sucesso estará na coincidência de interpretações que poderá ocorrer entre o sujeito interpretante e o sujeito destinatário.

Quanto à noção de estratégia, tem-se a hipótese de que o EUc concebe, organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados efeitos sobre o TUi para levá-lo a se identificar como sujeito destinatário ideal (TUd) construído por EUc.

Já se sabe que um ato de linguagem é composto por vários sujeitos, cujas representações não são construídas de forma aleatória, mas organizadas em várias ordens, logo, propõe-se refletir sobre o modo de organização narrativo.

### 1.1.3 Modo de organização narrativo: a lógica e a encenação narrativa

Ao presente estudo, interessa a definição do *modo narrativo*, com o intuito de destacar os componentes e os procedimentos para melhor compreender as múltiplas significações de uma narrativa, cuja constituição apresenta um explícito (o que é manifestado) e um implícito (lugar de sentidos múltiplos que dependem das circunstâncias de comunicação). O modo de organização narrativo define-se não apenas pelo fato de contar histórias ou narrar um fato. Para haver narrativa, é preciso haver um escritor, um narrador carregado de intenções, ou seja, o fato narrado precisa ter um objetivo, uma intenção. Na definição proposta por Charaudeau (2014, p. 153),

Para que haja narrativa, é necessário “um contador” (que se poderá chamar de narrador, escritor, testemunha, etc.), investido de uma intencionalidade, isto é, de querer transmitir alguma coisa (uma certa representação da experiência do mundo) a alguém, um “destinatário” (que se poderá chamar de leitor, ouvinte, espectador, etc.), e isso, de uma certa maneira., reunindo tudo aquilo que dará um sentido particular a sua narrativa. Evidentemente, não estão excluídas dessa intencionalidade todas as significações não conscientes das quais o contador poderia ser o portador involuntário.

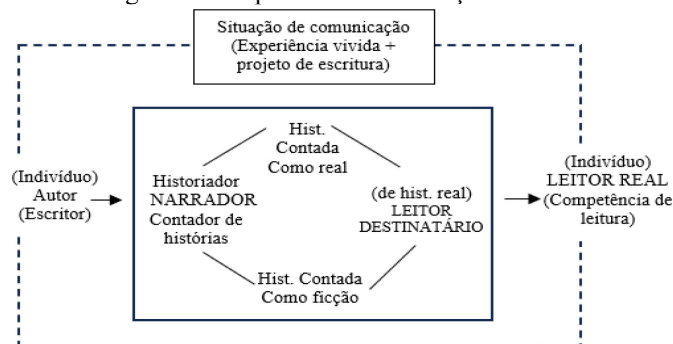
O modo de organização narrativo se caracteriza por uma dupla articulação. A *lógica narrativa*, voltada para o mundo referencial, corresponde a apenas uma hipótese de construção do que constitui a trama de uma história que se supõe despojada de suas particularidades semânticas, e que se julga existir fora (aquém) da configuração enunciativa. A *encenação narrativa* constrói o universo narrado propriamente dito, sob a responsabilidade de um sujeito narrante que se encontra ligado por um contrato de comunicação ao destinatário da narrativa.

Para se iniciar a análise do Conto *Amor*, precisa-se definir os componentes da nossa investigação. Assim, analisa-se o mecanismo voltado especificamente para *encenação*

*narrativa*, por descrever o processo de enunciação da narrativa, isto é, a maneira pela qual narrador(a) e leitor(a) são significados ao longo da própria narrativa.

Desde 1966, teóricos tentam descrever o processo de enunciação da narrativa através dos componentes e procedimentos que permitem realizá-la. Esses estudos mostram que o dispositivo da encenação narrativa compreende quatro sujeitos ligados dois a dois de maneira não simétrica, mas ligados igualmente entre si de um espaço a outro, podendo estar presente numa mesma narrativa, de maneira explícita ou implícita e sob diferentes formas.

Imagem 3 – Dispositivo da encenação Narrativa



Fonte: CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso:** modos de organização. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019, p.184

Ao observar o dispositivo da encenação narrativa, nota-se que podem manifestarem-se quatro sujeitos (autor, narrador, leitor destinatário e leitor real), em que cada um deles tem uma função que contribui para construção do processo de enunciação da narrativa. Há, nesse dispositivo, dois espaços: um externo, no qual se encontram os dois parceiros das trocas linguageiras — o autor e o leitor *reais* —, seres de identidade social; outro, interno, no qual atuam os dois sujeitos da narrativa — o narrador e o leitor *destinatário* —, seres de identidade discursiva.

Pretende-se comprovar, através dos componentes e procedimentos da encenação narrativa, as formas como os sujeitos se manifestam. É importante destacar o momento em que esses sujeitos se cruzam e como esse cruzamento constrói múltiplas significações no decorrer da trama. Sabendo disso, analisa-se o conto *Amor* de acordo com os componentes e procedimentos da encenação narrativa conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 – Componentes e procedimentos da encenação narrativa

<b>COMPONENTES DA ENCENAÇÃO NARRATIVA</b>	<b>O DISPOSITIVO NARRATIVO:</b> sujeitos reais e sujeitos discursivos. <b>OS PARCEIROS E PROTAGONISTAS:</b> Autor-escritor e leitor possível; Narrador/leitor-destinatário.
<b>PROCEDIMENTOS DE CONFIGURAÇÃO DA ENCENAÇÃO NARRATIVA</b>	<b>IDENTIDADE:</b> Presença e intervenção do narrador-contador; a presença e intervenção do autor-escritor <b>ESTATUTO:</b> Narrador exterior. <b>PONTOS DE VISTA DO NARRADOR TEXTUAL:</b> Visão por detrás, interno e subjetivo.

Fonte: Elaborada pelas autoras

Além dos componentes e procedimentos da encenação narrativa, tem-se, como categorias de análise, os conceitos de família, da condição da mulher na sociedade, no mito do *Eterno Feminino* e no amor. Tais definições são embasadas teoricamente por Beauvoir (2016) e Biroli e Miguel (2014) no tópico seguinte: *O Eterno Feminino: uma breve crítica feminista*.

## 2 O eterno feminino: uma breve crítica feminista

82

O conto *Amor* retrata a vida de uma mulher, mãe de família. Aquela que segue os padrões impostos à maternidade, mas também é responsável pelo lar, e somente isso. Seguindo os passos de Clarice Lispector, apoia-se em Beauvoir (2016) para questionar essa feminilidade, atribuída à mulher, a mesma que encarcera a personagem e retira-lhe a subjetividade humana capaz de nos fazer transcender. De acordo com a autora (2016, p. 12), “a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo”.

Sem direito à voz e a direitos, a mulher foi excluída da história, mesmo tendo contribuído e participado ativamente na luta pela inclusão. Nesse sentido, Biroli (2014, p. 31) afirma que “O destaque para as exclusões implicadas na conformação de *uma* esfera pública mostra que os valores que nela imperam não são abstratos nem universais, mas se definiram historicamente, a partir da perspectiva de alguns indivíduos em detrimento de outros”.

Assim como a personagem que, em um momento de epifania enxerga a mediocridade em sua vida, Beauvoir (2016, p. 15) destaca que “se a mulher se enxerga como o inessencial que nunca retorna ao essencial é porque não opera, ela própria, esse retorno”. O papel social atribuído à mulher responsabiliza o lar e a educação dos filhos, tornando a rotina da mulher pesada, o que, muitas vezes, a impossibilita de optar por ser sujeito autônomo de suas vontades, ou seja, de transcender.

Beauvoir (2016, p. 16) explica que a mulher é caracterizada como “ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro”. Contudo, essa necessidade pautou-se no trabalho do lar e maternidade, tornando-se uma “vassala”.

Os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições, e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handicap*. Em quase nenhum país seu estatuto é idêntico ao do homem, e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente.

É essa vivência limitada ao lar e à educação dos filhos que Clarice Lispector retrata em *Amor*, tornando o título do conto irônico, já que não há qualquer expressividade de afeto na trama. A dedicação de Ana aos filhos e ao marido não é retribuída com amor, gratidão ou qualquer outro sentimento de afeto, o que torna o conto crítico a essa ideia de amor, advinda do patriarcalismo. Beauvoir (2016, p. 329) afirma que “o mito da mulher desempenha um papel considerável na literatura”, e, ainda, que:

à existência dispersa, contingente e múltipla das mulheres, o pensamento mítico opõe o Eterno Feminino único e cristalizado; se a definição que se dá desse Eterno Feminino é contrariada pela conduta das mulheres de carne e osso, estas é que estão erradas.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, no conto *Amor*, há uma crítica ao “Eterno Feminino único e cristalizado”, engendrado pelos homens, na construção desse sujeito outro, de acordo com os seus interesses, mas, principalmente, privilégios. A personagem enxerga o seu vazio, o desconforto, mas opta pelo estabelecido. Como explica Biroli (2014, p. 32):

Papéis atribuídos a elas, como a dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, colaboram para que a domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios. A natureza estaria na base das diferenças hierarquizadas entre os sexos.

O conto questiona o que é família, já que o modelo patriarcal define os papéis de cada um e a sua moral. Biroli (2014, p. 47) aponta que “as formas assumidas pelo que definimos como família são diversas em tempos e contextos distintos, são afetadas por decisões políticas e normas institucionais e expressam relações de poder”. Assim, a crítica feminista tem papel importante na divisão do trabalho, invisibilizado, porque restrito à mulher. Além disso, questionamos a “valorização abstrata dos laços familiares em detrimento dos direitos individuais e da igualdade de gênero”, Biroli (2014, p. 48).

### 3 Categorias e procedimentos de análise

A análise descritivo-interpretativa dos componentes e procedimentos da encenação narrativa é dividida em dois tópicos: *3.1 Parceiros e protagonistas da encenação narrativa* e *3.2 Procedimentos de configuração da encenação narrativa*, nos quais são retratados e examinados trechos do conto, conforme se pode observar, a seguir:

#### 3.1 Parceiros e protagonistas da encenação narrativa: sujeitos reais (autor-escritor e leitor possível) e sujeitos discursivos (narrador/leitor-destinatário)

Parágrafos	Trechos analisados dos parágrafos 1, 2 e 39.
1º	Um pouco cansada, com as compras deformando o novo saco de tricô, Ana subiu no bonde. Depositou o volume no colo e o bonde começou a andar. Recostou-se então no banco procurando conforto, num <b>suspiro de meia satisfação.</b>
2º	Os filhos de Ana eram bons, uma coisa verdadeira e sumarenta. <b>Cresciam, tomavam banho, exigiam para si, malcriados, instantes cada vez mais completos.</b> A cozinha era enfim espaçosa, o fogão enguiçado dava estouros. O calor era forte no apartamento que estavam aos poucos pagando. Mas o vento batendo nas cortinas que ela mesma cortara lembrava-lhe que se quisesse podia parar e enxugar a testa, olhando o calmo horizonte.
39º	Se fora um <b>estouro do fogão</b> , o fogo já teria pegado em toda a casa! <b>pensou correndo para a cozinha e deparando com seu marido diante do café derramado.</b> (Trechos do conto “Amor” de Clarice Lispector)

Fonte: Elaborado pelas autoras

Quanto aos parceiros e protagonistas da encenação narrativa, tem-se a *autora-escritora*, Clarice Lispector, ser de identidade real que exige, então do *leitor real* — transformado pelas circunstâncias em *leitor possível* — uma competência de leitura apropriada para entender as relações que se estabelecem entre Ana e os outros membros da família. Sabe-se, pois, que o conto *Amor* apresenta sequências complexas com uma ambientação psicológica carregada de informações implícitas que, somente serão compreendidas por um leitor crítico, cuja interpretação desvendará um universo de submissão vivenciado pela personagem principal.

No tocante a *narradora*, tem-se um ser de identidade discursiva, responsável por apresentar a personagem Ana, uma mulher de classe média do Rio de Janeiro com atitudes consideradas positivas dentro do cotidiano pequeno-burguês.

Nesse contexto, percebe-se que *os laços de família*, na verdade, escondem o aprisionamento de Ana. Os indícios textuais, destacados na tabela pela cor amarela, contribuem para a compreensão do(a) leitor(a) sobre aprisionamento doméstico que é representado por uma perspectiva errônea, construída por uma sociedade patriarcal, que consome a existência da mulher e retrata uma espécie de *prisão doméstica*, *os laços de família*, conforme vemos nos parágrafos 1 e 2.

No parágrafo 39, a sequência projeta um ambiente carregado de tensões manifestadas, não só pelo estouro do fogão, como também pelo trabalho invisibilizado da mulher, configurado pela falta de atitude do marido diante do café derramado.

Parágrafo	Trecho analisado do parágrafo 2
2º	(...) Como um lavrador. Ela plantara as sementes que tinha na mão, não outras, mas essas apenas. E cresciam árvores. Crescia sua rápida conversa com o cobrador de luz, crescia a água enchendo o tanque, cresciam seus filhos, crescia a mesa com comidas, o marido chegando com os jornais e sorrindo de fome, o canto importuno das empregadas do edifício. Ana dava a tudo, tranquilamente, sua mão pequena e forte, sua corrente de vida.  (Trechos do conto “Amor” de Clarice Lispector)

Fonte: Elaborado pelas autoras



Na continuação do parágrafo 2, tem-se a presença da *narradora-contadora* que organiza a história contada como pertencente a um mundo inventado, fictício. Assim, percebe-se que *Amor* é uma narrativa fictícia.

Faz-se necessário esclarecer que o termo contadora é utilizado em sentido amplo, e não aquele, restrito, particular, do conto oral. Essa narradora-contadora implica o *leitor como destinatário* de uma história contada que este deve receber e partilhar num mundo de ficção, não necessariamente verificável.

Apresentados os 4 sujeitos, segue-se com os procedimentos de configuração da encenação narrativa, que dizem respeito à identidade, ao estatuto e aos pontos de vista do narrador textual.

### 3. 2 Procedimentos de configuração da encenação narrativa: identidade: presença e intervenção do narrador-contador; a presença e intervenção do autor-escriptor

Parágrafos	Trecho analisado do parágrafo 28º
28º	Mas quando se lembrou das crianças, diante das quais se tornara culpada, ergueu-se com uma exclamação de dor. Agarrou o embrulho, avançou pelo atalho obscuro, atingiu a alameda. Quase corria — e via o Jardim em torno de si, com sua impersonalidade soberba. Sacudiu os portões fechados, sacudia-os segurando a madeira áspera. O vigia apareceu espantado de não a ter visto.
29º	Fora atingida pelo demônio da fé. A vida é horrível, disse-lhe baixo, faminta. O que faria se seguisse o chamado do cego? Iria sozinha... Havia lugares pobres e ricos que precisavam dela. Ela precisava deles... Tenho medo, disse. (Trechos do conto “Amor” de Clarice Lispector)

Fonte: Elaborado pelas autoras

Existe um jogo de identidades em que as três vozes (autora, narradora e personagem) se aproximam com as mesmas reações. A autora Clarice Lispector revela em um apêndice de livro intitulado *A explicação inútil* cair com a personagem dentro do Jardim Botânico, mas, depois, ela diz fazer a sua personagem chamar o guarda para abrir os portões já fechados, desprendendo-se da obra e consumando a sua emancipação como autora, através do ato criador. Esse jogo de identidades representa a *presença e intervenção da autora-escritora*. Veja o depoimento:

Uma primeira refere-se à “intensidade com quem inesperadamente cai com o personagem dentro de um Jardim Botânico não calculado e, de onde quase não conseguimos sair, de tão encipoadas, e meio hipnotizadas – a ponto de eu ter que fazer meu personagem chamar o guarda para abrir os portões já fechados, senão, passaríamos a morar ali mesmo até hoje (Lispector, 2013, p. 334).

Com isso, pode-se observar a aproximação entre autora e personagem, sobretudo, pela ocupação do mesmo espaço físico, sendo o Jardim Botânico um parque arborizado, e, portanto, um lugar propício para a reflexão sobre o sentido da vida, porém, no trecho destacado, parágrafo 29, verifica-se, através da expressão *Tenho medo*, o despertar de Ana do fluxo de consciência. A partir disso, o feminino de Clarice se contrapõe ao neutro de Ana que segue sozinha ao lar.

Parágrafo	Trecho analisado do parágrafo 9
9º	O que havia mais que fizesse Ana se aprumar em desconfiança? Alguma coisa intranquila estava sucedendo. Então ela viu: o cego mascava chicles... Um homem cego mascava chicles. (Trechos do conto “Amor” de Clarice Lispector)

Fonte: Elaborado pelas autoras

No parágrafo 9, tem-se a *presença e intervenção da narradora-contadora* que chama o *leitor-destinatário*. No trecho “O que havia mais que fizesse Ana se aprumar em desconfiança? Alguma coisa intranquila estava sucedendo”. Percebe-se que a narradora chama o leitor-destinatário para compartilhar de seus pensamentos, julgamentos e opiniões com a ajuda do discurso alocutivo interrogativo, o qual implica o leitor-destinatário no ato de linguagem.

O trecho do parágrafo 9 “O que havia mais que fizesse Ana se aprumar em desconfiança?” mostra que a *Narradora-contadora* pode revelar-se do próprio decurso da narrativa em relações a gestão interna da história que é contada, como se quisesse, ora confiar-se ao leitor, ora guiá-lo em sua leitura.

### 3.2.1 O estatuto da narradora: narradora exterior.

Parágrafo	Trecho analisado do parágrafo 17
17º	Era uma rua comprida, com muros altos, amarelos. Seu coração batia de medo, ela procurava inutilmente reconhecer os arredores, enquanto a vida que descobrira continuava a pulsar e um vento mais morno e mais misterioso rodeava-lhe o rosto. Ficou parada olhando o muro. <b>Enfim pôde localizar-se. Andando um pouco mais ao longo de uma sebe, atravessou os portões do Jardim Botânico.</b> (Trechos do conto “Amor” de Clarice Lispector)

Fonte: Elaborado pelas autoras

Quanto ao estatuto da narradora, tem-se no conto *Amor* uma *narradora exteriora* que conta uma história em terceira pessoa, na qual a narradora e personagem principal são diferentes. A narradora é externa à história que conta, e a personagem, Ana, não é a narradora.

Verifica-se que, no parágrafo 17, mesmo tratando-se de uma narradora-exteriora, pode haver o cruzamento entre narradora e personagem, pois, para Gotlib (2019, p. 334) “a experiência é vivenciada intensamente não só pela personagem, mas pela narradora ou autora implícita, que da outra se aproxima tanto a ponto de acompanhá-la, com as mesmas reações”.

88

### 3.2.2. Os pontos de vista da narradora: visão por detrás, interno e subjetivo.

Parágrafo	Trecho analisado do parágrafo 48
48º	E, se atravessara o amor e o seu inferno, penteava-se agora diante do espelho, por um instante sem nenhum mundo no coração. Antes de se deitar, como se apagasse uma vela, soprou a pequena flama do dia. (Trechos do conto “Amor” de Clarice Lispector)

Fonte: Elaborado pelas autoras

No parágrafo 48, verifica-se que, de acordo com a visão da narradora, temos a *visão por detrás*. É a visão em que a narradora saberia mais e diria mais que a personagem. O trecho que finaliza o conto demonstra o quanto a narradora conhece os sentimentos de Ana. Este tipo de visão não pode constituir, por si só, um princípio de categorização das narrativas. É com efeito, raríssimo que um único ponto de vista seja mantido ao longo de uma mesma obra.

Quanto *ao ponto de vista interno e subjetivo*, a narradora conhece o interior da personagem, seus sentimentos, seus pensamentos e seus impulsos interiores, os quais não seriam necessariamente percebidos como tais, nem verificados por outro sujeito diferente da narradora. Por isso, pode-se atribuir a esse ponto de vista o qualitativo de subjetivo.

## Resultados

É importante destacar que as tensões psicológicas, vivenciadas pela personagem feminina materna, são carregadas de implícitos e inferências que exigem um(a) leitor(a) crítico(a) para lidar com questões essenciais. Não se pode levar em consideração as ações exteriores, já que Ana não se acha uma mulher infeliz, ao contrário, suas angústias são criadas pelo medo/desejo de pensar em uma vida fora do seu ambiente familiar.

Como resultado da pesquisa, nota-se que há informações implícitas no discurso da narradora, que possibilitam a multiplicidade de sentidos, voltadas para o debate sobre “as desvantagens sociais ao fato de as mulheres assumirem as responsabilidades na esfera familiar e doméstica, nos arranjos convencionais” (Biroli, 2014, p. 58). Desse modo, o conto desperta a reflexão da condição da mulher na sociedade, que se limita ao cuidado da família por medo da negação em outros espaços. Uma interpretação crítica nos permite compreender que, nas obras de Clarice, a tranquilidade da vida cotidiana, é, na verdade, uma “falsa tranquilidade”, o equivalente à morte.

## Considerações finais

O conto *Amor* faz parte do livro *Laços de Família*, de Clarice Lispector, autora da 3ª fase do modernismo brasileiro, que registra seu estilo intimista através das narrativas psicológicas no Brasil. O próprio título nos dá indícios das tensões psicológicas vivenciadas por Ana, personagem principal, a qual se entrega a um parâmetro de amor, fruto de uma perspectiva errônea, criada por uma sociedade patriarcal, que consome sua existência e retrata uma espécie de *prisão doméstica, os laços de família*.

Mesmo caracterizada como uma mulher feliz e realizada diante da família e dos afazeres domésticos, percebe-se que Ana representa uma visão equivocada sobre si mesma e, no decorrer das ações, verifica-se que não sobra tempo algum para cuidar de si ou para refletir sobre o seu papel em sociedade. Essa visão de amor, que, na prática se instaura em uma verdadeira “devoção”, é questionada por Beauvoir (2016, p. 304),

(...) ao passo que a mulher quase não tem meios de sondar o próprio coração; segundo seu temperamento, terá pontos de vista diferentes acerca de seus sentimentos, e enquanto os suportar passivamente nenhuma interpretação será mais verdadeira do que outra.

Conclui-se que, mesmo diante de uma condição de *submissão*, Ana não se desprende da realidade que a massacra e aprisiona. A narradora deixa isso bastante claro quando declara: “Por destinos tortos, viera a cair num destino de mulher, com a surpresa de nele caber como o tivesse inventado”. Ana, está adaptada ao seu mundo de mulher de classe média, mãe e esposa.

## Referências

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: Fatos e Mitos*. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 2016.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- FRANCIS, Paulo. Clarice: Impressões de uma mulher que Lutou Sozinha. In: GOTLIB, Nádía Battella. *Clarice: Uma vida que se conta*. 7. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- GOTLIB, Nádía Battella. *Clarice: Uma vida que se conta*. 7. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- LISPECTOR, Clarice. A explicação Inútil - A legião estrangeira, p. 174. In: GOTLIB, Nádía Battella. *Clarice: Uma vida que se conta*. 7. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- LISPECTOR, Clarice. Amor. In: *Laços de Família*. 1. ed. Editora Rocco, 2020.

LISPECTOR, Clarice Lispector. *Jornal da Tarde*, 5 fev. 1969. In: GOTLIB, Nádía Battella. *Clarice: Uma vida que se conta*. 7. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

VALENTE, Maury Gurgel. Carta a Clarice Lispector, Washington, 29 jul. 1959. In: GOTLIB, Nádía Battella. *Clarice: Uma vida que se conta*. 7. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

VERÍSSIMO, Érico. Carta a Clarice Lispector, Porto Alegre, 9 dez. 1958. Cf. Valéria Franco Jacinto. op. Cit., p. 554-555; Clarice Lispector, *Correspondências*. p. 238-240. In: GOTLIB, Nádía Battella. *Clarice: Uma vida que se conta*. 7. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

## FACES DE DIADORIM: O LIMIAR ENTRE O FEMININO E O MASCULINO

## FACES OF DIADORIM: THE THRESHOLD BETWEEN THE FEMALE AND THE MASCULINE

Rebeca Soares de Lima<sup>1</sup>  
Grace Ferreira Leal<sup>2</sup>

**Resumo:** O sertão é um dos ambientes mais inóspitos do Brasil, quase que exclusivamente pela falta de água, provocando dificuldades em manter e/ou conservar a abundância e a diversidade de espécies de animais e de vegetais. Sendo assim, a sobrevivência nesse local se torna árdua. Socialmente é colocado que, para uma mulher, resistir nesse ambiente é mais difícil que para um homem, contudo Diadorim, personagem de *Grande sertão: veredas*, revela o contrário. Por mais que, por circunstâncias da vida social, teve de adotar o gênero masculino para entrar no cangaço, ela sobrevive muito bem, destacando-se entre os homens. Nessa perspectiva do sertão, mais especificamente na cultura dos jagunços, as mulheres parecem ser resumidas à reprodução e ao entretenimento, raramente sendo ouvidas em seus desejos e vontades. Contudo, a personagem Diadorim é respeitada por representar a figura masculina, pois é facultado ao homem o direito de ser mais que um corpo sexual e que se diverte. Assim, elege-se o romance *Grande sertão: veredas*, escrito por Guimarães Rosa, como base para analisar, sob o viés psicanalítico, os papéis de gênero feminino e os estereótipos envolvidos nesse tema, pois o que pode ou não um homem ou uma mulher fazer/realizar, existem para serem reavaliados.

**Palavras-chave:** Feminino. Sertão. Diadorim. Gênero

**Abstract:** The backlands are one of the most inhospitable environments in Brazil, almost exclusively due to the lack of water, causing difficulties in maintaining and/or conserving the abundance and diversity of animal and plant species. Therefore, survival in this place becomes arduous. Socially, it is said that, for a woman, resisting in this environment is more difficult than for a man, however Diadorim, a character in *Grande sertão: veredas*, reveals the opposite. Even though, due to social life circumstances, she had to adopt the male gender to join the cangaço, she survives very well, standing out among the men. From this perspective of the backlands, more specifically in the culture of the jagunços, women seem to be limited to reproduction and entertainment, rarely being listened to in their desires and desires. However, the character Diadorim is respected for representing the male figure, as men are given the right to be more than a sexual body that has fun. Thus, the novel *Grande sertão: veredas*, written by Guimarães Rosa, is chosen as the basis for analyzing, from a psychoanalytic perspective, female gender roles and the stereotypes involved in this topic, because what can or cannot a man or a woman do/perform, exist to be reevaluated.

**Keywords:** Feminine. Sertão. Diadorim. Gender.

<sup>1</sup> Professora da Secretaria da Educação do Estado do Amazonas (SEDUC-AM)

E-mail: limarebbecca@gmail.com

Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/6300483606068770>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1391-4607>

<sup>2</sup> Professora da Secretaria de Educação de Manaus (SEMED-AM)

E-mail: graceferreiraleal@gmail.com

Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/0355936222592702>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4172-5991>

## Introdução

Por todo o mal, que se faz, um dia se repaga, o exato.  
(Rosa, 2021, p. 26)

As relações entre os jagunços, descrita na narrativa ficcional de Rosa (2021), tem como palco o sertão. As cenas em *flashback*, narradas pelo personagem Riobaldo, contam os atos e vivências dos jagunços, os quais, de um certo modo, ou estão em batalha ou estão se preparando para ela. Oposto a isso, as relações estabelecidas entre eles são pautadas pela lealdade e ética pessoal, onde como grupo eles podem executar juntos uma vingança pessoal. Segundo Pacheco (2008), os jagunços buscam estabelecer o bem por meio de uma ética interna, em que a violência adquire um caráter ordenador, enquanto o homem de fora do cangaço pretende acabar com o jaguncismo.

Como parte da ética interna deles, há o julgamento, “tribunal jagunço”, onde cada integrante do grupo pode participar argumentando, acusando, defendendo e/ou dando seu voto a favor ou contra o réu. Por mais que na obra de Rosa (2021), Riobaldo exponha que esse tribunal não era frequente entre eles, muitos do grupo optavam por punir o réu com a morte, sem julgamento público e longo, “não sabiam pensar com poder, por isso matavam” (Rosa, 2021, p. 308). Entretanto, é importante ressaltar que o jaguncismo ocorreu no final da Primeira República, período caracterizado pelos conchavos entre poder público e o mando dos coronéis. Nesse momento, os jagunços eram autônomos com relação ao poderio dos fazendeiros e detinham uma violência “gratuita”.

Os jagunços acreditavam que estavam reordenando o mundo, tirando de quem tem muito, e redistribuindo a quem pouco tem. Daí aspas de “gratuita”, porque destinavam sua violência silenciosa a cada fazenda que atravessavam e seus donos abriam as portas e as despensas sabendo que havia poder de fogo por trás da educação em pedir abrigo. Assim não se contrariava um grupo de jagunços, seja pelo poderio armado, seja pela intensa lealdade que possuíam entre si, além do orgulho em pertencer ao grupo, como o próprio Riobaldo fala de si mesmo: “eu Riobaldo, jagunço, homem de matar e morrer com a minha valentia.



Riobaldo, homem, eu, sem pai, nem mãe, sem apego nenhum, sem pertencências” (Rosa, 2021, p. 183).

Nesse modo de agir no mundo, os jagunços julgavam a si próprios como mercedores dos mantimentos, armamentos e animais que viessem a possuir. De natureza semelhante, viam-se bondosos ao doar esse mesmo recurso adquirido sob forma de coação ou venda, como no trecho onde Zé Bebelo elogia a si mesmo ao jogar um pedaço de rapadura a uma criança no meio da estrada, caracterizando isso como um modelo a ser seguido: “o que imponho é se educar e socorrer as infâncias desse sertão” (Rosa, 2021, p. 352). Mesmo que isso tenha acontecido em meio a muitos jagunços, ninguém apresenta indignação com o modo que o menino é tratado, pelo contrário, parecem admirar Zé Bebelo pelo ato.

O comportamento desses homens “livres” é tal qual o meio físico descrito no romance, bruto e hostil. É como se o homem fosse influenciado pelo meio ambiente – em um determinismo geográfico característico de outras obras ficcionais também do sertão do nordeste brasileiro, como *Os sertões*, de Euclides da Cunha (2003) – tornando aspectos do ambiente também parte do indivíduo, em essência. Em outras palavras, é preciso ter características semelhantes ao ambiente para sobreviver a ele. Dessa maneira, quando os jagunços fazem cumprir a lei (a deles, não necessariamente a da legislação brasileira), eles só o fazem porque a tem como correta. Oriundo disso surgem as guerras entre grupos, as lutas de poder, o estabelecimento das hierarquias, na qual, as mulheres não são valorizadas, uma vez que essa sociedade vive sob um ideal patriarcal.

Sob a perspectiva essencialista, a qual postula que as identidades e comportamentos dão-se a partir de atributos inatos e naturais dos corpos, as mulheres seriam, por natureza, subordinadas e dominadas pelos homens. Contudo, as relações entre homens e mulheres podem ser pensadas também por meio da perspectiva histórica e material, a qual permite pensar as práticas sociais como processos mutáveis, dinâmicos, não determinista (Araújo, 2000). Nessa via de pensamento, as interações entre sujeitos sociais sexuados visam às reproduções sociais e da espécie, dando origem às instituições/famílias. Assim, as relações sociais são construídas, reproduzidas e podem ser transformadas.

O lugar social das mulheres não está, então, atrelado à natureza feminina inata, ela não precisa depender economicamente do homem no mundo contemporâneo, embora, tenha sido entendido dessa forma outrora. Nessa perspectiva, Bell Hooks (2021, p. 145) acrescenta que “o poder que homens usam para dominar mulheres, não é apenas privilégio de homens brancos das classes alta e média, mas de todos os homens em nossa sociedade, independentemente de classe ou raça.” Dito isso, a primeira forma de opressão que se originava pela divisão de trabalho, isto é, pelas contingências materiais, cai na pós-modernidade.

O entrelaçamento financeiro, dos papéis de gênero, bem como do trabalho, conforme Araújo (2000), desencadeará em uma família moderna, que para a autora é uma expressão da “derrota histórica” das mulheres, porque foi uma ideia construída e mediada pelas relações predominantemente socioeconômicas ao longo de um tempo. A saber, o trabalho doméstico que, realizado pelas mulheres, era tido obrigatoriamente como trabalho privado, não remunerado. Pode-se afirmar destarte que, a opressão da mulher, historicamente, tem associação com a economia capitalista.

Os estudos de gênero ganharam força ao trazer luz aos papéis impostos ao lugar feminino, incorporando a essas análises dimensões subjetivas e simbólicas de poder, às questões materiais e biológicas dos indivíduos. Em detrimento desses estudos e avanços teóricos, o essencialismo biológico e a visão sob perspectiva da dimensão econômica passa a ser evitada e, procura-se compreender a permanência de relações de opressão entre homens e mulheres, nos contextos atuais, onde a economia e a política não permanecem as mesmas.

Partindo do pressuposto que o gênero é relacional, ele só pode existir em relação ao outro. Essa constatação em si permite considerar que tanto a dominação quanto a emancipação envolvem relações com conflitos e/ou poder entre homens e mulheres. Pode-se inferir também que a sociedade tem identificado e atribuído lugares e/ou papéis ao masculino e ao feminino a partir desse processo relacional. O gênero passa a ser, portanto, um modelo próprio de análise das relações de dominação/subordinação, focando na construção dos significados e símbolos das identidades masculina e feminina. Contudo, não

se pode desconsiderar os possíveis impactos que as relações de classe ou de raça podem vir a ter sobre a situação da mulher.

Partindo desse contexto, questiona-se: o que pode ou não um homem ou uma mulher fazer/realizar? Mediante disso, a proposta deste estudo é refletir sobre os papéis de gênero feminino e os estereótipos a ele associados a partir das personagens Riobaldo e Diadorim do romance Grande sertão: veredas (Rosa, 2021), sob o viés psicanalítico.

## 1 Ser homem e ser jagunço

Jagunço é homem já meio desistido por si...  
(Rosa, 2021, p. 51)

Em Grande sertão: veredas (2021), a narrativa acontece por meio de um monólogo, onde Riobaldo, ao conversar com alguém que está de passagem em sua casa, expõe suas preocupações sobre a existência ou não do Diabo. E em uma associação livre (Freud, 1997), Riobaldo apresenta suas ideias, no que acredita ser a verdade – da existência do Diabo – e lembrando do passado, ligando ideias, parece chegar facilmente na figura de Diadorim, que no início da narração ainda se chama Reinaldo. Entretanto, a ideia de já expor seus sentimentos por Reinaldo o atormenta e diz ao seu ouvinte que essa história contará mais adiante, podendo revelar ao leitor que esse pode ser um entrelaçamento íntimo.

Por Riobaldo, no tempo presente da narrativa, ser casado com Otacília, o companheiro visitante pode, segundo pressupostos do próprio Riobaldo, não entender o que aconteceu. Portanto, desde as primeiras páginas do romance, já se pode inserir que o personagem principal da obra está elaborando o que aconteceu e se repreende quando perde a lógica da narrativa ao se deixar levar pela forte emoção que a lembrança lhe causa, como é possível perceber no seguinte trecho: “Com meu amigo Diadorim me abraçava, sentimento meu ia-voava reto para ele... Ai, arre, mas: que esta minha boca não tem ordem nenhuma” (Rosa, 2021, p. 25).

Por mais que algumas palavras de carinho fossem pronunciadas, ele em seguida repreende a si mesmo ou em outros momentos é como se estivesse pensando consigo mesmo.

O estranhamento de si, frequentemente entrelaçado ao de Diadorim, pode ser justificado por no cangaço só ser autorizada a presença de homens para o trabalho, então automaticamente Reinaldo, além da confirmação do nome masculino, só pode ser um homem. Ou seja, a relação íntima apontada já nas primeiras páginas é homoafetiva, o que seria impensável em um grupo de orgulhos homens heterossexuais, que exprimem constantemente sua masculinidade por meio da força e da luta física, bem como as muitas faces da misoginia, do machismo, além das violências sexuais e de gênero.

Há muitos acontecimentos narrados por Riobaldo que revelam a certeza da superioridade masculina ou o menosprezo diante da mulher e conseqüentemente de seu corpo. A repetição constante dessa violência não é exclusividade da realidade brasileira, tão pouco do sertão do nordeste, é possível perceber que a imagem feminina é menosprezada em variadas culturas e países. Bell Hooks (2021, p. 172) constrói sua luta antirracista e feminista nos Estados Unidos e chega à conclusão de que o “sexismo alimenta, justifica e apoia a violência do homem contra a mulher, assim como incentiva a violência entre homens. Na sociedade patriarcal, homens são incentivados a canalizar agressões frustradas contra as pessoas sem poder – mulheres e crianças.”

Riobaldo narra dois abusos sexuais que praticou. A primeira mostrou-se, com o que pode, sua recusa às investidas sexuais: “Tanto gritava, que xingava, tanto me mordida, e as unhas tinha. Ao cabo, que pude, a moça – fechados os olhos – não bulia; não fosse o coração dela rebater no meu peito, eu entrevia medo” (Rosa, 2021, p. 157). Contudo, mesmo assim, Riobaldo expressa desejo de prolongar o encontro com a moça, como se não houvesse existido estupro, como se o que aconteceu fosse uma relação sexual consentida. “Pudesse, levava essa moça comigo, fiel” (Rosa, 2021, p. 157).

Na história do judaísmo, as leis do estupro tratavam a mulher como um objeto, de modo que a “pessoa indenizada não é a vítima, mas o pai ou o marido” (Knibiehler, 2016, p. 61), podendo o crime ser resolvido com o casamento. Esse comportamento histórico, apontado pela autora, é muito semelhante com a reação de Riobaldo depois do abuso sexual cometido, já que o nordeste brasileiro tem uma cultura religiosa católica intensa, podendo reproduzir tais atos ao longo dos séculos.

Outro fator marcante, e que pode confirmar essa possível influência histórica, é que essas revelações são pronunciadas por Riobaldo sem qualquer medo de punição, são relatos que ele escolheu expor, como por um ato de livre vontade. Segue-se então ao segundo estupro, sendo esse o que o incomodou, pois, “a mocinha me aguentava era num rezar”. Maria Rita Kehl (1996, p. 68), uma psicanalista, manifesta que o medo que o homem sente é de não ser suficiente, “o medo da mulher que deseja – a grande devoradora – e que pode também não desejar, desejar outro, ou desejar mais do que ele é capaz de dar.”

Não há preocupação com a mulher, seja quem quer que ela seja. O que confirma que a cultura do estupro não é nomeada assim de forma leviana, pois o quanto a violência contra o corpo da mulher é descrita em romances tão famosos e premiados quando *Grande sertão: veredas*, parecem ser comuns ou até normais. A voz da mulher é anulada, juntamente com seu corpo e seus desejos. Essa perspectiva é confirmada pela psicanalista Maria Homem (2019, p. 20), quando apresenta em seu livro que a posição feminina sofreu, ao longo da história, repressão sobre o corpo que possui, revelando assim que “o que é odiado na mulher é o sexo, é o desejo sexual feminino. Esse é o grande objeto de ódio.” Não é de assustar que Diadorim escolheu vestir-se de homem. Era o meio mais seguro de sobreviver entre os mais de “quinhentos homens” (Rosa, 2021, p. 243), que era o número de jagunços no evento do julgamento de Hermógenes.

Haraway (1995) faz uma reflexão sobre a objetividade corporificada, apoiando-se no sistema sensorial, a visão. De acordo com a autora, os olhos têm sido utilizados perversamente, porque tem objetificado especificamente alguns corpos, os femininos. A saber, a “corporificação é prótese significativa; a objetividade não pode ter a ver com a visão fixa quando o tema de que trata é a história do mundo” (Haraway, 1995, p. 29). Ou seja, quando a história do mundo é narrada por homens, tem-se uma visão parcial. Como a maioria dos escritos preservados e valorizados são as masculinas, o corpo feminino é objetificado de várias maneiras, além de violentado e restringido, por exemplo, à reprodução e ao prazer desse mesmo indivíduo.

Mas isso pode ser mudado a partir de uma escrita feminista do corpo, porque as mulheres precisam encontrar um caminho de como vincular o objetivo aos instrumentos

teóricos e políticos, de modo a nomear onde se está e onde não se está. O significado do corpo feminino – bem como de seus desejos e aspirações – não pode ser dado única e exclusivamente pelos homens. Isto é, as mulheres podem desconstruir e contestar os sistemas de conhecimento e maneiras de ver. “Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro” (Haraway, 1995, p. 16). Um futuro de vida, que em muitos casos, já é mais do que muitas mulheres obtiveram.

Diante das tão escassas possibilidades de vida, Yvonne Knibiehler (2016) apresenta que muitas mulheres escolhiam ser freiras, não por amor à igreja e/ou à doutrina Católica Apostólica Romana, mas por ser o único meio de não serem obrigadas a casar, ter filhos e poderem estudar livremente, viajar, andar em alguma segurança na rua. Em outras palavras, de serem livres, na medida que o sistema social lhes permitia, o que muitas julgavam ser mais do que uma mulher comum casada poderia fazer. E mesmo diante de tantos rituais para seguir uma vida dedicada a esse sistema religioso, as roupas, bem como o isolamento eram obrigatórios, para restringir também esse corpo, que não deixava de ser o corpo de uma mulher. Desse modo, “o claustro e o véu apagam a feminilidade, como que para lembrar que as filhas de Eva continuam a ser responsáveis, se não culpadas, pelas tentações que inspiram” (Knibiehler, 2016, p. 123).

A exemplo de mulheres que apostaram sua vida, tem-se Joana d’Arc (Knibiehler, 2016), que mesmo depois de ser duramente posta à prova, seja em guerras, seja para provar sua virgindade, não teve destino semelhante ao de Diadorim, pois ao escolher vestir-se de homem, mesmo que na prisão, foi condenada à morte por isso. Diferentemente de Joana D’Arc, Diadorim parecia saber o perigo que a cercava, tendo muito cuidado ao tomar banho, por exemplo: “só, por acostumação, ele tomava banho era sozinho no escuro, me disse, no sinal da madrugada” (Rosa, 2021, p. 133).

## 2 Psicanálise, gênero e sexualidade

A gente sabe mais, de um homem, é o que ele esconde.  
(Rosa, 2021, p. 300)

*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* foi uma das contribuições significativas e originais realizadas por Freud (1996). Inicialmente as reflexões expostas em seus estudos partiam de observações clínicas sobre a importância dos fatores sexuais na causa das neuroses, somente depois o autor fez uma investigação geral sobre a sexualidade. Ao longo das pesquisas, as moções sexuais mostraram-se atuantes desde a mais tenra idade, na primeira infância, sem qualquer estímulo externo. Essas pulsões sexuais, nomeadas de libido, seriam exteriorizadas nas manifestações de atração irresistível, no qual o objeto seria o alvo sexual da ação para a qual a pulsão se moveria.

Em outras palavras, o objeto se tornaria objeto sexual, pois é investido de energia (tanto por quem cuida quanto pela criança), que se nomeou de libido. Freud (1996) expõe o chuchar como primeiro evento no qual a criança torna o seio tanto fonte de alimento quanto de prazer. Não que o seio seja objeto sexual em si, mas por ser de fundamental importância para a sobrevivência, o leite e o abraçar envolvem a criança em um aconchego pelo qual ficará marcada. Liga-se, por conseguinte, corpo com o sujeito que o possui, o que se chamou de mãe.

A ligação com o primeiro objeto de amor é de suma importância, visto que Freud (1996) vai apresentar casos clínicos que confirmam a tentativa de reviver essa primeira satisfação: seja de forma corporal seja amorosa. Buscar o olhar de quem o alimenta e cuida é perceptível nos bebês, bem como associações com cheiro e outras características que se fixam no sujeito, mas só posteriormente lembradas e/ou revividas inconscientemente. A tentativa de reprodução dessa sensação será buscada de inúmeras maneiras, por isso a importância das primeiras relações e suas condições. É possível perceber essa repetição pelas palavras de Riobaldo, ao expor que a “doçura do olhar dele me transformou para os olhos de velhice da minha mãe. Então eu vi as cores do mundo” (Rosa, 2021, p. 136).

Dele, de Diadorim. Quanto mais inicial, em termos cronológicos, é a marca que no sujeito, mais inconsciente podemos supor, já que nos primeiros anos de vida o indivíduo não possui um corpo maduro o suficiente para gravar informações possíveis de serem acessadas conscientemente. O que não exclui sua presença na repetição de vida comportamental, como na fala de Riobaldo, onde as cores do mundo só se revelaram pela sua mãe, depois por Diadorim. O que é confundido, ao primeiro contato com a Psicanálise, é que o termo sexual não é sinônimo de genital, como o será muitos anos depois. Trata-se nesse momento de uma energia que percorre o corpo, dando ao infante alguma consciência de vida.

Surge, então, a teoria de que o objeto sexual de cada indivíduo não é definido pelo órgão sexual que possui ao nascer. Não haveria, portanto, uma simplicidade cartesiana para a aproximação dos corpos. Pelo contrário, havia indícios em seus estudos, apontando que as conexões entre os indivíduos dar-se-iam de formas complexas. Ou seja, cada indivíduo interpreta sua história com a própria libido e seu primeiro objeto de maneira única. Isto é, a relação heterossexual não obedece ao corpo, por isso há homens cujo objeto sexual não é a mulher e vice-versa. Freud (1996) chamou, naquela época, essas pessoas de “invertidas” e o fato de inversão.

A partir dos anos 80 do século XX houve um aumento significativo nas pesquisas e no interesse acadêmico de disciplinas como a Antropologia social e cultural em relação à sexualidade. Conforme Parker (2022), há muitas razões para isso, dentre elas: as mudanças sociais; a influência de movimentos políticos (feministas, gays, lésbicos); o impacto da AIDS; e a preocupação com as questões reprodutivas e sexuais. Com base nesses estudos, surge a teoria da construção social, a qual sustenta o argumento de que a sexualidade – que pode se referir a vários temas como preliminares sexuais, masculinidade e feminilidade, orgasmos, relações sexuais e fantasias eróticas – é construída de forma diferente por meio das culturas e do tempo.

Dentre as tantas influências citadas, pode-se inferir que o feminismo foi o primeiro movimento crescente que mais contribuiu com a teoria da construção social. A teoria feminista, por exemplo, contesta o determinismo biológico implícito nos constructos ocidentais da sexualidade e das diferenças de sexo. Dito isto, há uma variedade de papéis



exercidos pelas mulheres colocando por terra a ideia de um papel universal de gênero e de uma sexualidade feminina uniforme. Aliado a isso, as mulheres também têm lutado por seus direitos reprodutivos, inclusive sobre ter direito ao aborto.

Diante de tal contexto histórico, as mudanças observadas nos comportamentos das relações afetivas e/ou eróticas têm contribuído para um redirecionamento na compreensão sobre a sexualidade. Portanto, o foco tem convergido para a natureza subjetiva dos significados sexuais. Dessa maneira, o comportamento sexual não é fruto do acaso, faz-se intencional, o que não diminui a complexidade das relações e interações entre os indivíduos. Assim,

[...] nenhuma relação causal direta podia ser pressuposta, necessariamente, entre o desejo sexual, o comportamento sexual e a identidade sexual, e que formas pelas quais as identidades sexuais são construídas em diferentes espaços dependem, em grande parte, das categorias e das classificações sexuais disponíveis nas diferentes culturas sexuais (Parker, 2022, p. 169).

Outrossim, os relacionamentos amorosos-sexuais têm sido construídos por meio do processo de socialização que os indivíduos aprendem sobre os desejos, papéis de gênero, práticas sexuais típicas do grupo onde está inserido. Não podemos afirmar qual teria sido o processo simbólico de subjetivação de Diadorim, nem tão pouco quais motivos a levaram a optar por viver como homem/jagunço, vestindo-se e se comportando como tal. Contudo, ela exercia esse papel como qualquer outro homem dentro do grupo, longe de qualquer suspeita; sendo, em muitos casos, mais valente e agressiva que muitos outros jagunços. Afinal, o que significa ser considerado macho ou fêmea, ter características masculinas ou femininas, ser homem ou mulher no contexto do cangaço?

Riobaldo tinha consciência de que seus sentimentos eram destinados a um homem, outro jagunço, o que não impediu de se sentir compelido a estar junto, narrando que tinha “vontade de chegar todo próximo, quase uma ânsia de sentir o cheiro do corpo dele, dos braços, que às vezes adivinhei insensatamente – tentação dessa eu esparecia, aí riço comigo renegava” (Rosa, 2021, p. 135). Riobaldo admitia e em seguida tentava negar seus sentimentos, podendo-se interpretar que isso se dava justamente por se estar em uma cultura onde somente se permitia praticar relações amorosas/sexuais heterossexuais. E como já foi

exposto no tópico anterior, Riobaldo tanto fazia parte desse contexto como o reforçava, em relações sexuais não consentidas, além das mulheres pagas para o sexo, que eram descritas como em um comportamento sentimental amoroso genuíno.

Os sentimentos alimentados por Diadorim parecem ser a primeira relação na qual a violência física ou de gênero não está presente, havendo assim uma admiração de vida. Não se pode afirmar que é pelo fato de, para Riobaldo, ser uma relação entre dois jagunços, mas é interessante de se observar que o respeito aparece justamente com uma pessoa, sua igual. Entretanto, mesmo diante de um cuidado para com Diadorim, Riobaldo contesta a si mesmo.

## 2.1 Riobaldo, Reinaldo e Diadorim

Quem desconfia, fica sábio.  
(Rosa, 2021, p. 127)

Ao adotar o nome Reinaldo, Diadorim tem liberdade como a de qualquer outro homem, as quais não teria, evidentemente, como uma mulher em um sistema social orientado pelo patriarcado. Assim, Reinaldo pode ir e vir sem sofrer assédio dos demais homens presentes no cangaço. Assédio esse que o Riobaldo já havia praticado, como já exposto anteriormente, mas ressalta-se nesse momento que a visão sobre a mulher é mais profunda que a prática de uma violência física ou sexual: é um modo de perceber o que a mulher é ou pode ser.

Um exemplo desse modo de pensar arraigado profundamente é a observação que Riobaldo faz de Diadorim, quando se percebe que Diadorim não vai às casas de prostituição como todos os demais: “Diadorim não se fornecia com mulher nenhuma, sempre sério, só se em sonhos. Dele eu ainda mais gostava” (Rosa, 2021, p. 272). Por mais que se tenha ao final da fala uma expressão de sentimentos de Riobaldo a Diadorim, destaca-se dois pontos importantes. Primeiro, mesmo que haja algum sentimento amoroso de Riobaldo, nada o impede de pagar pelo sexo com as cortesãs, e assim o faz, levando-nos a uma possível interpretação: que para ele, o corpo não segue a mesma predileção que os sentimentos.

Segundo, marca-se o verbo “fornecer”. Riobaldo tem as mulheres como objeto para um fim, ao utilizar o verbo para um objeto, desconsiderando que ali há uma pessoa com vontades e desejos. Portanto, ao emitir a palavra “fornecia”, o protagonista já estabelece como é sua relação com as mulheres, colocando-as como inferiores, sendo úteis somente para tal ato. Diante desse cenário, pode-se observar também que os sentimentos de Riobaldo para Diadorim podem ser muito profundos, já que se destina a um seu igual, a outro homem, já que se fosse a uma mulher, a relação dar-se-ia de outra maneira.

O patriarcado corrobora fortemente com esse modo de pensar e de agir, pois coloca-se a figura masculina acima de qualquer suspeita, além de dar margem a toda atitude antiética realizada pelo homem. Por consequência, qualquer semelhança que o homem obtiver em direção ao papel estabelecido como feminino é uma grave ofensa. Em outras palavras, ser comparado com uma mulher é, até os dias atuais, a pior ofensa que pode ser pronunciada. Por isso, “a maioria dos homens em uma sociedade patriarcal teme mulheres que não assumem os tradicionais papéis passivos e se ofende com elas” (Hooks, 2021, p. 134), pois se elas tomam posse de atitudes “masculinas”, o inverso também pode acontecer.

Esse modelo de ser homem e ser mulher, de ser masculino e feminino é muito prejudicial à sociedade, pois não dá margem à subjetividade de cada indivíduo. O que pode promover, por consequência o sexismo, ao valorizar veementemente o gênero masculino heterossexual em detrimentos de todas as demais possibilidades, que se tem ciência atualmente como LGBTQIAPN+. Bell Hooks (2021, p. 172) expõe que a discriminação baseada no gênero feminino “justifica e apoia a violência do homem contra a mulher, assim como incentiva a violência entre homens. Na sociedade patriarcal, homens são incentivados a canalizar agressões frustradas contra as pessoas sem poder – mulheres e crianças.”

Por mais que Diadorim soubesse que ela era uma mulher, escolheu não revelar para Riobaldo e permanecer em sua busca por vingança e, porque não, escolheu conjuntamente sua segurança física e liberdade enquanto sujeito de querer e vontades, como todos os sujeitos deveriam possuir. É como se, posto em uma balança, ser mulher em um lugar e sociedade como a descrita, acarretasse mais prejuízo que ganhos. Infelizmente, concordamos com Diadorim, a luta para ser mulher e sujeito é constante e parece que crescente. “Há uma

grande verdade no ditado de que é preciso batalhar de novo pela liberdade a cada vinte anos. Às vezes, a impressão é a de que é preciso lutar por ela a cada cinco minutos.” (Estés, 2018, p. 278).

Ser uma pessoa perpassa por possuir um corpo com sexualidade e erotismo, mas ser uma pessoa também é pensar, morar, trabalhar, dormir, ler. Existir atravessa inúmeros assuntos e possibilidades de existir no mundo. Diadorim não negou sua sexualidade ao ser Reinaldo, ela continuava sendo a mesma pessoa que via beleza nas árvores, nos rios, nos pássaros, continuou a, como comportamento feminino, aceitar comportamentos machistas e misóginos de Riobaldo, sem reclamar. Contudo, nesta versão de si, vestindo-se com roupas masculinas, pode ser ouvida, obedecida, respeitada, podendo estabelecer lutas físicas, matando e colocando-se como sujeito de sentimentos como raiva, ódio e ressentimento, demonstrando-o abertamente sem medo de ser punida por isso.

## Conclusão

Diadorim escolhia era o ódio.  
(Rosa, 2021, p. 334)

105

As histórias contadas por Riobaldo parecem perder o encanto quando este revela o dia de embate, no qual, Diadorim tem, enfim, seu triunfo. Ele parecia pressentir que seria o último momento que teria uma troca com Diadorim e se recusa a seguir outro caminho e contesta expondo que “sempre queria ver Diadorim. O querer-bem da gente se despedindo feito um riso e soluço, nesse meio de vida” (Rosa, 2021, p. 515). Riobaldo teve a oportunidade de vislumbrar o momento que Diadorim conseguia dar cabo do objeto de sua vingança. Contudo, embora tenha conseguido alcançar seu objetivo, o ato emitido voltou a si mesma, também deixou de viver. Afora esse momento de tragédia para Riobaldo, ele ainda se deparou com o fato de ter uma revelação. Diadorim era mulher.

A morte de Diadorim coincide com o fim das histórias de aventuras narradas por Riobaldo. O tempo se torna presente e a vida parece ter perdido a adrenalina que ele vivia com intensidade. Não encontramos traços que nos levassem a pensar que, em algum

momento, ele havia se arrependido, por não ter cedido aos desejos de ter algo mais com Diadorim. Se a censura que fazia era fruto de um preconceito em relação ao amor entre iguais, neste caso, homem gostar de homem num sentido romântico-sexual, entendemos que Riobaldo talvez pudesse lamentar as oportunidades que houvera perdido ao longo do tempo. Entretanto, ele apenas relata ter tido ciência do nome verdadeiro do seu amigo jagunço, antes Reinaldo, depois Diadorim para, por fim, Maria Deodorina. Afinal, Riobaldo teria se apaixonado pelo “Homem” que Diadorim representava? Ou seus devaneios de revisitar o passado eram a forma de estar com aquela que não teve coragem, Maria Deodorina, Diadorim?

A pergunta fica no ar, talvez sem uma resposta evidente. Acrescenta-se também que não é possível afirmar desde quando Diadorim traja-se com roupas e “comportamentos masculinos”. Não se sabe se isso ocorreu por risco de vida, por exemplo, mas é possível indicar que o tempo repetindo esses padrões, de modo a torná-lo natural a todos a sua volta, pode nos revelar que algo desse comportamento poderia lhe ser confortável. Expondo de outra maneira, não se sabe se *Grande sertão: veredas* é um romance com um personagem trans ou travesti, contudo, em quase toda a totalidade do enredo o leitor vê Reinaldo e Diadorim como homem, sabendo-se de seu corpo nas últimas páginas.

De modo semelhante é possível construir a análise de Riobaldo, pois desde o primeiro encontro com Diadorim, mesmo não sabendo seu nome, anos antes, Riobaldo já expunha interesse e atenção diferenciada a ele, colocando-se como um homem que já observava outro homem de modo mais consciente de seus desejos, mesmo sem os admitir em voz alta ou para outra pessoa. Ou seja, sua homoafetividade já se fazia presente há alguns anos. “Mas eu olhava pra esse menino, com prazer de companhia, como nunca por ninguém eu não tinha sentido. Achava que ele era muito diferente, gostei daquelas finas feições” (Rosa, 2021, p. 96).

Dito isso, podemos levantar mais de uma hipótese para o romance. Assim, as personagens de *Grande sertão: veredas* nos oportunizou pensar maneiras possíveis de ser mulher, já em épocas onde o roteiro para esse gênero parecia ser único e voltado para os afazeres domésticos. Associada a essa possibilidade de ser, há também outras maneiras de

se concretizar o amor – seja entre indivíduos do mesmo gênero ou não – ainda que as personagens tenham optado por viver a relação de forma platônica, isto é, sem concretização ou conclusão de seus desejos, pode-se dizer que houve sentimentos e reciprocidade da forma que se permitiam viver.

## Referências

- ARAÚJO, C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *Crítica marxista*, v.11, 2000. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie28Dossie%201.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie28Dossie%201.pdf). Acesso em: 3 de abr. de 2024.
- CUNHA, E. da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- ESTÉS, C. P. *Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem*. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.
- FREUD, S. *O ego e o id*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1997.
- FREUD, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1996.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu* (5), pp. 07-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em 10 de março de 2024.
- HOMEM, M.; CALLIGARIS, C. *Coisa de menina? Conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo*. Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2019.
- HOOKS, B. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Tradução Bhuvi Libanio. 9 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.
- KEHL, M. R. *A mínima diferença: masculino e feminino na cultura*. Rio de Janeiro: Imago ed., 1996.
- KNIBIEHLER, Y. *História da virgindade*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2016.
- PACHECO, A. P. Jagunços e homens livres pobres: o lugar do mito no Grande sertão. *Novos Estudos*. CEBRAP (81). Jul. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000200013>. Acesso em: 30 de abr. de 2024.
- PARKER, R. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Organização Guacira Lopes Louro; tradução Tomaz Tadeu da Silva. 4 ed.; 4 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- ROSA, G. *Grande sertão: veredas*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

## PRÁTICAS DOCENTES E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO

### TEACHING PRACTICES AND THEIR DEVELOPMENTS FOR THE TRAINING OF CRITICAL READERS

Matheus Francisco da Silva <sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar a formação de leitores críticos a partir das práticas docentes. Para isso, firmamo-nos nas concepções de Braggio (1992), sobre os modelos de leitura, e de Leurquin (2014), quanto à proposta da aula interacionista de leitura. Utilizamos como instrumento para coleta de dados um questionário digital, enviado aos docentes com a finalidade de entender suas práticas de ensino de leitura. Percebemos que as práticas refletem a predominância do modelo psicolinguístico de leitura, provendo a interação entre leitor, autor e texto, mediadas pelo professor, com vistas ao desenvolvimento das competências cognitivas do leitor. Quanto às estratégias, observamos foco em aulas que permitem o diálogo e têm a função de instigar a leitura, mas que se apresentam de maneira pouco organizada ou detalhada. Concluímos que as práticas docentes analisadas contribuem de forma lacunar para a formação de leitores críticos, pois é necessário maior coerência entre os objetivos traçados, os modelos de leitura assumidos, as estratégias de leitura realizadas e o contexto de ensino do professor.

**Palavras-chave:** Ensino de leitura. Modelos de leitura. Leitor crítico.

**Abstract:** This work aims to analyze the formation of critical readers based on teaching practices. For this, we base ourselves in the conceptions of Braggio (1992), about the models of reading, and of Leurquin (2014), regarding the proposal of the interactionist reading class. We used a digital questionnaire as an instrument for data collection, sent to teachers in order to understand their reading teaching practices. We conclude that the analyzed teaching practices contribute to the formation of critical readers, although they need a re-elaboration of activities that involve students as protagonists in the process of construction of meanings. We noticed, that practices reflect the psycholinguistic reading model, providing interaction between reader, author, and text mediated by the teacher based on the reader's cognitive activities. As for the strategies, we observed a focus on dialogued classes in which the teachers establish the role of mediator, providing the teaching of reading through shared, individualized readings and conversation circles before the text read.

**Keywords:** Reading teaching. Reading templates. Critical reader.

## Introdução

Entendemos a leitura a partir do paradigma interacional, ou seja, como um processo de interação entre leitores e autores, mediado pelos textos. Dessa forma, é papel do professor

---

<sup>1</sup>Graduado em Letras Português pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Pós-graduado em Educação, Culturas e Regionalidades (UESPI)

E-mail: franciscomatheus425@gmail.com

Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/6891859493839217>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5091-6900>

possibilitar que este processo aconteça. Para tanto, ele precisa priorizar as práticas de leituras com foco no desenvolvimento dessa interação e considerando o contexto da turma (seus conhecimentos prévios, leituras anteriores, conhecimento de língua etc.). A partir disso, o docente traça estratégias para alcançar diferentes objetivos nas práticas de leitura. Enquanto fomentador e avaliador de ideias pautadas nas práticas de leitura, o profissional deve entender que a sua função vai além de promover a interação natural entre os sujeitos participantes desse momento e os objetos. Ele também precisa pensar nas formas que essa interação pode ocorrer de forma consciente, fazendo que os estudantes tenham objetivos para as leituras e consigam alcançá-los a partir de diferentes estratégias.

Sendo assim, cabe essa reflexão em torno do ensino de leitura, fazendo-se necessárias algumas indagações: com a leitura, o professor busca promover a interação entre obra e leitor apenas com o critério de apresentação, ou seja, de promover a leitura a fim de apresentar textos para o conhecimento dos alunos? O professor busca com essa prática de leitura formar um leitor que fomente diálogos críticos, ou a leitura foi proposta para identificar/avaliar determinados conhecimentos? Essas são indagações que necessitam ser pensadas para os momentos de leituras.

A fim de somarmos vozes ao coro de pesquisadores que analisam e discutem o ensino de leitura, esta pesquisa tem como objetivo compreender como se dão as práticas de ensino de leituras nas aulas de Língua Portuguesa. Tal objetivo desdobra-se em outros mais específicos: Apreender os contextos das práticas de ensino de leitura na escola; Descrever as práticas de ensino de leitura na escola; Identificar a quais modelos de leitura estão relacionadas práticas de ensino de leitura na escola; e descrever a proposta metodológica, observando os elementos trabalhados.

Esse conjunto nos possibilitará compreender a relação entre essas práticas de ensino de leitura e a formação do leitor crítico, que se denomina como aquele leitor que enxerga além do texto, que leva a sua interpretação além do que já está escrito, podendo e sinalizando ainda pontos negativos e positivos com base em sua leitura. Para tanto, baseamo-nos, principalmente, nos estudos de Braggio (1992), para entendermos as concepções ou modelos



(nas palavras da autora) de leitura, e Leurquin (2014) e sua proposta de aula interacionista de leitura.

Nossa escolha para analisar a prática docente relacionada ao ensino de leitura deu-se a partir das discussões realizadas no curso de especialização em Educação, Culturas e Regionalidades, curso que promoveu a interação entre as áreas dos conhecimentos, tendo especificamente uma disciplina de linguagem, que visava entender as linguagens e como era vista e entendida a partir de diferentes paradigmas. Fazendo essa relação entre concepções de linguagem e modelos de leitura, vimos a necessidade de compreender como se dá o ensino de leitura em instituições da Educação Básica da cidade Ipubi/PE<sup>2</sup>, onde atuo atualmente como um professor formador de leitores.

A discussão teórica aqui proposta é necessária para o aprimoramento das práticas em contextos reais de ensino de leitura, pois tendo acesso a estas práticas, ampliamos o debate e contribuímos para uma reflexão e uma tomada de consciência por parte dos docentes. Compreendemos que um leitor eficiente é um leitor crítico. Corroboramos com a compreensão de Pinheiro (2009) quando afirma que um leitor crítico é tomado pela ação interpretativa de elementos que vão além dos textos, explícitos ou implícitos, e com essa análise interpretativa é o que orientará esse leitor a novas visões de mundo. Nas palavras da autora:

Uma leitura concreta, por sua vez, tende a ser uma análise crítica e interpretativa do ato de ler, compreensão esta que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na previsão do que se está lendo. (Pinheiro, 2009, p.12).

Sendo assim, a leitura passa a ser “concreta” quando é feita uma socialização do que foi lido, e com leitura o leitor consegue extrair argumentos construídos com base na ideia do texto, podendo se opor ou não ao que foi dito. Ele cria as suas próprias conclusões baseadas em suas vivências. O que irá caracterizar essa leitura crítica é a visão do leitor sobre o texto.

<sup>2</sup> Possui uma área de 972,17 km<sup>2</sup> constituída pelos distritos de Ipubi (sede), Serra Branca, Serrolândia e pelo povoado da Mineradora São Severino. Sua população, conforme estimativas do IBGE de 2021, era de 31.515 habitantes. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/ipubi/panorama>, acesso 25 de janeiro de 2023.

Sabemos que é na escola que se dá o processo de alfabetização e letramento, também é nesse contexto que leitores críticos são formados. Dessa forma, cabe ao professor de língua materna possibilitar tal formação. Vamos analisar então como dois docentes descrevem suas práticas de ensino de leitura, a fim de responder aos questionamentos anteriormente tratados. Escolhemos duas docentes que trabalham em instituições básicas no meio rural, em escolas municipais, e que ministram aulas de Língua Portuguesa.

Para desenvolvermos o posicionamento aqui apresentado, esse texto organiza-se da seguinte forma: primeiro apresentamos esta breve introdução, na qual são expostos o contexto dessa pesquisa, nossa motivação, questões e objetivos. Em seguida, explanamos como os documentos orientadores e normatizadores da Educação Básica orientam o trabalho com a leitura, e como a leitura pode ser apreendida considerando diferentes concepções (ou modelos de leitura), discutindo as principais questões que possibilitam a realização de nossa pesquisa, posteriormente apresentamos a metodologia, que se refere a todo percurso de investigação. E finalizamos com as nossas análises e as considerações a que chegamos a partir delas.

## **1 O que nos dizem os PCN e a BNCC sobre o ensino de leitura?**

Um dos documentos que sinaliza orientações sobre o ensino, e que é um dos mais importantes quando se trata da educação, são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), mesmo com mais de vinte anos de sua publicação. Esse documento orienta em que premissas o ensino deve se amparar na Educação Básica, assim, os projetos políticos das escolas são construídos considerando sua orientação e os professores, conhecedores destes documentos, orientam-se por eles para a elaboração das suas aulas.

Dito isso, buscaremos discorrer sobre quais são as orientações em relação ao ensino de leitura no ensino básico, mas necessariamente ao ensino fundamental. Ao estabelecer objetivos para o ensino de Língua Portuguesa, os PCN assumem concepções atreladas ao ensino de leitura e, a partir delas, estabelece que se deve “Valorizar a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição

estética, sendo capazes de recorrer aos materiais escritos em função de diferentes objetivos” (Brasil, 1998, p. 33).

Destaca, assim, as diferentes funções da leitura, bem como a diversidade de textos que devem ser trabalhados. De acordo com os PCN, parte da leitura o percurso de busca de conhecimentos. Portanto, a linguagem é uma ferramenta essencial de interação entre as culturas, pois permite que os sujeitos interajam e busquem significados e interroguem sobre posições que não ficaram claras a partir da leitura. “Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura” (Brasil, 1998, p. 19). Posto isso, os PCN trazem o ensino de leitura, os conteúdos de Língua Portuguesa orientados a dois eixos, como assim tratam, por sua vez, os eixos são os seguintes: a língua oral e a escrita.

Quanto ao ensino de leitura, este acontece a partir de textos reais. Para os PCN, esse momento é caracterizado pela busca de atividade leitora com o objetivo de colher conhecimentos sobre o texto lido; nesse processo, o leitor já definiu seus objetivos, ou seja, que necessidades, quais respostas essa leitura desse texto pode promover. Nessa perspectiva, “a leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem etc.” (Brasil, 1998, p. 69). Já os textos, para os PCN, são concebidos como materialização da comunicação, que acontece de forma oral ou escrita.

Portanto, a leitura tem como função a comunicação, e a busca de significados diante do processo de reconstrução de informações sobre o texto, na qual o leitor já estabeleceu os seus propósitos diante de uma possível problemática. A leitura acontecerá por um texto, e o leitor cria os seus diagnósticos, definições e informações sobre o texto, dessa forma, ele adquire a capacidade de entender o que o autor, logo o texto nos falam. Pensando assim, para a nossa pesquisa podemos observar se as práticas de leituras que foram faladas seguem o percurso sugerido pelos PCN, que a nosso ver podem contribuir para a formação do leitor crítico.

Entendidas algumas das concepções assumidas pelos PCN sobre leitura, ensino de leitura e textos, passamos a um documento mais atual, não apenas orientador, mas normatizador da Educação Básica de nosso país, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este documento organiza o ensino de Língua Portuguesa em quatro eixos de práticas de linguagem, a saber, a) leitura/escuta; b) produção de texto; c) oralidade e d) análise linguística/semiótica. Podemos perceber, a partir desta organização, o espaço igualitário que estes eixos devem ter no ensino de língua materna. O documento ainda destaca que o ensino da leitura deve possibilitar a interação entre leitores e textos que vão de textos de conhecimento tradicional, caracterizado por textos com escrita, excluindo, por exemplo, as ilustrações, assim esses ganham um caráter multissemiótico no documento. Destacamos, a seguir, o que o documento nos esclarece sobre o eixo de leitura/escuta:

O eixo leitura compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação, sendo exemplos às leituras para: fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades (Brasil, 2018, p. 71).

Uma das grandes competências são os estudos de linguagem, considerando a orientação da BNCC, o trabalho com leitura deve abranger diferentes práticas de linguagem e vai além dos PCN, ao considerar a constituição multissemiótica dos textos. Considerando outras formas de linguagem, além da linguagem verbal, a utilização de elementos visuais, musicais e tecnológicos. Portanto, o texto não será caracterizado somente por sua forma escrita. Podemos considerar ser um texto, um gráfico, uma placa de rua, e outros. Tendo essa ideia de texto, constrói-se uma nova relação com a leitura. Além disso, inúmeras são as habilidades relacionadas à leitura, demonstrando sua relevância para a construção do conhecimento de forma geral.

Traçadas estas linhas que resumem o tratamento dado à leitura na Educação Básica brasileira, passamos a reflexões teóricas que refletem sobre o que é leitura e como esta pode ser realizada (seguindo um modelo) e mediada pela ação do professor.

### 1.1 Compreendendo as concepções (ou modelos) de leituras

Há formas diferentes de compreender a leitura. Isso é perceptível quando questionamos “Você sabe ler? O que costuma ler? Gosta de ler? Quando começou a ler?”. São diversas as respostas apresentadas por alunos, professores e pessoas no geral. Estas respostas estão orientadas por concepções de leitura ou modelos de leitura. Para trazermos uma abordagem dessas concepções (ou modelos) destacamos o trabalho de Braggio (1992), no qual a autora caracteriza diferentes modelos, considerando o percurso histórico em que vão surgindo, assim temos os seguintes modelos: a) modelo mecanicista ou tradicional (**foco no texto**), b) psicolinguístico (**foco no leitor**) e c) o sociopsicolinguístico (**foco na interação autor/texto**). Dito isso, passamos a apresentá-los de forma resumida:

- a) Modelo linguístico, mecanicista ou tradicional – compreende o texto como um produto acabado, um suporte para alfabetização, e reconhecimentos de estruturas gramaticais. O processo de leitura é percebido como um espaço de decodificação, dessa forma, o objetivo do leitor deve ser decifrar os sentidos das unidades linguísticas (palavras, frases, períodos, parágrafos etc.) para compreender o texto. Ancorado nele, o professor enfatiza a localização e a identificação de elementos linguísticos no texto, deixando de lado o significado relacionado à dinâmica das situações reais de comunicação.
- b) Modelo psicolinguístico – o texto é um espaço de possibilidades de interpretação, o trabalho cognitivo do leitor é focado. Ou seja, diante do trabalho mental que é feito pelo leitor no ato da leitura, este traz seus conhecimentos de mundo e colabora para a produção de significados. Dessa forma, o texto é compreendido como um elemento que permite novas possibilidades de interpretação. A leitura é o processo de atribuir sentidos, dessa forma, cabe ao professor possibilitar espaços de interação entre textos e estruturas cognitivas pré-existentes do indivíduo.
- c) Modelo sociopsicolinguístico de leitura – a leitura para esse modelo é compreendida como uma atividade que a influência das situações reais de comunicação soma para a produção de conhecimentos. Ao realizar a atividade de leitura, o sujeito estabelece atividade ativa de geração de conhecimento que perpassa pelo texto. Braggio (1992, p. 69) explica que nesse modelo, “leitor e texto não apenas se tocam, mas, no processo, se transformam”.

Nessa visão, o leitor torna-se ativo na compreensão dos textos, transformando o texto lido, bem como sofre também transformações a partir dessa experiência. Nessa perspectiva, o professor possibilita a compreensão de que a construção do significado é uma relação entre textos e contextos, considerando aspectos sociais, históricos e culturais que envolvem o momento de produção de textos e os leitores que interagem com ele, além de momentos em que sejam perceptíveis também a transformação sofrida pelos autores a partir do encontro com o texto.

Há ainda dois modelos que funcionam como fases de transição entre o modelo psicolinguístico e o sociopsicolinguístico, a saber: modelo interacionista de leitura I<sup>3</sup> e II<sup>4</sup>. Não vamos aqui tecer críticas aos modelos apresentados, pois todos possuem sua importância a depender do objetivo da aula de leitura. Para a nossa pesquisa, ao buscarmos estudar as práticas de leituras e formação de leitores, procuramos também compreender se as concepções (ou modelos) assumidas podem somar para a formação de leitores críticos. Dito isso, passamos a proposta de aula interativa de leitura, construída a partir deste último modelo de leitura e da proposta de Cicurel (1991), pela pesquisadora Leurquin (2014).

## 2 A proposta de aula interativa de leitura

A busca em formar leitores competentes e críticos fomenta um trabalho árduo aos pesquisadores da área. A cobrança e o anseio em formar um leitor qualificado é o objetivo de todos os docentes de Língua Portuguesa. Em partes, quando temos um bom leitor, temos um sujeito capaz de identificar e encontrar respostas para diferentes questionamentos, alguém que lê com diferentes objetivos e é capaz de ser crítico quanto ao texto lido. São muitas lacunas e muitos questionamentos para fazer do processo de leitura um momento eficiente para a formação de leitores críticos.

<sup>3</sup> A leitura parte do diálogo entre leitor e autor do texto e surge das novas necessidades de se entender a leitura no âmbito social. Portanto, o texto é construído por organizações linguísticas e na escrita/texto pode se concluir, por exemplo, as variedades existentes e suas organizações estruturais na quais o leitor pode levar suas experiências para as formulações de hipóteses.

<sup>4</sup> Enfoca a função comunicativa da leitura. Segundo Braggio (1992), os indivíduos em formação vivenciam a linguagem escrita em todos os momentos de sua vida, mesmo antes da entrada deles na escola. Com isso, podemos entender este modelo como um processo de leitura que de certa forma é baseado na interação entre leitor e texto, diante de estímulos e os encaminhamentos e necessidades que a comunicação implica. A função desse tipo é ser compreendido e compreender.

Não há segredos extraordinários e tampouco uma receita que fará com que os educandos compreendam e leiam bem de um momento para outro. O que abordamos é que a formação de leitores é um trabalho construído com os educandos ao longo da sua jornada estudantil. É um percurso que será formado com as suas experiências. Todavia, enquanto esse momento de maturidade de leitura não chega, os primeiros passos já podem ir sendo dados. Com isso, apresentamos uma proposta que pode ajudar nesse momento, que é a proposta de aula interacionista de leitura, de Leurquin (2014). A proposta visa à preparação e à formação de leitores, tendo o professor como mediador do processo, possibilitando a interação entre texto e leitor e considerando, além dos elementos linguísticos, os aspectos sócio-histórico-culturais que os constituem.

Segundo Leurquin (2014, p. 173), “A proposta de leitura de uma aula interativa que apresentamos tem como foco o texto, em forma de gênero oral ou escrito, cuja seleção é feita pelo professor, com base em seus objetivos para a aula”. A pesquisadora, com isso, não exclui elementos não-verbais que também constituem textos, mas enfoca aqueles que são constituídos principalmente pela modalidade verbal.

Na proposta de Leurquin (2014) há uma reformulação da proposta de Cicurel (1991). Leurquin propõe, ao invés de quatro, duas etapas para trabalhar o texto enquanto gênero textual, considerando desde sua função social à sua constituição macro e micro. A principal função dessa proposta, além de se apresentar um caminho para o trabalho com a leitura, é a possibilidade de trabalhar com o texto em diferentes contextos. Entendendo como se daria essa aula interativa, destacamos no quadro-resumo a seguir, as etapas propostas pela pesquisadora.

Quadro 1: Etapas da aula interacionista de leitura

Etapa 1	Etapa 2
<p><b>Objetivo:</b> acionar os conhecimentos previamente adquiridos pelos leitores sobre o tema tratado no texto. Nessa fase, a leitura sugerida pelo professor será uma leitura sem a necessidade de cobrar imediatamente um posicionamento crítico do leitor. Nessa primeira etapa, temos a leitura que irá fazer uma pré-interação com o autor. Ainda nessa fase, os leitores conseguem trazer para o texto ideias que ele já tenha adquirido/ construído</p>	<p><b>Objetivo:</b> entender como foi tecido o texto, compreender o contexto de produção e os níveis que constituem o texto. Para a segunda fase, uma vez feita a leitura de aproximação, sem a finalidade de conhecimentos críticos, faz-se agora uma leitura que irá detalhar a constituição do texto como tal e engloba compreender o contexto de produção do texto (Bronckart, 1999) e os níveis que constituem o texto: o</p>

ao longo da sua jornada escolar. Entende-se, assim, que essa fase marca a relação do texto e assunto tratado, pode funcionar como uma atividade que pretende chamar a atenção do leitor.

organizacional, mediante análise da infraestrutura do texto e dos mecanismos de textualização; o enunciativo, a partir de apreensão dos posicionamentos enunciativos, das vozes e das modalizações; e pelo nível semântico.

**Fonte:** Produzida pelo autor a partir de Leurquin (2014)

Sinteticamente, de início seria feito uma leitura, a fim de promover a interação entre leitor e texto. Nesse processo não há preocupação com o entendimento imediato do texto. Nesse percurso, percebemos que existe uma pequena riqueza de conhecimentos, pois a partir uma primeira leitura sem questionamentos, sem pressa e sem preocupação, o aluno almejaria, assim, conhecer esse texto mais a fundo, uma vez que os primeiros entendimentos foram construídos.

Já para o segundo momento, a leitura não seria apenas de apreciação, seria utilizada com base em um fator crítico, implicaria em estudo sobre a constituição do texto não considerando apenas elementos linguístico-gramaticais, mas os elementos sociais atrelados a eles. Como aponta Leurquin (2014), a segunda etapa pode ser realizada a partir dos quatro elementos (o contexto de produção e os níveis organizacional, enunciativo e semântico) a partir dos quais o docente pode desenvolver a prática de trabalho com a leitura com seus alunos.

A entrada pelo contexto de produção é uma prática que normalmente o professor realiza nas aulas. No entanto, entender o contexto que o texto foi produzido como passo de uma leitura visibiliza retomar que objetivos foram pensados pelo autor do texto, para quem foi produzido, quando, onde. Desse modo, entender o contexto de produção torna o entendimento mais amplo, focalizando estes elementos como geradores de sentidos.

O nível organizacional do texto compreende a compreensão da composição do texto, nesse movimento é possível localizar se há uma ordem de elementos mais ou menos fixa (mais fixa, como numa carta; menos fixa, como num meme), as sequências textuais que o constituem, os elementos coesivos entre períodos, parágrafos, a organização do texto de modo geral.

O nível enunciativo permite ao leitor identificar o posicionamento do autor a respeito das informações apresentadas, se o texto é construído apenas por sua voz ou aparecem outras



(sociais – como as de movimentos de direita ou esquerda, machistas ou feministas e de personagens – menção ao texto de um cientista, como estamos fazendo aqui ao citar a própria Leurquin). É possível compreender o posicionamento do autor através do texto, sua opinião sobre o tema tratado e as marcas que estes elementos imprimem aos textos.

O nível semântico engloba tipos de discurso (Bronckart, 1999) – que nos permitem perceber se há implicação/autonomia ou mesmo conjunção/disjunção temporal e local – e as figuras de ação. Não vamos discorrer sobre estes conceitos por entendermos que eles não são trabalhados na Educação Básica como tais, mas compreender por que um texto é escrito utilizando um “nós” ou de forma impessoal, se é escrito em um “aqui/agora” ou em um “lá/antes ou depois” também é fator de construção de sentidos e, nesse viés, também precisa ser trabalhado na Educação Básica.

Entendemos que a compreensão desses elementos, a partir dessas entradas, além de possibilitar o trabalho do texto enquanto gênero, pode também auxiliar nas aulas de produção de texto, pois percebendo a materialidade desses elementos nos textos, o aluno reconhece a estrutura e seu papel na construção de sentidos nos textos.

## 2.1 Percurso metodológico

Nesta seção, apresentamos o percurso metodológico que possibilitou a análise dos dados. Iniciamos com uma breve caracterização de nossa pesquisa.

Com relação à abordagem, este estudo é de cunho qualitativo. Nessa abordagem, são feitas análises de dados por meio da descrição e interpretação dos fenômenos. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela enfoca o universo de significados, motivações, crenças, valores e atitudes.

Quanto aos objetivos, podemos classificá-la como descritiva. Segundo Gil (2002 p.42) “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o relacionamento de relações variáveis”. A relação descritiva a classificamos assim, pois detalharemos algumas relações de sentido de alguns conceitos como de linguagem, leituras e outros. O autor ainda esclarece que uma

de suas características é a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados. Utilizaremos o questionário, produzido em formato de formulário Google e enviado virtualmente.

Quanto aos nossos procedimentos, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica num primeiro momento, que, segundo (Gil 2002, p.44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Nossa pesquisa enfoca trabalhos que, por sua vez, tratam sobre o tema, a formação de leitores, apresentando a partir de novas discussões e situações problemas novos.

Num segundo momento, utilizamos como procedimento de coleta de dados o questionário que, de acordo com Gil (1999, p.128), tem como objetivo “o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. O questionário foi construído com o objetivo de permitir uma percepção dos docentes quanto aos objetivos, às práticas e às concepções de leitura que orientam suas práticas.

Foram convidadas a participar da pesquisa duas docentes da rede municipal de Ipubi, no Estado de Pernambuco-PE atuantes no ensino fundamental. A escolha para tais colaboradoras foi pensada sobre o viés que ambas são profissionais de Letras, e que atuam na rede municipal no meio rural. As escolas nas quais as docentes ministram aulas estão localizadas na zona rural de Ipubi-PE. Como já dito, uma das docentes ministra aulas somente de Língua Portuguesa do 6º ao 9º ano, a outra ministra aulas de outras disciplinas, atua com o 5º ano. Para aplicar o questionário foi utilizado o formulário Google, o link foi enviado por meio de aplicativo de mensagem, após o aceite das docentes em participar dessa pesquisa. As questões que constituem o questionário encontram-se abaixo, numeradas de 1 a 11.

1. O que é leitura para você?
2. Em sua prática docente, qual sua função/seu papel na relação estabelecida entre o leitor (discente) e o texto?
3. Quais são os gêneros mais lidos? Como trabalha as práticas de leitura?
4. Há um roteiro ou atividades que seguem uma organização? Se si, apresente-o.
5. Com relação ao livro didático e o desenvolvimento de práticas de leitura, quais estratégias são propostas para o desenvolvimento da leitura?
6. Ainda com relação ao livro didático, que tipos de questões predominam nas atividades de leitura?

7. Você costuma seguir a proposta do livro didático para o trabalho com a leitura ou realiza adaptações? Se realiza, quais?
8. Como são as propostas para os momentos de leituras? Leitura em sala de aula (individual ou compartilhada), fora da sala de aula, regularmente (quantas vezes por semana) ou esporadicamente?
9. A escola dispõe de quais materiais (e espaços) para leitura? Há algum projeto específico para práticas de leitura?
10. O que pretende com suas aulas de leitura?
11. Qual a importância da leitura no desenvolvimento do cidadão crítico? (Questionário produzido pelo autor)

Como podemos observar, o questionário abrange desde conceitos assumidos pelas docentes, passando pelo trabalho que elas desenvolvem com gêneros, metodologias de trabalho, manuseio de material didático, o papel da escola, dentre outros aspectos. Passamos, a seguir, à análise da compilação de respostas apresentadas pelas participantes da pesquisa.

### 2.1.1 Análise de dados

Fizemos a análise de dados coletados a partir das respostas dadas ao questionário, constituídos pelas questões sinalizadas acima. Antes de passarmos às análises, apresentamos as respostas das participantes, identificadas como docente 1 e docente 2 no segundo resumo.

Quadro 2: Respostas das docentes ao questionário

Questão	Docente 1	Docente 2
1	A leitura é o processo pelo qual as pessoas se tornam capazes de decifrar símbolos, compreender e interpretar textos, sejam eles verbais ou não-verbais. Por meio da prática leitora, o ser humano passa a ter um maior entendimento sobre o mundo a sua volta e consegue refletir melhor a sua existência. Portanto, o exercício da leitura de forma assídua desenvolve de forma significativa o desempenho do sujeito leitor.	É a base para o futuro, a base de tudo. Um cidadão que não sabe ler é excluído do mundo.
2	Na minha prática docente como educadora desempenho a função/ o papel de mediadora, possibilitando assim a aproximação e realização da leitura pelos alunos.	Estimular para que haja interação e interesse por parte do discente, estreitando a relação entre autor e leitor.
3	Os gêneros textuais mais lidos são: romance, contos, crônicas e fábulas.	Fábulas, contos, tirinhas e suspense.
4	Trabalho de diferentes formas, como por exemplo: rodas de leitura, leituras compartilhadas, leitura de produções textuais, projetos de leitura, participação dos alunos na leitura das atividades realizadas em sala, entre outras maneiras. Durante a semana, planejo uma aula	Sim, atividades que seguem uma organização.

	específica para trabalhar as habilidades leitoras em cada turma que leciono a disciplina de Língua Portuguesa.	
5	As estratégias propostas para o desenvolvimento da leitura são: comentar leituras feitas e fazer a releitura de fragmentos lidos anteriormente, para verificar o entendimento dos discentes e tirar dúvidas, com também, verificar o posicionamento crítico dos alunos perante as informações apresentadas no livro didático.	Escolha de textos menores, com temas que atraem os discentes.
6	As questões que predominam nas atividades de leitura são questões abertas de compreensão e interpretação.	Compreensão e interpretação
7	Costumo fazer adaptações. As adaptações feitas são voltadas para atender ao currículo de ensino, orientado pela secretaria de educação do município, o qual especifica as habilidades e os objetivos a serem alcançados com determinado conteúdo.	Realizo adaptações, principalmente para o conteúdo gramatical estudado no momento.
8	As propostas de leitura são; leitura em sala de aula, tanto compartilhadas como individual e fora de sala de aula de forma esporádica.	Sempre com leitura coletiva e individual, sorteios diários de livros paradidáticos para leitura e explicação sobre a mesma, explanação também autor, editora e etc.
9	A escola dispõe de livros paradidáticos e impressões de materiais para atividades de leitura que nos auxiliam nas práticas de leitura. No momento, o espaço de leitura que dispomos é a sala de aula. Não há projetos específicos para práticas de leitura.	A escola em si, não. Mas eu de forma "particular", sim! Reforço fora do horário de aula.
10	Com as minhas aulas de leitura visou desenvolver nos alunos a aquisição de vocabulário, melhorar a concentração, aguçar a memória, como também, capacita-los a compreender e interpretar diferentes tipos de textos, tornando-os sujeitos críticos.	Formar cidadãos críticos e criativos, com poder de pensar, questionar e decidir.
11	A leitura nos leva a refletir sobre a nossa realidade. Portanto, a leitura contribui para que o cidadão compreenda o seu valor, saiba interpretar e se posicionar frente às mais diversas situações vividas cotidianamente.	Fundamental importância, pois é a partir da leitura e informação que surgirá o poder de pensamento crítico.

**Fonte:** produzido pelo autor a partir das respostas das participantes.

Quanto ao nosso primeiro questionamento, verificamos que as docentes trabalham o ensino de leitura com objetivos parecidos, pois estas destacaram nas suas respostas que o ensino de leitura é porta-voz para o sujeito se compreender e manter suas relações com o mundo social. Ambas apontaram ainda que quando não desenvolvem essa prática, o sujeito leitor está fora das realidades do mundo. Notamos também que a docente 1 tende a utilizar apontamentos do modelo mecanicista, quando ela descreve que ler é “decifrar”, como se fosse um primeiro passo para a leitura em si. Retomando nossas discussões, podemos perceber que até determinado momento esse modelo pode ser utilizado, e funciona, dependendo do objetivo da leitura, mas é um modelo que pouco contribui para a formação do leitor crítico. Pois esse modelo de leitura enfoca o texto como um produto acabado, não

seria benéfica para situações em que os alunos precisem se posicionar ou entender o que está nas entrelinhas do texto.

Nosso segundo questionamento está diretamente relacionado à postura docente no trabalho com a leitura. As docentes entendem que desempenham a função de *mediadoras*, termo que ambas utilizam para caracterizar sua atuação. Entretanto, não explicam como essa mediação ocorre.

Posteriormente, o nosso questionamento foi sobre os gêneros textuais trabalhados nas atividades de leitura. A docente 1 relata que nas suas aulas de leitura ela tende a priorizar textos escritos e literários, materializados inclusive em gêneros mais complexos - ou secundários<sup>5</sup>, na compreensão de Bakhtin (2003) - como romances. Portanto, percebemos que a leitura poderá ser mais densa, considerando a extensão e a organização da linguagem que normalmente são características do romance. É importante destacar, diante da resposta apresentada, que a docente poderia trabalhar com outros gêneros provendo a leitura de textos que levem em sua composição a linguagem verbal e não verbal, por exemplo. Provendo uma formação mais completa, considerando a realidade em que vivemos e as orientações dos documentos da Educação Básica brasileira.

A docente 2 também se refere a gêneros diversos e já menciona textos que se constituem a partir da multimodalidade, linguagem verbal e não verbal, constitutiva das tirinhas. Podemos perceber que a professora opta por textos de menor extensão e menor complexidade, com exceção do “suspense”, que não é uma caracterização do gênero textual em si, mas caracterização que pode ser atribuída a diferentes gêneros como contos, romances, filmes a partir do conteúdo, que é estimular o medo, o sobressalto. A BNCC orienta que no Ensino Fundamental dos anos finais as atividades com texto enfoquem esta multimodalidade, e que os alunos já realizem atividades de interpretação desses elementos.

Mas para além desta consideração, é importante mencionar que há gêneros que circulam em outros campos de atuação como no campo jornalístico-midiático, no campo vida pública e campo das práticas de estudo e pesquisa, e não apenas no campo de atuação

<sup>5</sup> Bakhtin (2003) diferencia os gêneros em primários e secundários. Os primários remetem a situações comunicativas cotidianas, espontâneas, informais. São exemplos o bilhete e o diálogo. Os gêneros secundários, por sua vez, são reformulações de gêneros primários, normalmente mediados pela escrita, aparecem em situações comunicativas mais complexas e elaboradas. São exemplos o romance, o artigo científico, a palestra etc.

artístico-literário, do qual fazem parte os gêneros mencionados pelas professoras. Vimos que a docente 2 introduz essa aproximação dos gêneros ao destacar as tirinhas.

A indagação seguinte foi referente à forma de organização do ensino de leitura, como seria organizado. As práticas de leitura da docente 1 revelam momentos específicos para o ensino de leitura, remetendo inclusive à habilidade (EF69LP46) “Participar de práticas de compartilhamento de leitura/recepção de obras literárias/manifestações artísticas, como rodas de leitura, clubes de leitura, [...] tecendo, quando possível, comentários de ordem estética e afetiva e justificando suas apreciações” (Brasil, 2018).

A resposta apresentada pela docente 2 não nos permite identificar como se dá essa organização, mas que há um plano de ensino que deve ser trabalhado. Podemos ter o livro didático como um bom aliado nas nossas aulas, esse suporte tem muitos pontos positivos em relação ao trabalho de leitura, no entanto, se faz necessário cautela ao estimular o ensino de leitura apenas dele. Esperávamos com esta questão a descrição mais detalhada das práticas, com os passos seguidos pelas docentes. Há uma fase de motivação de leitura (com imagens, títulos, autoria e como seria o processo com o texto em si), como é o processo de compreensão após a leitura, quais aspectos são trabalhados, mas nenhuma das docentes esclareceu estes passos.

Com relação à utilização do livro didático, a docente 1 o utiliza como recurso, e esclarece que, no ensino de leitura, faz a leitura de fragmentos de obras maiores, que pode ser explicado pela ausência desses materiais, e acaba por se restringir a apenas estudos fragmentados que o livro aborda, sendo dessa maneira o meio mais acessível. Quando o texto é relativamente pequeno faz-se uso do texto por completo e depois retorna ao fragmento para obter uma opinião a respeito do que é tratado.

Nessa prática, há duas questões que precisam ser pensadas, ao retornar para esse fragmento que já foi lido, o docente deve orientar a ressignificação do que foi compreendido, no entanto, não deve anular o que foi compreendido pelos alunos, ou seja, aquela interpretação do discente se torna válida ainda que não esteja em conformidade absoluta com o estudado. Questões também como posicionamentos críticos devem ser pensadas desde que contemplem a temática do que está sendo tratado. A docente 2 parece não ter compreendido

as questões que foram repassadas para análise e assim, respondê-la, pois relata que prefere trabalhar temas que motivem os alunos. Não menciona as estratégias do livro didático se é feito um momento de contextualização.

Dando continuidade às nossas análises, e tendo o livro didático ainda como objeto a ser analisado a partir das respostas das docentes, foram pontuadas indagações sobre as propostas do livro e se haveria alterações nessas propostas. Ambas relatam que o livro aborda as questões sobre o viés da interpretação e compreensão. Por não sermos conhecedores e não termos acesso ao livro utilizado, não tivemos como averiguar essas pontuações, uma vez que o nosso contato foi exclusivamente virtual. As docentes fazem alterações ao trabalhar com o livro didático, no entanto, a exigência de seguir um cronograma que é mencionada pela docente 2, também precisa ser considerada. A primeira faz alterações quanto ao currículo do município e a docente 2 destaca que faz adaptações quanto ao conteúdo de gramática. Elas não mencionam o que alteram, retiram ou acrescentam às propostas dos livros didáticos.

O momento de leitura é essencial nas aulas de língua materna, tornar esse momento dinâmico é um percurso longo a ser trabalhado, visto que, geralmente, esse momento é dividido em outras temáticas. Com relação a esse momento de ensino de leitura, destacamos que as docentes buscam mediar as suas práticas, ou seja, utilizam-se de diversas estratégias de leitura, da compartilhada à individual. Nesse momento de interação é preciso pensar em que ponto o leitor em formação se opõe ao texto, visto que na leitura coletiva pode haver uma orientação quanto à criticidade em conjunto. A docente 2, com a intenção de promover uma aula dinâmica, utiliza diversos meios pedagógicos que são importantes para essa prática. Ela também utiliza o contexto de produção da obra, levando para as discussões o autor e a editora do livro. O que faz com o leitor pense essa obra contextualizada socioculturalmente, como vimos nas discussões de Leurquin (2014).

Por sua vez, no ambiente escolar, a sala de aula é o único espaço que o aluno tem para as práticas de leituras, conforme relata a docente 1. A docente 2 nega a existência de outros espaços e até a ausência de recursos em seu contexto de ensino. A escola precisa oferecer um espaço para que esse leitor se sinta acolhido e que faça despertar a prática de leitura. A partir dessa conjuntura, é notório o quanto o trabalho docente é difícil, além de

pouco suporte, o espaço de aula em si já é reduzido a esse momento. Sendo assim, tendo essa conjuntura, a formação desse leitor pode acontecer com grandes falhas.

Com relação à questão 10, traçamos um questionamento que remete aos objetivos com as aulas de leitura partindo da experiência das docentes. A docente 1 salienta que objetiva a formação de um leitor crítico, ao mesmo tempo em que busca desenvolver vocabulário (conhecimento linguístico), concentração e memória (competências psicológicas). Observamos uma confusão de orientação com a resposta apresentada, a qual a necessidade de formação continuada relacionada ao ensino de leitura, os modelos que o orientam, as estratégias etc. Para a docente 2, que também visa formar um leitor crítico e criativo, “com poder de pensar, questionar e decidir”.

Para que isso aconteça, os leitores precisam ser colocados em contato com diferentes gêneros utilizados em diversos campos de atuação, e não apenas no campo artístico-literário, como é feito pela professora. Observamos que a professora tem uma boa compreensão de um leitor crítico e das ações que precisa realizar em sociedade, mas para alcançar este objetivo é necessário que o ensino de leitura seja coerente com o que acredita. Reiteramos a necessidade de formação com foco na construção desta coerência.

Considerando o último questionamento, entendemos que a interação nos faz humanos e essa interação se dá mediante textos, por isso a dificuldade de produzir e compreender textos. Em relação à construção do leitor crítico e a prática docente diretamente ligada a essa questão, a docente 1 nos diz que, nas suas aulas de leitura, seu objetivo é para com a formação do leitor crítico. E que isso se dá quando há a compreensão do texto, quando há riqueza na linguagem, na comunicação. A docente 2 segue essa mesma perspectiva. Um leitor que critique, que venha somar ao texto, que avance e que esses conhecimentos adquiridos os levem a pensar em outras possibilidades e visões. Com base nisso, ambos refletem que a leitura é parte do indivíduo, e é o que os fará crescer intelectualmente.

A leitura possibilita o encontro de leitores e textos que, como nos diz Braggio (1992) quanto ao modelo sociopsicolinguístico, modifica ambos. O leitor crítico não é passivo, não assume as ideias apresentadas no texto, mas é capaz de refletir sobre elas, considerando o contexto sócio-histórico-cultural em que está inserido, bem como o que está atrelado ao texto



lido. Para que este leitor crítico seja formado, é necessário o contato com o maior número de gêneros relacionados aos campos de atuação nos quais o leitor pode interagir, além de práticas e estratégias embasadas por modelos de leitura coerentes com os objetivos traçados pelo professor mediador e formador de leitores.

## Conclusão

A leitura é importante em todas as etapas de escolarização. Ela possibilita que todos enxerguem as suas limitações e saibam entender o contexto que se vive. Dessa forma, nossos objetivos foram construídos pensando no papel do professor, tendo as suas práticas de ensino de leitura e sua mediação e colaboração para a formação de leitores críticos. As práticas docentes podem orientar o que o aluno entende por leitura, e são essas práticas que estimulam o aluno a querer ser participativo durante as aulas de leituras, além de realmente compreender textos configurados em diferentes gêneros.

As propostas mencionadas pelas docentes buscam aproximar os alunos dos textos. A atividade principal foi a de estabelecer uma leitura que permita a interação entre leitor e texto, mas não nos foi possível concluir se tal tarefa aconteceu de forma ativa e crítica. A função do professor deve ser a de mediar essa relação, considerando os objetivos de aprendizagem traçados para seus alunos, as habilidades que eles precisam desenvolver e o contexto de leitura de cada um deles, para que problemas sejam solucionados e conhecimentos sejam ampliados.

Sendo assim, observamos que as práticas de leitura na escola são propostas apenas no espaço de sala de aula, na qual as docentes utilizam leituras de textos contidos nos livros didáticos para aprimorar, de certa forma, a leitura dos discentes. Não existe um espaço ou um momento específico para leitura com objetivos além dos propostos nos livros didáticos.

As aulas de leitura são fomentadas por diferentes estratégias, mas não percebemos uma coerência com os objetivos traçados e as práticas realizadas ou ainda descrição de estratégias que vão desde rodas de conversas, leitura coletiva e silenciosa sem que seja justificada a escolha por determinada prática ou mesmo quando elas ocorrem. É importante que as aulas de leitura sejam organizadas a partir da consideração do contexto e dos objetivos

a serem alcançados, sem que se percam de vista as bases que orientam o posicionamento do professor, mas o dinamismo com relação ao que foi pensado, gerado a partir de novos obstáculos, precisa ser considerado.

Portanto, com base em nossas análises, percebemos um contexto nebuloso que rodeia o ensino de leitura apenas textos do campo artístico-literário, a partir de diferentes estratégias que não são detalhadas, a predominância do livro didático utilizado com adequações, mas quais são elas? Quais os objetivos? Os momentos? Os conhecimentos a serem construídos?

A partir dos dados, considerando a falta de detalhamento das práticas, percebemos a predominância do Modelo Psicolinguístico de leitura quanto a possibilitar encontros entre os leitores e os textos e deixá-los abertos para diferentes interpretações. Mas o objetivo é a formação de leitores críticos, que agem ativamente a partir da leitura e compreensão de texto na sociedade, então o aspecto social precisa ser também priorizado.

Observamos também que, com base na proposta de aula interacionista de leitura, vimos que a primeira fase ou etapa é desenvolvida pela docente 1, com os objetivos de o discente se relacionar com o texto, após isso, segue para a segunda etapa, porém não identificamos quais entradas permitem a compreensão do texto. Quanto à primeira etapa, notamos que a docente 2 não utiliza, porém observamos que gradualmente ela trabalha com os objetivos da segunda etapa como, por exemplo, a entrada pelo contexto de produção. Diante dessas observações constatamos que ao pular ou excluir essas etapas, as práticas de leitura podem não ser eficientes quanto à formação de leitores críticos.

Dito isso, ressaltamos que as práticas de leituras que foram analisadas a partir das falas das professoras podem contribuir para a formação de leitor crítico, uma vez que, nesse processo enquanto mediador, ele pode contribuir para a reprodução de conhecimentos além e com o texto. Para que este processo seja eficaz, se faz necessária uma relação coerente entre o que o professor acredita que é a leitura, seu papel mediante o processo, os objetivos a serem alcançados e as melhores estratégias para os contextos de ensino nos quais atuam.

## Referências

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 04 de Jan. 2023.
- BRASIL, Ministério da Educação, (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*. Brasília, MEC/SEF, 1998.
- BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal. *Leitura e Alfabetização: da concepção mecanista á sociopsicolinguística*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- BOTELHO, Patrícia Ferreira. Amantes, Aline Mendes. Gerhardt, Ana Flávia Lopes Magela. Metacognição, objetivos de leitura e atividades didáticas de língua portuguesa. *RBLA*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 180-208, 2015.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Manual da sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2017.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LEURQUIN, Eulália Vera Lúcia. *O espaço da leitura e da escrita e a situação de ensino e de aprendizagem de português língua estrangeira*. Eutomia, Recife, p. 167-186. Dez. 2014.
- KRUG, Flavia Susana. A importância da leitura na formação do leitor. *Revista de Educação do Ideau*. Vol. 10 – Nº 22 - Julho - Dezembro 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14 ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.
- PINHEIRO, Maria Anália Dias. *Leitura: a leitura como construtora de um leitor crítico e consciente*. 40 f. Cajazeiras, 2009.

## LINGUÍSTICA FORENSE: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS

Richard Malcom Coulthard<sup>1</sup>

### Comentário do Editor

*Nesta edição da Revista Saridh – Linguagem e Discurso, entrevistamos o professor Dr. Richard Malcom Coulthard. O pesquisador foi selecionado e convidado para ser entrevistado pela Revista Saridh por apresentar um trabalho histórico e internacionalmente conhecido na área de Linguística Forense.*

*Richard Malcom Coulthard é professor visitante da Universidade Federal de Santa Catarina, Catedrático em English Language and Linguistics, na University of Birmingham e Catedrático de Forensic Linguistics na Aston University, Birmingham, onde fundou o que hoje em dia é o maior centro de estudos da Linguística Forense – The Aston Institute of Forensic Linguistics. É conhecido por seu trabalho nos campos da análise do discurso e da linguística forense. Foi orientado por Michael Halliday e John Sinclair, sendo considerado um dos introdutores da Linguística Sistêmico-Funcional no Brasil. Seus trabalhos em Linguística Forense culminam em duas grandes obras publicadas já no século XXI, quais sejam: *Introduction to Forensic Linguistics*, 2008/2018 e *The Handbook of Forensic Linguistics*, 2010/2021.*

*Na presente entrevista, o professor Richard Malcom Coulthard responde a perguntas sobre seu trabalho na área de Linguística Forense, contemplando as aplicações, cenários e perspectivas dessa área no mundo contemporâneo.*

<sup>1</sup> Professor visitante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Catedrático em English Language and Linguistics, na University of Birmingham (UK) e Catedrático de Forensic Linguistics na Aston University, Birmingham.  
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6386549733649630>

*1. (Revista Saridh) Professor Malcolm, o senhor poderia nos contar um pouco sobre a sua relação com a Linguística Forense, destacando como essa relação aconteceu em sua trajetória acadêmica e de onde surgiu esse seu interesse em trabalhar com essa área?*

**Professor Malcom:** A Linguística Forense como categoria pericial e como disciplina acadêmica começou no Reino Unido por acaso, de fato, num corredor do Departamento de Inglês da Universidade de Birmingham, onde ensinei Linguística Inglesa e Análise do Discurso para estudantes de licenciatura em inglês. Em 1986, fui abordado por um colega, que já era perito em análise forense de caligrafia, com um desafio: “Como ensinas uma disciplina, a linguística literária, que, entre outras coisas, mostra aos alunos a diferença entre a interação verbal genuína e a pseudo-interação que os dramaturgos põem em cena, sois capaz de demonstrar que este texto, supostamente genuíno, de uma entrevista policial com um suspeito, foi falsificado?”

Escrevi um relatório e fui ao tribunal para testemunhar oralmente, mas nunca fui chamado porque as provas de falsificação do meu colega eram tão convincentes que o juiz arquivou o processo, libertou o suspeito e criticou severamente os agentes da polícia envolvidos. Como consequência, uma unidade de elite da polícia, a *West Midlands Serious Crime Squad*, foi imediatamente dissolvida, 51 agentes suspensos, 6 acusados e 4 posteriormente condenados. A minha fama entre a comunidade prisional foi imediata e pude tratar de muitos outros casos de registros de entrevista falsificados de interrogatórios policiais.

Ao mesmo tempo, vários estudantes atraídos por essa nova área se inscreveram para fazer doutorado e, quando se formaram, foram para quatro universidades britânicas, onde estabeleceram programas de mestrado e começaram a treinar a próxima geração.

**2. (Revista Saridh) Professor, como o senhor vê o cenário da Linguística Forense hoje, no mundo ocidental?**

**Professor Malcom:** A linguística forense está agora bem estabelecida, pelo menos nos países anglófonos e especialmente no Reino Unido, como disciplina acadêmica e como área de perícia. Muitas universidades britânicas oferecem uma disciplina em Linguística Forense e existem vários programas de mestrado e doutoramento. Além disso, os acadêmicos britânicos não só atuam como peritos de acusação e defesa, como também alguns deles trabalham em colaboração com a polícia para melhorar a técnica de entrevistar e ajudá-los a entrevistar melhor através de um intérprete. Outros acadêmicos estão a trabalhar com a polícia para melhorar a forma como as provas orais gravadas em áudio são utilizadas em tribunal.

**3. (Revista Saridh) E no Brasil, professor, como o senhor avalia o desenvolvimento da Linguística Forense?**

131

**Professor Malcom:** Estou desiludido com os progressos registados no Brasil. Desde 2012, estou sediado em Florianópolis e ligado à UFSC. Não consegui estabelecer a LF nem como uma disciplina de graduação, muito menos implantar um mestrado, e há poucas universidades onde os alunos de graduação podem estudar a disciplina. Por esse motivo, tive o prazer de lecionar no primeiro curso brasileiro a distância, realizado na UFRN, e aplaudo a decisão de repetir o curso a partir do segundo semestre deste ano. Enquanto anualmente deve haver dezenas de casos em que uma perícia em LF seria útil, em doze anos eu só fui contratado seis vezes no Brasil.

**4. (Revista Saridh) Professor Malcolm, quais são os desafios que a área encontra nos dias de hoje?**

**Professor Malcom:** Advogados e policiais poderiam se beneficiar muito mais da LF se conhecessem o que a área pode oferecer. O maior desafio é dar a conhecer melhor a disciplina. No Reino Unido, tivemos a sorte, no início, de ter alguns casos de grande visibilidade que apareceram na televisão e na imprensa. No Brasil, por outro lado, o relatório que escrevi com minha esposa para um recurso contra a condenação de um ex-governador do Rio, sequer foi divulgado.

**5. (Revista Saridh) Ainda nessa linha dos desafios, Professor Malcolm, em sua visão, quais são os objetos de pesquisa mais desafiadores, atualmente, na área da Linguística Forense?**

**Professor Malcom:** Uma área que está a preocupar os linguistas forenses neste momento é como detectar textos criados por IA, podem ser ensaios de estudantes, mas muito mais preocupante serão os textos falsificados por pessoas que assumem a identidade de outras, políticos, amantes e até mesmo pessoas mortas. Os linguistas conseguiram identificar testamentos falsificados no passado, mas será que um testamento criado por IA pode ser detectado?

132

**6. (Revista Saridh) Para finalizar, professor, gostaríamos que o senhor comentasse um pouco sobre como avalia o futuro da Linguística Forense.**

Ao longo dos 40 anos da minha atividade, a análise de autoria deixou de ser uma arte para se tornar uma ciência. A formação de novos linguistas forenses exige uma familiarização com técnicas estatísticas e com programas informáticos. No entanto, como Roger Shuy sempre afirmou, para se ser um bom linguista forense é preciso primeiro ser um bom linguista (aplicado), ser um bom linguista nos domínios da tradução forense, da entrevista, da análise de textos jurídicos, da análise de marcas etc. Ainda há muito para o artista linguístico fazer, mas temos de estar sempre conscientes da contribuição que a IA pode dar e de como aproveitá-la para o bem e como trabalhar contra a sua má utilização.



# Linguagem e Discurso

v.6, n.1, 2024 / ISSN: 2674 - 6131

Periódico Eletrônico do Curso de Letras da FELCS  
Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas  
Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras/FELCS  
Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó – FELCS  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN